



# Relatório Anual 2017

**O Relatório anual da Eurojust para 2017 foi traduzido para a língua portuguesa a partir do original em inglês.**

**Esta tradução não é da responsabilidade do Gabinete de Portugal na Eurojust, nem foi por este revista.**

**Em caso de ambiguidade ou obscuridade, sugere-se a comparação com o original em inglês.**

*Catalogue no.:* QP-AA-18-001-PT-N

*ISBN:* 978-92-9490-231-3

*ISSN:* 2443-6615

*DOI:* 10.2812/80291

# Índice

Preâmbulo.....	6
Síntese.....	8
Uma visão rápida da Eurojust .....	12
Capítulo 1 O trabalho da Eurojust .....	15
1.1 Reuniões de nível I e II da Eurojust .....	15
1.2 Reuniões de coordenação.....	17
1.3 Centros de coordenação .....	19
1.4 A Eurojust e equipas de investigação conjunta .....	21
Capítulo 2 Análise de casos da Eurojust.....	26
Introdução.....	26
2.1 Terrorismo.....	29
2.2 Cibercrime.....	34
2.3 Introdução clandestina de migrantes .....	37
2.4 TSH .....	40
Capítulo 3 Desafios e boas práticas.....	46
Introdução.....	46
3.1 Encriptação .....	46
3.2 Retenção de dados.....	47
3.3 Mandado de Detenção Europeu .....	47
3.4 Decisão Europeia de Investigação .....	50
3.5 Recomendações conjuntas .....	53
O FOCO DO ANO .....	55
Avaliação das EIC.....	55
Capítulo 4 Cooperação da Eurojust com Estados terceiros .....	59
Destaque sobre o Magistrado de Ligação da Noruega .....	64
Capítulo 5 A Eurojust e as redes de profissionais .....	65
5.1 RJE .....	65
5.2 Rede de EIC .....	66
5.3 Rede Genocídio .....	66
5.4 RJEC.....	67
5.5 Fórum Consultivo .....	68
Capítulo 6 Pessoal e orçamento .....	70

Capítulo 7 Desenvolvimentos organizacionais e desafios chave .....	71
--	----

## Gráficos

Casos 2002 – 2017  
Casos bilaterais/multilaterais 2013 – 2017  
Casos bilaterais/multilaterais  
Estados-Membros requerentes/requeridos  
Reuniões de coordenação  
Estados terceiros, parceiros de cooperação e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação  
Centros de coordenação  
EIC apoiadas pela Eurojust, incluindo os tipos de crime principais  
Participação do país em EIC  
Casos ao abrigo do Artigo 13.º  
Casos da Eurojust em áreas de criminalidade-  
Casos por Magistrados de Ligação 2013 - 2017  
Os dez Estados terceiros mais implicados em casos da Eurojust  
Estados terceiros, parceiros de cooperação e organizações internacionais implicados em casos da Eurojust  
Casos de MDE

## Acrónimos e abreviaturas

TJUE Tribunal de Justiça da União Europeia  
CJM Monitorização Judicial da Cibercriminalidade  
CMS Sistema de Gestão de Processos  
MDE Mandado de Detenção Europeu  
EC3 Centro Europeu da Cibercriminalidade  
ECTC Centro Europeu de Luta contra o Terrorismo  
DEI Decisão Europeia de Investigação  
RJEC Rede Judiciária Europeia em matéria de Cibercriminalidade  
RJE Rede Judiciária Europeia  
REFJ Rede Europeia de Formação Judiciária  
EMPACT Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas  
SNCE Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust  
EPPO Procuradoria Europeia  
CTE Combatentes terroristas estrangeiros  
EIC Equipa de investigação conjunta  
CR Carta Rogatória  
MLA Auxílio Judiciário Mútuo  
OCC Coordenação Permanente  
GCO Grupo criminoso organizado  
PIF Proteção de interesses financeiros da União Europeia  
TCM Monitorização de Condenações por Terrorismo  
TSH Tráfico de seres humanos

### *Decisão do Conselho da Eurojust*

A Decisão do Conselho da Eurojust, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar o combate contra a criminalidade grave, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust, é adiante designada por “Decisão do Conselho da Eurojust”. Está disponível uma [versão consolidada](#) da Decisão do Conselho da Eurojust, preparada pelo Secretariado Geral do Conselho apenas para efeitos informativos.

As estatísticas sobre os casos da Eurojust incluídas neste relatório foram produzidas com base em dados recolhidos no Sistema de Gestão de Processos da Eurojust. Os números foram extraídos nos dias 3 e 31 de janeiro de 2018 e refletem os dados disponíveis nesse momento. Dada a natureza dinâmica dos casos, poderão existir discrepâncias com os números previamente reportados.

As publicações e as infografias da Eurojust estão disponíveis no [nosso sítio Web](#).

## Preâmbulo

Num mundo complexo com cada vez mais ameaças à segurança e envolvendo cenários políticos e legislativos, a necessidade de união nunca foi tão urgente. Cada vez mais, a Eurojust tem focado o seu trabalho em contribuir para essa unidade, construindo e consolidando parcerias fortes com todos os Estados-Membros e instituições, organismos e agências europeias para garantir segurança e justiça para os nossos concidadãos europeus.

O ano de 2017 foi um ano de conquistas e mudanças significativas na Eurojust.

Elegemos novos membros da Presidência do Colégio e nomeamos um novo Diretor Administrativo. A implementação de uma nova estrutura organizacional para a Administração e simplificação das subestruturas do colégio e processos de tomada de decisões completaram uma reforma institucional concebida para tornar a Eurojust numa organização mais sólida, eficiente e sustentável. Uma organização melhor equipada para cumprir a sua missão de servir como a casa europeia de milhares de procuradores e agentes da autoridade nacionais que - todos os dias, por toda a Europa - trabalham muito para lutar contra todas as formas de criminalidade, especialmente nas nossas principais áreas: terrorismo, cibercriminalidade, introdução clandestina de migrantes e tráfico de seres humanos.

A novas instalações da Eurojust hospedam um recorde de 4400 autoridades judiciais e policiais que procuraram o nosso suporte para superar os problemas legais e práticos que afetam as suas investigações e processos, e para negociar e concordar com os seus homólogos estrangeiros sobre como dismantelar em conjunto as redes criminosas. A Eurojust trabalhou com estes milhares de procuradores e agentes da autoridade nacionais em mais de 2600 investigações e processos criminais, a maioria deles de uma natureza extremamente complexa, o maior número de casos alguma vez registado na Eurojust. Mais de 8000 profissionais visitaram as nossas instalações à procura de respostas, melhor prática e inspiração na área da cooperação judiciária. Vieram à Eurojust para garantir que a justiça e a segurança são levadas aos nossos cidadãos.

Enquanto muitas coisas mudaram, os valores fundamentais da Eurojust em 2017 continuaram os mesmos. As conquistas da Eurojust no passado, presente e futuro estão firmemente baseadas nas noções de confiança, cooperação e parceria.

De facto, a parceria com as autoridades e profissionais nacionais é o pilar do nosso trabalho. A Eurojust melhorou a sua relação com a RJE e continuou orgulhosamente a hospedar e a suportar o trabalho dos Secretariados da RJE, a maior rede de pontos de contacto judiciários no mundo, a Rede EIC, um estrutura única que fornece suporte jurídico, financeiro e logístico às investigações das EIC internacionais e à Rede Genocídio, um fórum exclusivo que liga as autoridades nacionais, profissionais, ONG e legisladores envolvidos na investigação e na prossecução de crimes internacionais. Além disso, a Eurojust manteve a sua parceria duradoura com o Fórum Consultivo.

Como o crime não conhece fronteiras, a cooperação com Estados terceiros mantém-se um componente essencial do trabalho da Eurojust. Desde a sua criação, a Eurojust tem construído uma rede de pontos de contacto judiciários nos Estados terceiros, o que inclui agora 42 países e espera-se que aumente nos próximos meses. Adicionalmente, a Eurojust tem o privilégio de

acolher nas suas instalações os Magistrados de Ligação de Montenegro, da Noruega, da Suíça e dos EUA. Eles são uma parte fundamental da família alargada da Eurojust e uma ferramenta eficaz para ajudar as autoridades nacionais a melhorar a cooperação judiciária com os seus homólogos fora das fronteiras da União Europeia.

Mas, no final, o nosso trabalho e conquistas só são possíveis com a confiança contínua dos Estados-Membros, instituições e cidadãos europeus. Valorizamos esta confiança e estamos totalmente comprometidos em mostrar que é justificada e merecida, dia após dia.

Ladislav HAMRAN

*Presidente*

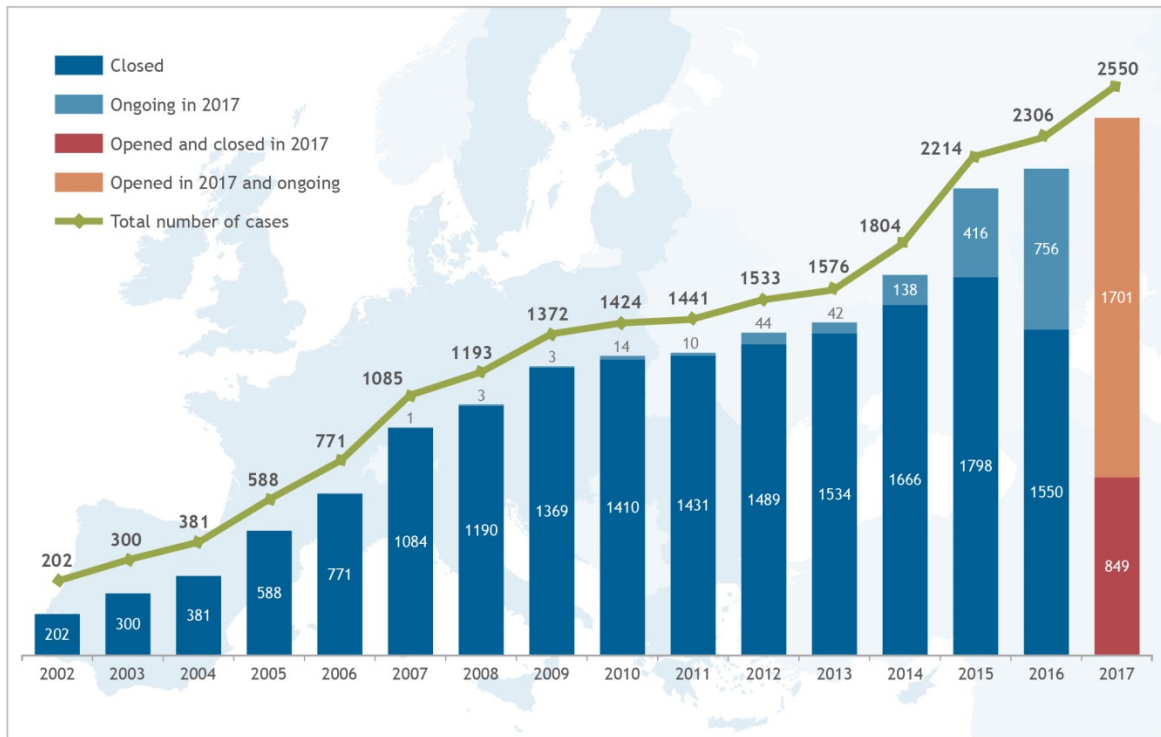
## Síntese

- O **número de casos** para os quais os Estados-Membros requereram a assistência da Eurojust aumentaram 10,6 por cento, de 2 306 em 2016 para 2 550. Os **Estados terceiros** estiveram envolvidos em 258 casos.
- A Eurojust organizou 302 **reuniões de coordenação**, um aumento de 25 por cento relativamente a 2016. Os **Estados terceiros** foram envolvidos em 61 reuniões de coordenação e a **Eurojust** em 108.
- A Eurojust organizou 17 **centros de coordenação** com a participação dos **Estados terceiros** em 5 e da Eurojust em 7 centros de coordenação.
- A Eurojust suportou 200 **EIC**, um aumento de 35 por cento em relação a 2016, 87 das quais eram recentemente criadas, com um maior envolvimento dos **Estados terceiros** em 21 EIC, 11 das quais eram recentemente criadas. As EIC aumentaram em casos de terrorismo, bem como em casos de fraude e de TSH.
- A Eurojust forneceu **apoio financeiro** a 128 **EIC**, um aumento de 42 por cento em relação a 2016; 9 Estados terceiros participaram em EIC que receberam financiamento.
- A Eurojust auxiliou na **execução de MDE** em 320 ocasiões e emitiu 9 **recomendações conjuntas**.
- A Eurojust endereçou dificuldades legais e práticas nas áreas da encriptação, retenção de dados e MDE. Em 2017, a Eurojust teve a sua primeira experiência no aconselhamento das autoridades nacionais na DEI.
- O Foco do Ano é sobre a experiência da Eurojust em EIC; as suas descobertas são refletidas no *Segundo Relatório de Avaliação de EIC* da Rede Eurojust-EIC.
- A Eurojust também **publicou**:
  - *Monitorizações de Condenações por Terrorismo*
  - *Quinto relatório sobre Combatentes Terroristas Estrangeiros*
  - *Manual do CBRN-E*
  - *Monitorização Judicial da Cibercriminalidade*
  - *Artigo conjunto Eurojust-Eurojust sobre desafios comuns no combate à cibercriminalidade*
  - *Relatório de Avaliação Final do Plano de Ação Eurojust contra o TSH 2012-2016*
  - *Relatório de retenção de dados*
  - *Relatório sobre o MDE e as condições prisionais*
  - *Relatório sobre a análise de casos da Eurojust sobre o MDE (2014-2016)*
  - *Jurisprudência pelo TJUE sobre o MDE*
  - *Nota informativa sobre o Julgamento Petruhhin*
  - *Relatório sobre a análise de casos sobre a prevenção e resolução de conflito de competências*
  - *O princípio de ne bis in idem na jurisprudência do TJUE*
  - *Nota Eurojust-RJE sobre "disposições correspondentes" e o regime legal aplicável no atraso da transposição da Diretiva DEI*
- A Eurojust tem quatro **Magistrados de Ligação** da Noruega, EUA, Suíça e Montenegro. Foram 148 o **número de casos** registados por Magistrados de Ligação na Eurojust. Esta questão contém uma entrevista com o Magistrado de Ligação Norueguês.
- Entraram em vigor **acordos de cooperação** com Montenegro e a Ucrânia . A Eurojust assinou um Memorando de Entendimento com eu-LISA e uma Carta de Entendimento com o SEAE. A **rede de pontos de contacto judiciários** da Eurojust **nos Estados terceiros** totaliza 42.
- A Eurojust trabalhou de perto com três redes sediadas na Eurojust, a RJE, a Rede EIC e a Rede Genocídio. A Eurojust organizou duas reuniões com a RJE e uma reunião com o Fórum Consultivo.
- A 24 de março, a Eurojust tomou posse das suas novas instalações e a 3 de julho mudou-se para o edifício.

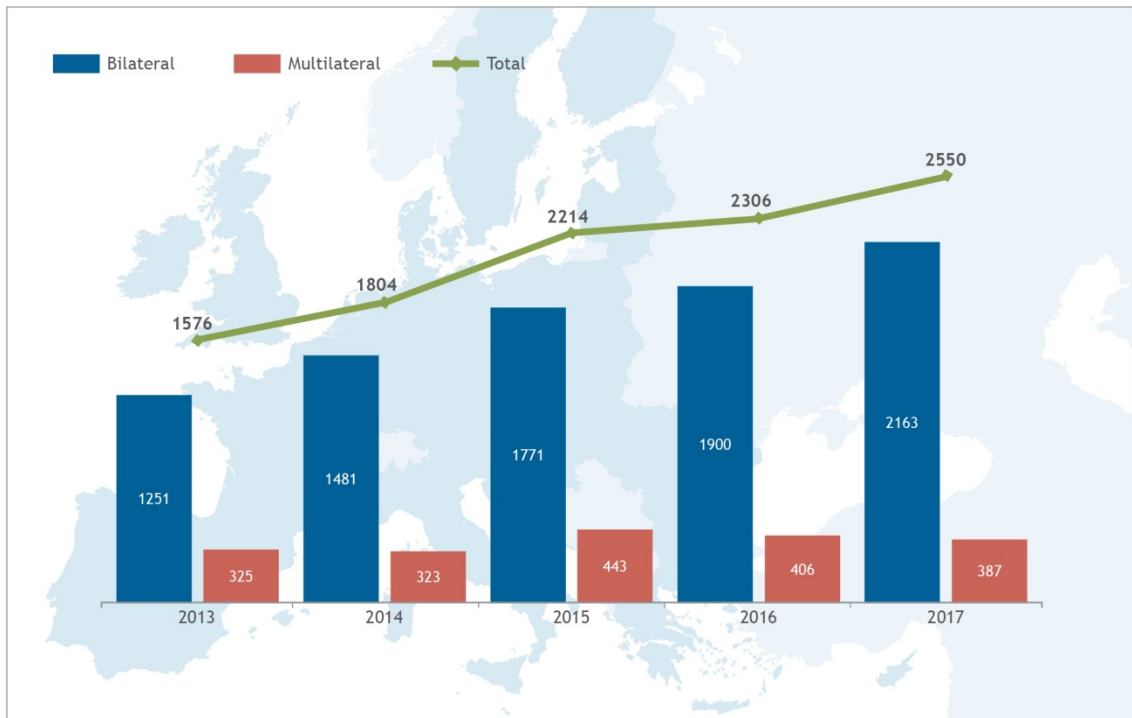


- O **orçamento da Eurojust** era de 48 689 237 euros. A execução orçamental foi de 99,97 por cento.
- As informações são dadas nos desenvolvimentos organizacionais e desafios chave da Eurojust. O Colégio também adotou A Estratégia Plurianual 2019-2021.

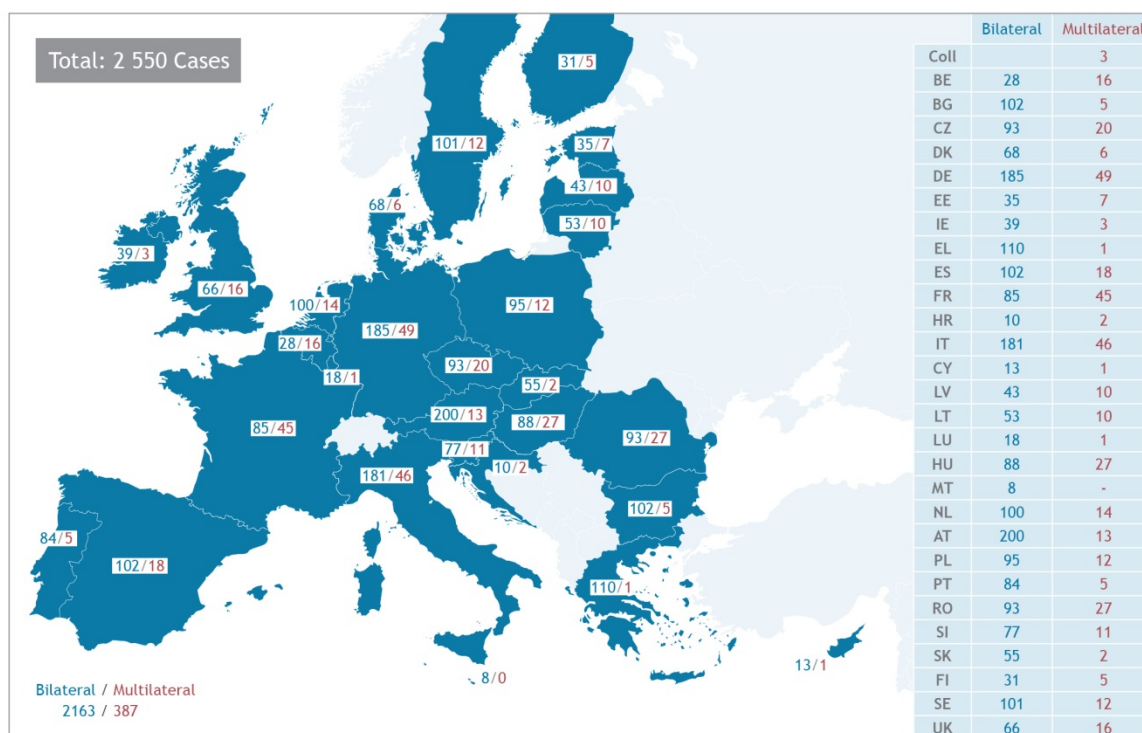
## Casework 2002 - 2017



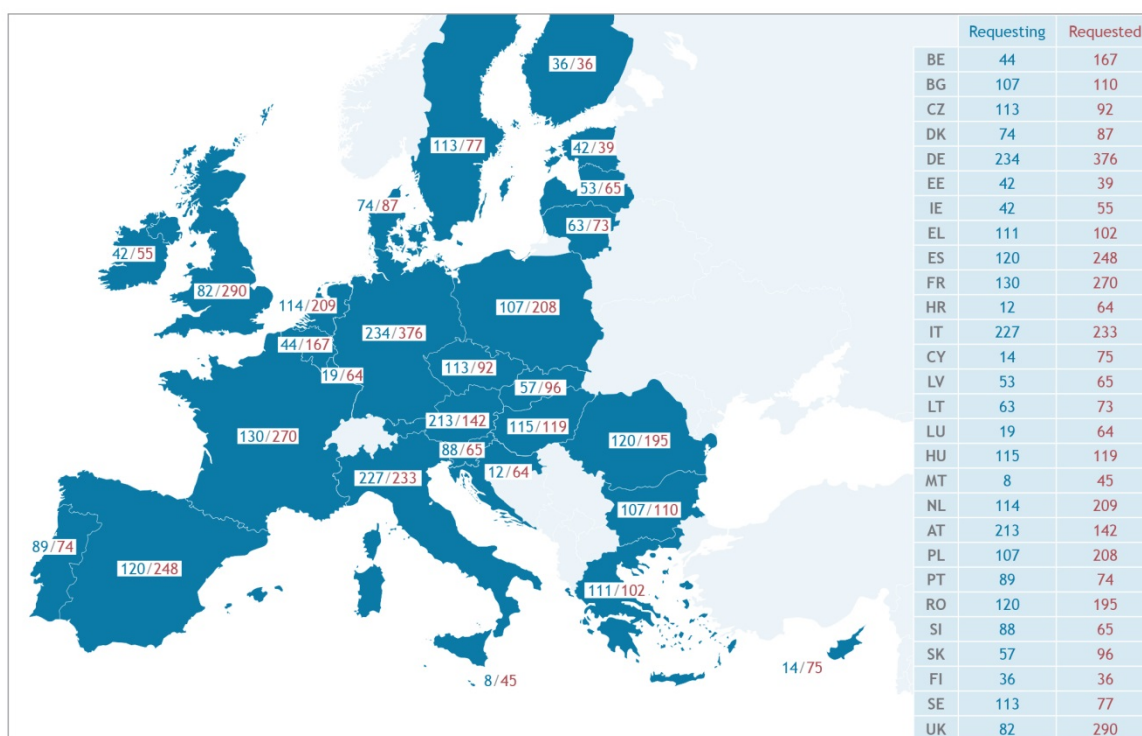
## Bilateral/multilateral cases 2013 - 2017



## Bilateral/multilateral cases



## Requesting/requested Member States

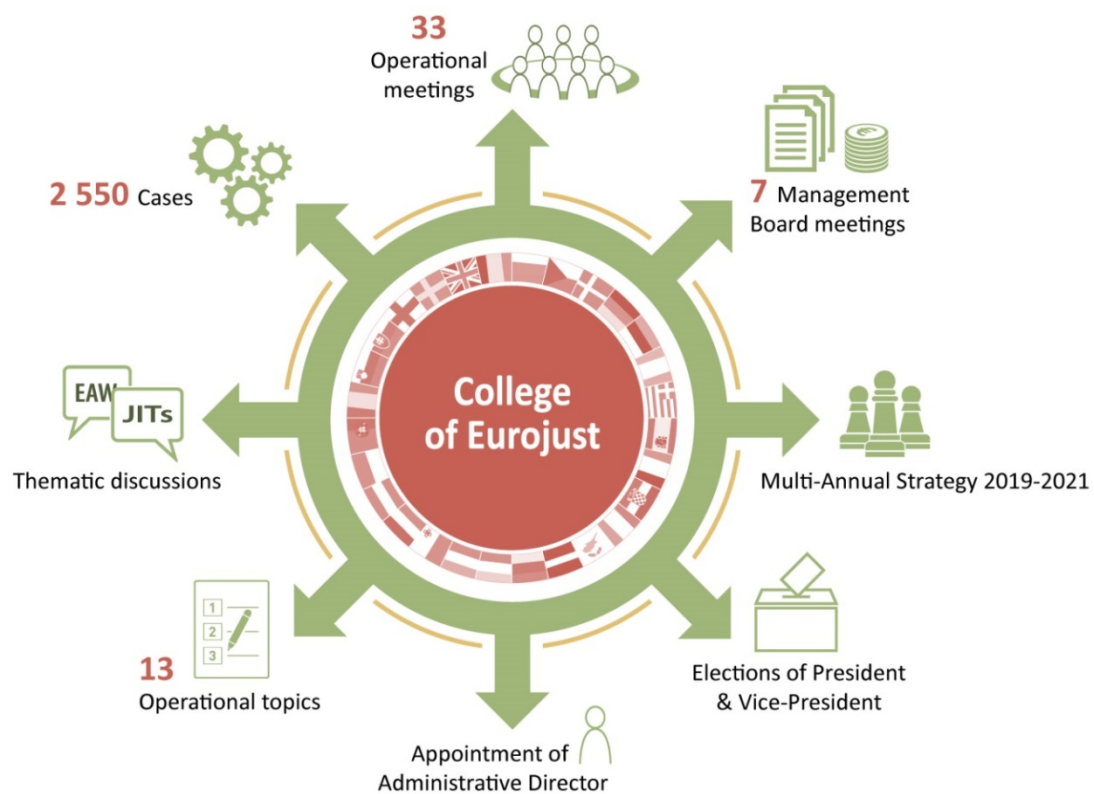


## Uma visão rápida da Eurojust

**O quê?** A Eurojust é a Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia, criada em 2002 para estimular e melhorar a coordenação das investigações e ações judiciais e a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros em relação à criminalidade transfronteiriça grave, em especial a organizada. A pedido de um Estado-membro, a Eurojust pode também auxiliar em investigações e ações judiciais relativas a um determinado Estado-Membro e um Estado terceiro, se tiver sido celebrado um acordo de cooperação entre a Eurojust e esse Estado terceiro, ou se existir um interesse essencial na prestação dessa assistência. A pedido de um Estado-Membro ou da Comissão, a Eurojust pode também auxiliar nas investigações e nas ações judiciais relativas apenas a esse Estado-Membro e à Comunidade.

**Quem?** O Colégio da Eurojust é composto por 28 Membros Nacionais, que são juízes e magistrados destacados por cada Estado-Membro. Os Membros Nacionais estão sediados na Eurojust em Haia. A maioria dos Membros Nacionais são assistidos por um Deputado e/ou Assistente(s). Além disso, os Magistrados de Ligação da Noruega, Suíça, EUA e Montenegro estão atualmente destacados na Eurojust. A Administração da Eurojust apoia o Colégio no seu trabalho operacional e quando atua como Conselho de Administração da Eurojust.

**Como?** As funções e os poderes principais da Eurojust incluem a resposta aos pedidos de assistência das autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros. Por seu turno, a Eurojust pode solicitar aos Estados-Membros que iniciem uma investigação ou uma ação judicial relativamente a uma situação específica. Os Membros Nacionais cumprem o mandato da Eurojust, coordenando o trabalho das autoridades dos respetivos países em todas as fases da investigação criminal e da ação judicial. A Eurojust gere as suas reuniões sobre a análise de casos em três níveis.



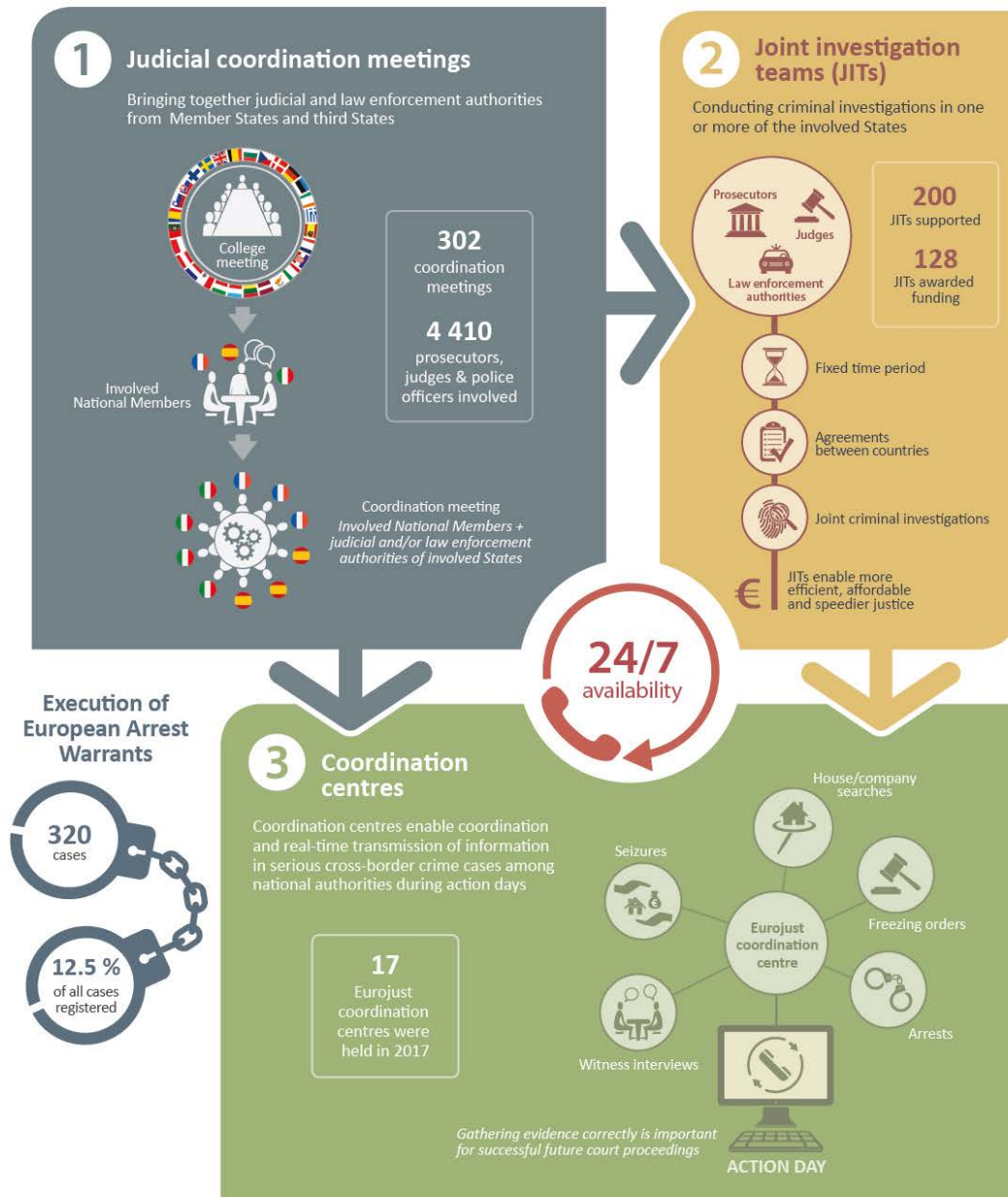
## Eurojust case cycle



\* May also occur at different stages of the cycle

# EUROJUST AT WORK IN 2017

Eurojust's core business is to assist EU Member States' competent authorities in dealing with serious cross-border organised crime





# Capítulo 1 O trabalho da Eurojust

## 1.1 Reuniões de nível I e II da Eurojust

Após a proposta de um Membro Nacional, o Colégio decide durante as suas reuniões operacionais - chamadas reuniões de nível I - sobre o registo e encerramento de processos.

Quando um processo é registado na Eurojust, os representantes dos Gabinetes de Ligação envolvidos normalmente reúnem-se para debater a cooperação judiciária e as necessidades de coordenação do processo. As interações e debates diretos também são referidos como reuniões de nível II. Elas podem incluir, se envolvidos, Magistrados de Ligação sediados na Eurojust e o pessoal administrativo a suportar o processo. As reuniões podem ser organizadas a curto prazo, visto que os participantes estão literalmente a trabalhar "debaixo do mesmo teto". A flexibilidade e a informalidade são de grande valor em situações urgentes que requeiram uma resposta rápida.

**2550 cases registered and dealt  
with at Level II meetings**

Nalguns casos, uma reunião de nível II pode ser suficiente para resolver as necessidades do caso. Por exemplo, o [Relatório da Eurojust de 2017 sobre análises de casos de MDE \(2014-2016\)](#) descreve como é que a mudança rápida da informação adicional sobre casos de MDE através dos Gabinetes de Ligação da Eurojust foi crucial para ajudar a clarificar temas relativos a MDE opostos (*consultar* pág. 14 do relatório), ou apenas para tomar medidas preparatórias. Nas reuniões de nível II, a Eurojust pode, por exemplo, clarificar a legislação e procedimentos nacionais, auxiliar na determinação de qual a melhor jurisdição aplicada para investigar, ou facilitar a execução de pedidos de MLA ou da iniciação dos procedimentos. Além disso, a Eurojust também pode emitir opiniões sobre MDE concorrentes e recomendações conjuntas sobre conflitos de jurisdição.

As reuniões de nível II são condições prévias para organizar reuniões de nível III, conhecidas como reuniões de coordenação (*consultar* Secção 1.2). Se um Gabinete de Ligação pretender organizar uma reunião de coordenação, a reunião de nível II é utilizada para avaliar a necessidade, propósito e objetivos da reunião de coordenação, bem como para concordar sobre as modalidades, participação externa, obrigações de confidencialidade e de divulgação, questões relativas à segurança e necessidade de videoconferência. Além disso, os participantes podem avaliar a necessidade de análise e a possível contribuição da Europol ou a criação e o funcionamento de uma EIC. As reuniões de coordenação são uma ferramenta dispendiosa e as reuniões de nível II garantem que estas reuniões só são realizadas se adicionarem valor na resolução de assuntos pendentes de cooperação judicial.

Além do mais, as reuniões de nível II podem ser decisivas ao preparar um "dia de ação conjunta" com a execução sincronizada de medidas de cooperação judicial coordenadas através da ativação de um centro de coordenação (*consultar* Secção 1.3). Nestas ocasiões, as medidas preparatórias são tomadas para garantir que as medidas solicitadas (por exemplo, MDE, buscas e apreensões, etc.) cumprem todos os requisitos legais, para que as ações simultâneas nos

diferentes Estados-Membros não sejam comprometidas. Por exemplo, em muitos casos, a Eurojust ajudou a controlar duplamente ou a completar - no último minuto - determinadas informações de MDE, tais como dados pessoais dos suspeitos, grafia dos nomes, acusações não citadas no MDE e o local e a hora da infração ocorrida. Em muitos casos, a Eurojust também fornece traduções urgentes.

**Coordenação Permanente (OCC)** Os Gabinetes de Ligação da Eurojust estão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana. No caso de pedidos urgentes e em conformidade com a alínea a do Artigo 5a da Decisão do Conselho da Eurojust, a OCC pode receber e processar pedidos para auxílio de autoridades nacionais fora do horário regular de trabalho. Em 2011, um sistema de gestão de chamadas que encaminha chamadas para o representante da OCC do Gabinete de Ligação envolvido foi instituído, permitindo que os participantes conversassem no seu próprio idioma. Podem ser tomadas medidas apropriadas pelo representante da OCC, tais como contactar o representante da OCC de outro Gabinete de Ligação.

#### **Coordenação Permanente em caso de homicídio**

Uma pessoa foi baleada numa estação de serviço da autoestrada no sul da Hungria em dezembro de 2017. O autor do crime desconhecido foi identificado no local do crime pelas autoridades húngaras, juntamente com o seu veículo com matrícula alemã, logo após o delito ter sido cometido. O Gabinete de Ligação húngaro foi contactado pelo magistrado húngaro competente no mesmo dia, pedindo a facilitação de emissão de uma DEI. A OCC foi imediatamente ativada entre os Gabinetes de Ligação húngaro e alemão e as autoridades nacionais competentes para que a DEI fosse rapidamente transmitida para a procuradoria-geral competente na Alemanha, que garantiu as autorizações para as buscas da residência alemã do suspeito, bem como o direito de proteger qualquer prova encontrada durante as buscas.

No entanto, a busca à casa revelou que o suspeito na Alemanha tinha emprestado o seu automóvel a um parente residente na Áustria.

Esta alteração repentina pessoa procurada alterou as atividades de cooperação e coordenação do Gabinete Alemão para o Gabinete Austríaco na Eurojust. Consequentemente, o pedido para execução da DEI na Alemanha foi retirado e substituído por um MDE emitido contra o verdadeiro suspeito ainda foragido, bem como uma nova DEI. Estes foram transmitidos após as horas de trabalho, primeiro como rascunhos para o Gabinete de Ligação Austríaco e depois carregados para o SIS no período noturno, permitindo uma reação rápida das autoridades austríacas. O esforço coordenado levou finalmente à detenção do suspeito na Áustria. Além disso, a sua casa e carro foram procurados e todas as provas, incluindo a arma, foram protegidas com segurança.

A urgência do caso acionou a utilização da OCC entre os Gabinetes de Ligação da Eurojust envolvidos e das autoridades nacionais competentes, criando um canal de troca de informação em tempo real e a transmissão suave de instrumentos de cooperação judicial, que resultaram eventualmente na detenção do suspeito em menos de 24 horas após o crime ter sido cometido.

#### **Auxílio da Eurojust dentro de 24 horas num caso de fraude fiscal**

Um GCO envolvido no comércio ilegal de óleo mineral industrial vendido como gasóleo esteve sob investigação pelas autoridades Checas. O GCO evitou pagar IVA e o imposto especial sobre o



consumo ao declarar o óleo para exportação, transportando o óleo da República Checa para a Áustria e depois transferir os bens em veículos diferentes levando-os de volta para a República Checa. Apesar de serem idênticos na composição com o gasóleo, o óleo mineral não foi concebido para motores de veículos e a taxa de tributação é diferente, visto que o óleo mineral só está sujeito a IVA. O GCO lucrou ilegalmente ao não pagar o imposto especial de consumo, o qual é aplicado ao gasóleo. O óleo mineral foi declarado para ser exportado novamente para outro Estado-Membro e ficar depois isento de IVA na República Checa.

Foi requerida vigilância no território austríaco para provar que os bens eram devolvidos à República Checa. Foi emitida uma autorização de pedido para uma carta rogatória de vigilância transfronteiriça pelo magistrado checo. Ao mesmo tempo, a polícia checa realizou a vigilância no território austríaco. Para continuar a fazê-lo, foi necessária autorização das autoridades austríacas dentro de 24 horas (prazo baseado no tratado bilateral de MLA entre a República Checa e a Áustria).

Como o prazo para fornecer a tradução da carta rogatória foi de proximidade rápida, as autoridades checas contactaram o Gabinete de Ligação para auxílio com a execução da carta rogatória (para obter a autorização transfronteiriça da Áustria). O Gabinete Checo contactou imediatamente o Gabinete Austríaco. Um mal-entendido que ocorreu na comunicação direta entre as autoridades nacionais foi resolvido. O Gabinete Austríaco contactou pelas autoridades nacionais, explicou a urgência da questão e as medidas a tomar. O Gabinete Checo, juntamente com a polícia checa, conseguiram a tradução da CR e encaminharam-na através do Gabinete Austríaco para a autoridade austríaca competente no mesmo dia.

Além disso, nesse dia, foi emitida uma CR suplementar pelo Membro Nacional Checo com um pedido atualizado especificando os métodos de vigilância. Adicionalmente, seguindo o pedido do Gabinete Austríaco, o Gabinete Checo clarificou a quantia exata de impostos não pagos pelo GCO, que foi essencialmente para avaliar se foi cumprido o limite mínimo requerido pela lei Austríaca para autorização de vigilância.

Graças a esta intervenção, a vigilância pedida foi realizada com sucesso.

## 1.2 Reuniões de coordenação

As reuniões de coordenação são organizadas para facilitar e promover a cooperação judicial e a coordenação em casos transfronteiriços complexos. As reuniões de coordenação são frequentadas pelas autoridades judiciais e de aplicação da lei competentes dos Estados-Membros realizando investigações e processos a nível nacional. É fornecida interpretação simultânea, o que permite a comunicação direta entre os participantes sobre questões jurídicas e práticas. Os representantes de Estados terceiros, assim como funcionários de parceiros de cooperação, como a Europol e a OLAF, e organizações internacionais como a INTERPOL, poderão ser convidados a participar. A utilização de equipamentos de videoconferência fornecidos pela Eurojust também aumentou.

As reuniões de coordenação são uma ferramenta operacional frequentemente utilizada. A Eurojust organiza em média, pelo menos, uma reunião de coordenação por dia útil, totalizando 302 reuniões em 2017, 24 das quais foram realizadas fora das instalações da Eurojust, quer em um dos Estados-Membros ou num Estado terceiro (Suíça). Os casos abordaram quase todas as áreas da criminalidade organizada transfronteiriça grave, os mais comuns dos quais foram o

branqueamento de capitais, a fraude, o TSH e o tráfico de estupefacientes. Estas 302 reuniões de coordenação relataram 376 casos, significando que nalguns casos uma reunião de coordenação lidou com dois ou mais casos relacionados. O número de reuniões de coordenação aumentou por 25 por cento. Este crescimento significativo mostra que os investigadores e magistrados nos Estados-Membros estão a aumentar cada vez mais a confiança na Eurojust, particularmente em casos complexos. No planeamento de uma reunião de coordenação, a Eurojust, por exemplo, pode analisar o ponto da situação das investigações em todos os Estados-Membros envolvidos e traçar os obstáculos jurídicos e questões de preocupação, incluindo possíveis ligações a outros países. Durante a reunião, a Eurojust modera os debates e oferece os seus conselhos e conhecimentos na utilização de instrumentos de cooperação judiciária, sobre a adequação da criação de uma EIC e sobre uma abordagem comum.

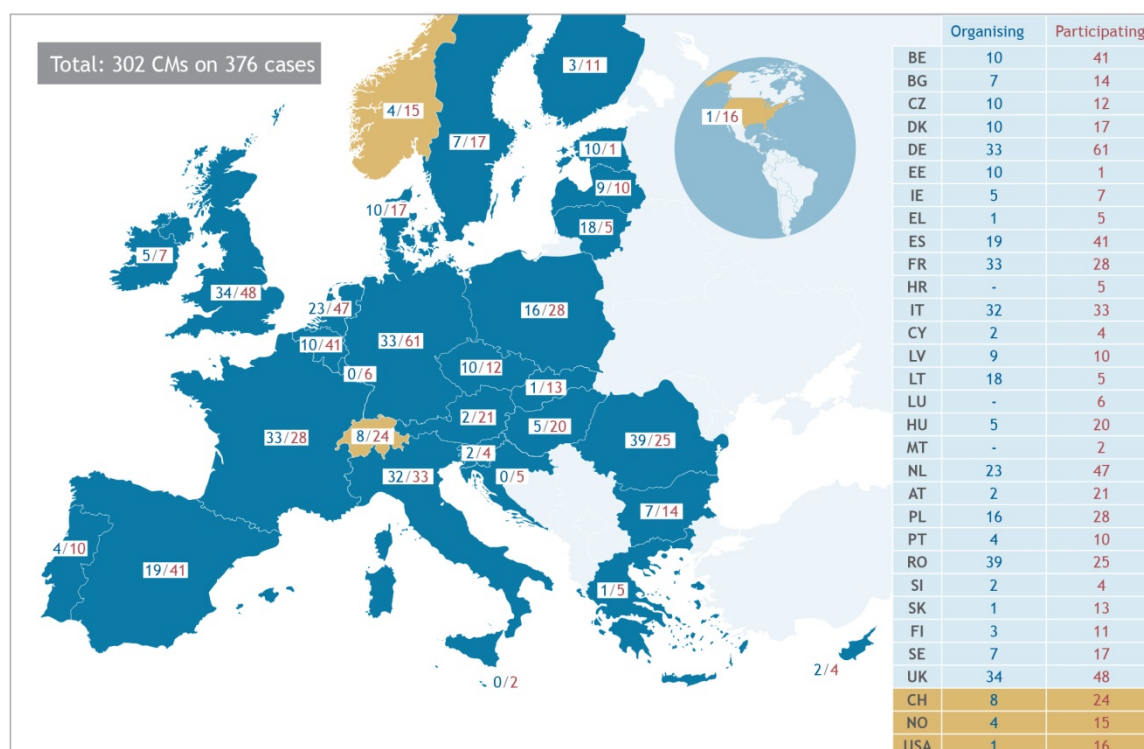
Durante uma reunião de coordenação, são debatidas e acordadas as medidas concretas, *inter alia*:

- troca de informações sobre o estado atual dos procedimentos jurídicos;
- troca de provas no âmbito de MLA/DEI;
- emissão e conclusão de pedidos para, e decisão sobre, cooperação judicial, incluindo instrumentos de reconhecimento mútuo, tais como MDE, DEI, decisão de congelamento, etc.;
- prevenção e/ou resolução de conflitos de jurisdição e medidas processuais relacionadas, incluindo a transferência de procedimentos criminais;
- criação e funcionamento de EIC; e
- acordar uma estratégia comum e ações coordenadas (por exemplo, medidas de investigação simultâneas nos Estados envolvidos e aspetos jurídicos relacionados).

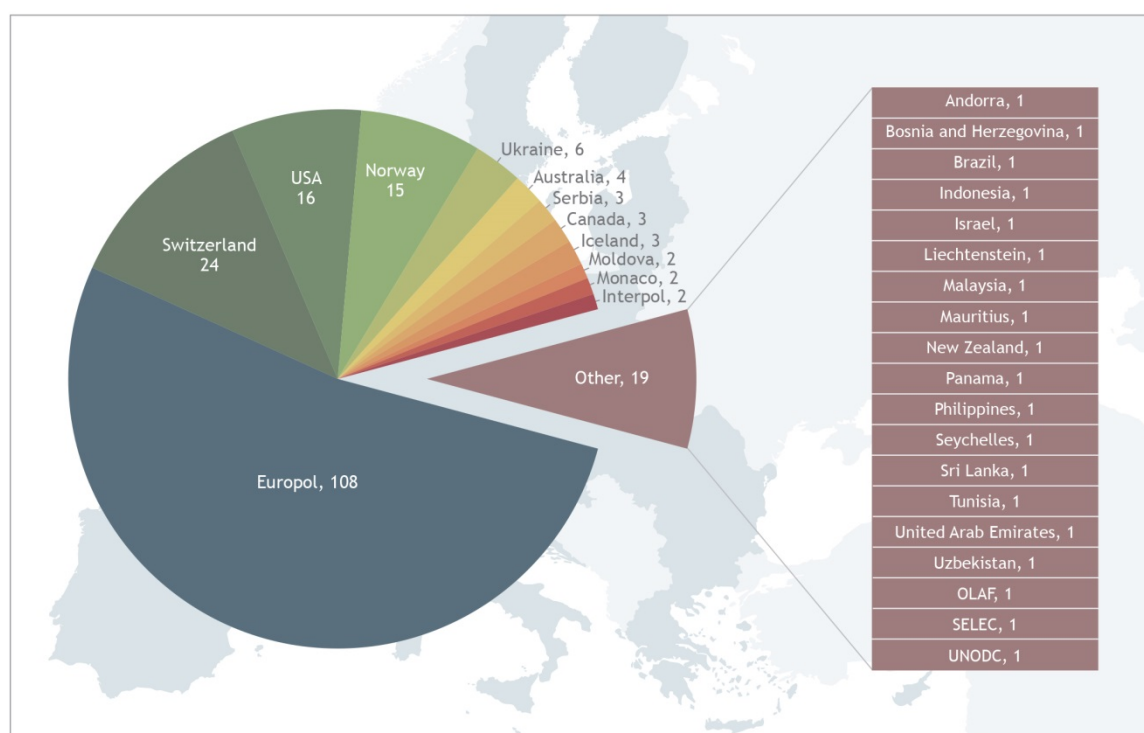
Em abril de 2017, foi realizada uma reunião de coordenação na Eurojust relativamente às investigações sobre as alegadas atividades criminais ligadas ao escritório jurídico Mossack Fonseca, também conhecidas como o caso "Panama papers" (Documentos do Panamá). Este caso demonstra claramente as questões legais complexas lidadas pela Eurojust, incluindo o grande número de Estados envolvidos, bem como a mais-valia das reuniões de coordenação, que promovem o entendimento mútuo, a confiança e são essenciais para a cooperação contínua.

Os representantes das autoridades de investigação competentes de 14 Estados-Membros, Noruega e do Procurador-Geral do Panamá, perfazendo um total de 69 participantes, reuniram-se na Eurojust para trocar informações sobre as várias investigações em curso. A Eurojust conseguiu reunir com sucesso todos estes participantes com as autoridades panamenses num espírito de cooperação, o que acionou o acompanhamento a nível nacional entre vários Estados-Membros e o Panamá. Uma questão legal importante abordada relativamente a uma deliberação do Supremo Tribunal do Panamá é que a dupla criminalização é uma condição absoluta para a cooperação internacional. Já que a evasão fiscal não é um crime no Panamá (apenas uma infração administrativa) e, portanto, não podia servir como um delito qualificado por branqueamento de capitais em relação ao Panamá, os participantes exploraram crimes alternativos que pudessem cumprir o requisito de criminalização dupla, particularmente os crimes que podiam servir como delitos qualificados por branqueamento de capitais.

## Coordination meetings



## Third States, cooperation partners and international organisations involved in coordination meetings



## 1.3 Centros de coordenação

A Eurojust experienciou um aumento substancial na utilização dos seus centros de coordenação pelos profissionais nos Estados-Membros, de 10 centros de coordenação em 2016 para 17 em 2017. As novas instalações permitem à Eurojust oferecer uma capacidade técnica reforçada

para lidar com o aumento da procura. Foi criada uma sala de operações dedicada para garantir que as autoridades participantes possam manter facilmente o contacto direto através da Eurojust para trocar informações durante ações conjuntas multilaterais de grande escala. Dependendo dos requisitos específicos de cada caso, os participantes externos também podem participar nos centros de coordenação da Eurojust.

Os centros de coordenação oferecem resultados excelentes. Num caso, foram emitidas ordens de congelamento numa quantia excedente a 3 milhões de euros no local durante um centro de coordenação face aos países não previstos para participar inicialmente, visto que a Eurojust podia envolver imediatamente os Gabinetes de Ligação da Eurojust implicados.

O número de países organizadores aumentou mais do dobro e, pela primeira vez, foi organizado um centro de coordenação para suportar as ações coordenadas sobre a iniciativa do Magistrado de Ligação Suíço destacado na Eurojust. A Europol participou em sete centros de coordenação, cinco dos quais envolveu Estados terceiros, incluindo a Islândia, Canadá e São Marinho. Os tipos de crimes lidados mais comuns foram crimes relacionados com estupefacientes e crimes fiscais. Cinco dos centros de coordenação trataram de casos para os quais foi criada uma EIC.

#### **Auxílio da Eurojust através de um centro de coordenação num caso de fraude fiscal**

Um GCO envolvido em tráfico transnacional de produtos alcoólicos foi identificado pelas autoridades italianas. O GCO estava a utilizar uma estratégia complexa de fraude em matéria de impostos especiais para evitar pagar o imposto a que as bebidas alcoólicas estão sujeitas. Foram utilizados armazéns com ligações diferentes dentro da união Europeia para mover ficticiamente os bens para países fora da UE para os quais o imposto foi suspenso (exportação falsa). Em vez disso, os bens foram vendidos ilegalmente em Itália e noutros Estados-Membros, gerando lucros enormes para o GCO.

O caso foi encaminhado para a Eurojust pela Procuradoria-Geral Italiana, que pediu auxílio com a execução de vários pedidos de MDE para os Estados-Membros envolvidos (12 no total) e a Suíça.

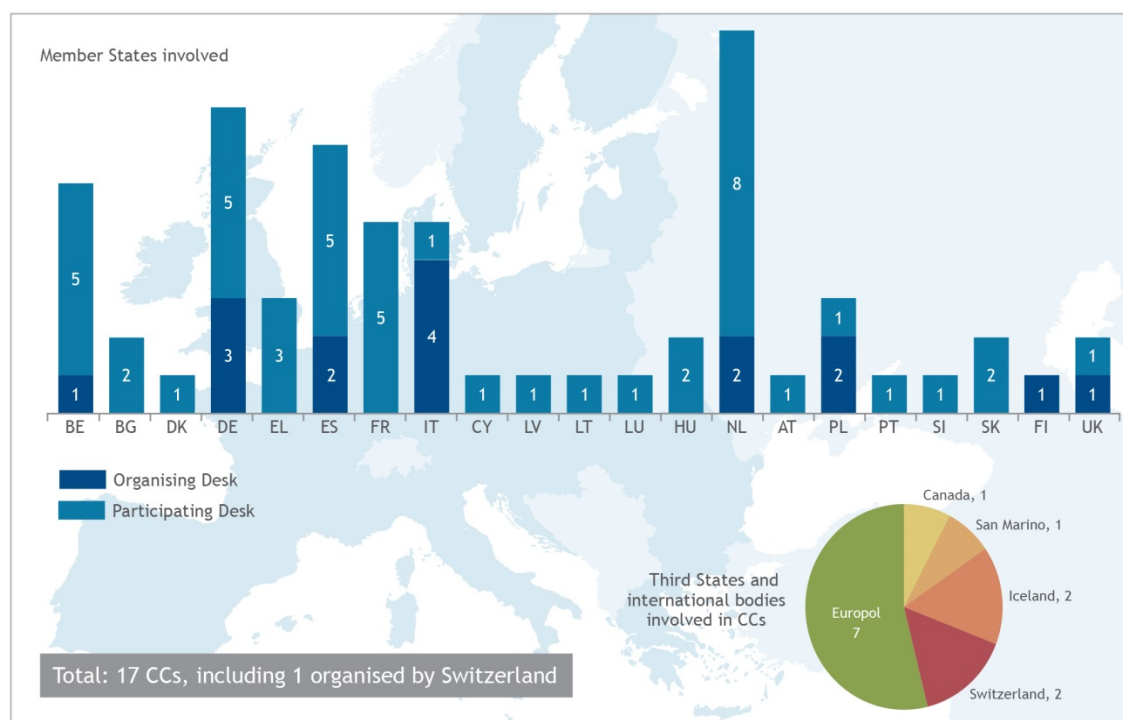
Foi realizada uma reunião de nível II em junho para apresentar os resultados mais recentes da investigação italiana e as suas ligações transfronteiriças, bem como para identificar os requisitos restantes para a execução dos pedidos de MDE durante um dia de ação conjunta. Durante a reunião, foi tomada a decisão de que a ação conjunta seria suportada por um centro de coordenação da Eurojust. Participaram no centro de coordenação os representantes das autoridades nacionais italianas e os Gabinetes de Ligação da Eurojust envolvidos, assim como o Magistrado de Ligação da Suíça. Os pedidos de MDE foram reformulados com base na nova informação e foram emitidos mandados de busca em tempo real, o que foi vital para a execução bem-sucedida das medidas pedidas. Como consequência, foram revistados vários locais e confiscados vários documentos e dados de comunicação. Este dia de ação auxiliou as autoridades italianas a progredir na sua investigação e a clarificar as atividades do GCO.

Este caso ainda estava em curso em 2017.

O Sr. Wolfgang Merz, um dos participantes externos da Alemanha no centro de coordenação no caso de fraude de IVA, Middleman/Vertigo V, comentou sobre o sucesso do centro de coordenação na Eurojust:

*"Gostaríamos de agradecer à Eurojust pela sua excelente cooperação e auxílio com este centro de coordenação. Tivemos consistentemente experiências positivas durante o trabalho neste caso com a Eurojust e voltaremos para outros centros de coordenação. Embora ainda não tenhamos uma visão geral completa, já podemos afirmar que o dia da ação foi muito bem sucedido para garantir a segurança das provas importantes, particularmente as relacionadas com o nosso principal suspeito. Assumimos que a nossa investigação expandirá consideravelmente, então, provavelmente, abordaremos a Eurojust no futuro."*

#### Coordination centres



## 1.4 A Eurojust e equipas de investigação conjunta

As análises de casos da Eurojust mostram que as EIC são progressivamente reconhecidas como uma ferramenta de cooperação eficaz em casos transfronteiriços, com 200 EIC apoiadas pela Eurojust, representando um aumento de 35 por cento em comparação a 2016 (com 148 EIC apoiadas); 87 eram recém criadas.

O número de EIC recém criadas envolvendo os Estados terceiros também aumentou significativamente (11 em 2017 e 3 em 2016); 10 EIC criadas nos anos anteriores e envolvendo os Estados terceiros estavam em curso em 2017. Na 13.<sup>a</sup> reunião anual de especialistas de EIC, profissionais envolvidos em EIC com Estados terceiros comunicaram que embora a operação de tais EIC possam representar características específicas ou desviar-se das práticas normais da UE, a ferramenta é suficientemente flexível para permitir ajustes práticos e ainda funcionar de forma eficaz.

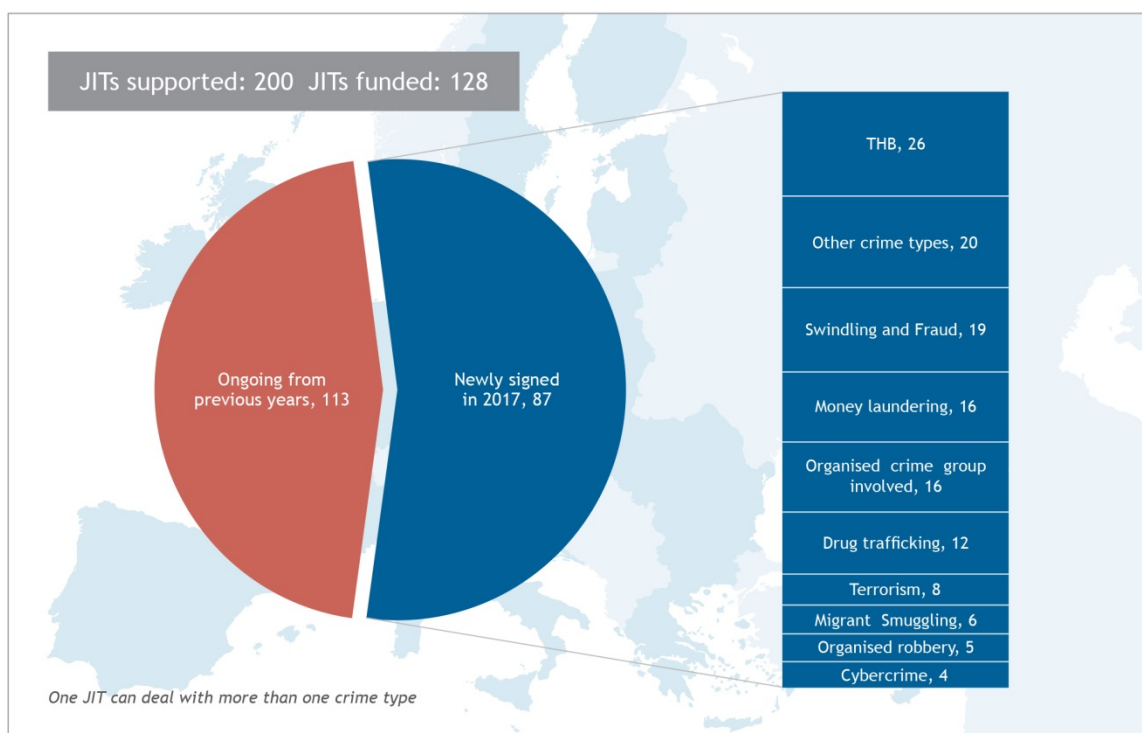
Em relação a tipos de crimes abrangidos pelas EIC recém criadas, notou-se um aumento significativo de EIC em casos de terrorismo (8 em 2017 e 1 em 2016), casos de burla e fraude (19 em 2017 e 9 em 2016) e casos de TSH (26 em 2017 e 19 em 2016).

Num caso de desvio e fraude agravados (delito PIF), no qual foi criada uma EIC entre a Itália e a Bélgica em dezembro de 2016, a Eurojust facilitou o aumento da EIC em relação à OLAF, como um participante. A Eurojust propôs um apêndice simplificado para o acordo da EIC sobre a participação da OLAF, que foi assinado pelo Diretor Geral da OLAF em fevereiro de 2017.

A Eurojust apoiou os Estados-Membros na criação, execução, financiamento e avaliação das EIC. A utilização do [Acordo Modelo para EIC Atualizado](#) (que tem em conta a extensão das EIC para os Estados terceiros) foi promovida pela Eurojust como uma base de negociações e contribuiu para uma criação rápida de EIC.

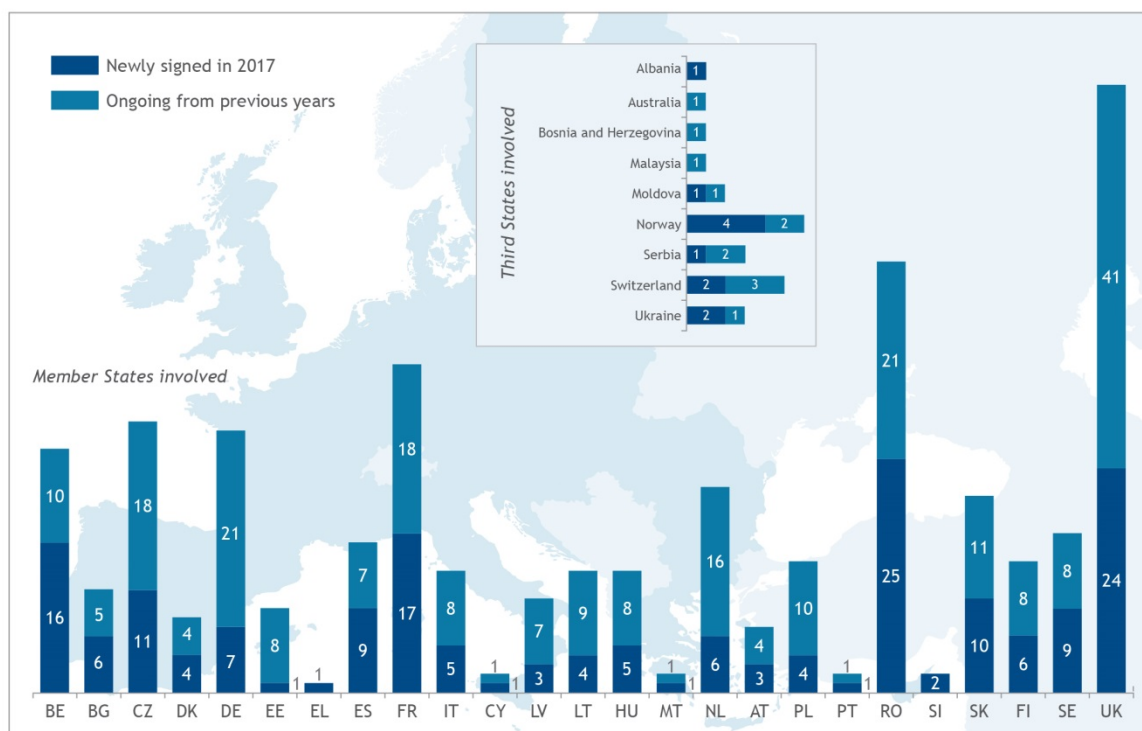
Em 2017, a Eurojust contribuiu para o projeto do Secretariado da Rede das EIC sobre a avaliação das EIC. As principais descobertas da experiência da Eurojust com EIC podem ser encontradas abaixo em "Foco do Ano: Avaliação das EIC". Na estrutura do projeto, os casos de EIC nos quais foram necessários acompanhamento judiciário, resultaram em condenações. As provas obtidas através de uma EIC raramente foram contestadas e, na maioria dos casos analisados, foram declaradas admissíveis.

*JITs supported by Eurojust, including the main crime types*





### Country participation in JITs



### Coordenar EIC

Um GCO a operar na região Sliven na Bulgária foi desmantelado após a coordenação de cinco investigações da Eurojust devido ao TSH com o propósito de exploração sexual das mulheres búlgaras traficadas para a Holanda e Bélgica, assim como branqueamento de capitais. A Eurojust auxiliou na coordenação de duas operações internacionais separadas, Palma e Leerdam, e na criação de duas EIC. As EIC receberam financiamento através da Eurojust, uma quantia aproximada a 90 000 euros.

A operação Palma foi iniciada pelas autoridades holandesas em 2013, investigando atividades de TSH que ocorreram entre 2003 e 2010, assim como branqueamento de capitais e outras infrações criminais ligadas a exploração sexual. A operação Leerdam foi iniciada pelas autoridades búlgaras em novembro de 2015, quando pediram auxílio da Eurojust noutra investigação holandesa em curso por tráfico de mulheres búlgaras para a Holanda e a Bélgica.

A Eurojust foi fundamental ao detetar ligações entre as investigações realizadas pelas autoridades búlgara e holandesa mediante a estrutura das Operações Palma e Leerdam e outras investigações em curso realizada na Bélgica envolvendo vítimas búlgaras de exploração sexual na Antuérpia e em Bruxelas.

Após uma reunião de coordenação na Eurojust, a Bulgária e a Holanda criaram uma EIC para a Operação Palma. A Eurojust também organizou uma reunião de coordenação durante a qual os magistrados, investigadores e agentes da polícia da Bélgica, Bulgária e da Holanda, responsáveis pelas cinco investigações associadas, reuniram pela primeira vez para debater e chegar a acordo sobre uma abordagem coordenada para desmantelar o GCO. A reunião foi composta por vinte e cinco participantes, incluindo agentes da Europol. Como resultado desta reunião de

coordenação, a Bélgica, Bulgária e a Holanda criaram outra EIC na Operação Leerdam para definir e executar uma estratégia de caso comum e para garantir que as medidas de um caso não interfeririam com as investigações no outro caso.

No âmbito da EIC da Operação Leerdam, as medidas de investigação realizaram-se na Bulgária, com a presença de membros das EIC provenientes da Holanda. No âmbito da EIC da Operação Palma, as operações coordenadas realizaram-se na Bulgária, Alemanha e na Holanda. Pela primeira vez, a Eurojust facilitou a coordenação entre duas EIC distintas. Devido ao envolvimento ativo da Eurojust, foram estabelecidas as ligações entre as cinco investigações nacionais realizadas na Bulgária, na Holanda e na Bélgica e foi desenvolvido o planeamento adequado de atividades de investigação, o que resultou numa operação coordenada muito bem sucedida, desmantelando o GCO.

### ***Apoio financeiro da Eurojust às operações das EIC***

O apoio financeiro a uma EIC é, muitas vezes, a chave para o sucesso. O aumento do número de EIC é refletido em 40,5 por cento do crescimento no número de candidaturas para apoio financeiro recebidas pela Eurojust ao longo do ano anterior. Foram recebidas um total de 253 candidaturas para chamadas 1-8 em 2017 (180 candidaturas em 2016). O número de EIC financiadas aumentou em 42 por cento, totalizando 128 EIC financiadas (90 EIC financiadas em 2016). A grande maioria (85 por cento) de EIC apoiadas nos casos da Eurojust também se candidatou e recebeu o seu apoio financeiro. A procura de verbas para o apoio das EIC para as ações operacionais em curso dos Estados-Membros ligadas à investigação e processo de crimes transfronteiriços graves aumentou de forma consistente desde 2014. Esta tendência reflete que as EIC estão progressivamente incorporadas nas estratégias processuais dos Estados-Membros. Em 2016, a verba do orçamento das EIC aumentou de 500 000 para 1 000 000 euros. Como uma resposta direta à procura crescente dos Estados-Membros, foram fornecidos créditos adicionais pela Comissão em 2017 para as verbas das EIC, resultando na capacidade da Eurojust para apoiar mais beneficiários das verbas das EIC do que em 2016 (total de 1,3 milhões de euros; 128 subvenções). Os seguintes Estados terceiros estiverem envolvidos em EIC para as quais foram submetidas candidaturas para financiamento: Noruega (7), Sérvia (5), Suíça (4), Moldávia (4), Ucrânia (4), Malásia (3), Austrália (3), Albânia (2) e Bósnia e Herzegovina (1).

A Eurojust preparou o lançamento de uma nova ferramenta informática, levando a ganhos de eficiência na gestão de verbas das EIC. O Portal das EIC, disponível a partir de janeiro de 2018, facilitará a submissão online segura de candidaturas pelas autoridades nacionais e melhorará o processamento de dados pela Eurojust. Para ajudar os profissionais das EIC na navegação do processo de financiamento, está disponível [um guia infográfico e de financiamento das EIC](#).



## EUROJUST Coordinated Operations 2017



## Capítulo 2 Análise de casos da Eurojust

### Introdução

A Eurojust desempenha um papel fundamental na facilitação da cooperação, coordenação e troca de informação judiciária multilateral em casos que envolvem crimes transfronteiriços graves. O apoio operacional da Eurojust inclui analisar as questões jurídicas e dificuldades práticas provenientes da sua análise de casos, desenvolvendo a melhor prática, cooperando com parceiros da UE e Estados terceiros e trabalhando de perto com redes judiciárias de profissionais especializados.

O número de casos encaminhados para a Eurojust pelas autoridades nacionais para auxílio aumentou de 2306 casos em 2016 para 2550 casos em 2017, um crescimento de 10,6 por cento. Os principais tipos de crimes tratados são fraude, tráfico de estupefacientes e branqueamento de capitais. A Eurojust também registou 13 tópicos operacionais, seis dos quais estavam relacionados com o terrorismo. Estes tópicos são relativos a pedidos recebidos de uma autoridade nacional ou de um Gabinete de Ligação para reunir informações básicas ou conselhos de todos os Estados-Membros que podem ser relevantes ou afetar questões operacionais.

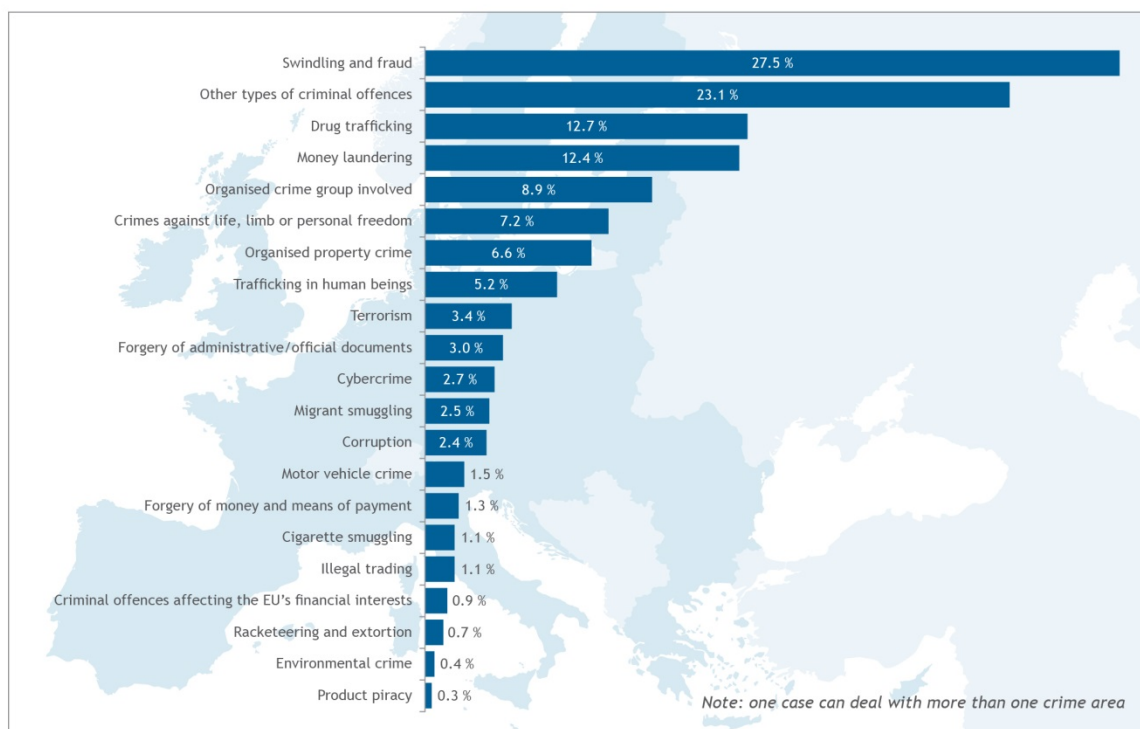


O aumento em casos de crimes organizados sérios destaca a necessidade de uma abordagem multi-agências eficaz para casos transfronteiriços, particularmente através de trocas de informações e envolvimento mútuo, assim como estreita cooperação com Estados terceiros (*consultar* o Capítulo 4). Os Magistrados de Ligação registaram 148 casos. A Eurojust continua a construir pontes entre a Eurojust e os Centros Europol através de peritos nacionais destacados para o Cibercrime afixados no EC3 e representantes nomeados recentemente para o ECTC. A Eurojust contribuiu para a elaboração da SOCTA, assim como para a secção designada "Condenações e Penalizações" e o anexo estatístico relevante para o Relatório TE-SAT. A Eurojust também continuou o seu trabalho na estrutura do Ciclo Político 2013-2017 e participou nas reuniões EMPACT para aumentar o seu apoio judicial para os *Planos de Ação Operacionais (OAP)* relacionados. Na estrutura do Ciclo Político 2018-2021, a Eurojust participou na elaboração dos Planos Estratégicos Plurianuais e OAP para 2018.

O foco operacional da Eurojust está alinhado com as prioridades das Agendas europeias sobre Segurança e Migração. A Eurojust contribui para a implementação das agendas da UE e intensificou as suas atividades, em especial no combate ao terrorismo, cibercrime, introdução clandestina de migrantes e tráfico de seres humanos.

Tipo de crime	Casos			Reuniões de coordenação			EIC		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Terrorismo	41	67	87	15	18	14	3	4	12
Cibercriminalidade	62	60	70	19	13	9	11	8	7
Introdução clandestina de migrantes	60	65	64	20	12	15	9	11	14
TSH	79	93	132	32	33	57	21	32	51
Fraude	647	654	700	76	44	75	34	35	45
Corrupção	90	74	61	10	15	15	4	2	4
Tráfico de estupefacientes	274	254	324	57	41	40	25	24	28
Grupo criminoso organizado móvel	201	199	208	21	19	14	13	12	12
Infrações PIF	69	41	61	11	11	14	5	5	6
Branqueamento de capitais	283	295	315	55	67	85	30	35	45
Crime ambiental	5	6	9	1	0	3	0	0	2

### Eurojust casework in crime areas



O [boletim Eurojust-OLAF](#) é um documento prático elucidativo das funções complementares da Eurojust e da OLAF e encoraja as autoridades nacionais a considerar envolver ambos os organismos, se adequado. Como não existe nenhum mecanismo para conduzir as autoridades nacionais para contactar a Eurojust seguindo uma recomendação da OLAF para o acompanhamento de um processo ou judiciário, o boletim fornece orientação para as autoridades nacionais e profissionais que trabalham na Eurojust e na OLAF sobre quando é merecido envolvimento de outras organizações, particularmente sobre o acompanhamento judiciário das recomendações da OLAF para as autoridades nacionais.

## 2.1 Terrorismo

**Análise de casos** O número de casos de terrorismo encaminhados para a Eurojust pelas autoridades nacionais para auxílio continuou a crescer - de 14 casos em 2014, 41 casos em 2015, 67 casos em 2016 para 87 casos em 2017. Além disso, o Magistrado de Ligação da Suíça registou um caso de terrorismo. A Itália, a Espanha, a Alemanha e a França foram os Estados-Membros mais requerentes. Os Estados-Membros mais solicitados foram a Alemanha, a França e a Bélgica.

A Eurojust continuou a auxiliar nas investigações dos ataques terroristas recentes na Europa, tais como ao comboio Thalys e em Paris, Bruxelas, Ansbach, Nice, Berlim, Estocolmo, Barcelona e Turku, assim como outros casos de atividades terroristas transfronteiriças, incluindo recrutamento, financiamento e propaganda para propósitos terroristas. O aumento no número de casos é conjugado com uma complexidade aumentada de questões abordadas e o requisito para cooperação multilateral rápida e eficaz. Estes casos demonstram claramente a necessidade crescente para uma abordagem comum e coordenada entre as autoridades judiciais. Os Estados-Membros solicitam progressivamente o auxílio da Eurojust, por exemplo, na troca de informações e de provas, no aceleração dos pedidos de processos de MLA e de extradição, MDE e DEI e na criação de EIC.

A Eurojust organizou 14 reuniões de coordenação sobre casos de terrorismo. Duas dessas reuniões de coordenação foram presenciadas por representantes dos Estados terceiros, nomeadamente a Austrália, Canadá, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, as Filipinas, Suíça, Tunísia, Ucrânia e os EUA. A Eurojust também organizou um centro de coordenação focalizado num GCO transnacional envolvido na facilitação de introdução clandestina de migrantes e falsificação de documentos administrativos. Os documentos utilizados por este GCO também foram utilizados por uma rede sofisticada, que foi desmantelada em 2014, por recrutar, facilitar e financiar CTE.

Além disso, a Eurojust participou num número crescente de EIC em casos de terrorismo (12 EIC, 8 das quais eram recém criadas). As EIC forneceram uma plataforma eficiente para troca direta de informações e de provas em casos de terrorismo bilaterais e multilaterais.

Os Estados terceiros participaram em três das EIC: um com a Suíça, um com a Ucrânia e um com a Austrália, Ucrânia e Malásia.

Em 2017, a EIC criada entre a Holanda, Bélgica, Ucrânia, Austrália e Malásia relacionada com o acidente do Voo MH17 a 17 de julho de 2014 alcançou um marco importante. A Eurojust organizou uma reunião de coordenação durante a qual, adicionalmente aos debates prolongados entre as autoridades competentes destes países, foram considerados possíveis próximos passos relativamente ao mecanismo de processo. Os países envolvidos decidiram conjuntamente que a execução de tal responsabilidade em relação ao MH17 terá lugar na Holanda e reafirmou a sua cooperação estreita continuada. A Eurojust permanece um parceiro estreito na facilitação de tal cooperação.

### **Ataques terroristas em Paris**

O vasto apoio operacional que a Eurojust pode fornecer aos Estados-Membros em casos de terrorismo é melhor ilustrado pelas consequências dos ataques terroristas em Paris e Saint-Denis a 13 de novembro de 2015.

O Gabinete Francês na Eurojust abriu um caso em relação a 13 Estados-Membros e os EUA a 26 de novembro de 2015 e a partir daí desempenhou um papel de mediação na transmissão e execução de vários pedidos de MLA. Em dezembro de 2015, a Eurojust e a Europol uniram a criação de uma EIC para a França e a Bélgica logo após os ataques. À medida que as investigações na França e noutros Estados-Membros avançavam e as necessidades de coordenação aumentavam, o Gabinete Francês organizou cinco reuniões de coordenação entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2017, uma em Salzburgo, duas em Paris e duas em Haia.

Ao unir as autoridades judiciais e os investigadores de todos os Estados-Membros envolvidos, as reuniões de coordenação são a principal ferramenta operacional da Eurojust para casos de terrorismo. Neste caso, a coordenação apoiada pela Eurojust foi fundamental ao destacar algumas ligações possíveis entre as investigações dos ataques em Paris e dos ataques em Thalys em agosto de 2015. Como resultado, dois suspeitos presos na Áustria e um suspeito detido na Alemanha foram devolvidos com sucesso às autoridades francesas.

### **O ataque terrorista ao mercado de Natal em Berlim**

A 19 de dezembro de 2016, um camião conduziu deliberadamente em direção ao mercado de Natal em Berlim, deixando 12 pessoas sem vida e mais de 70 vítimas. Uma das vítimas foi o condutor original do camião, que foi encontrado morto a tiro no camião. O autor era natural da Tunísia, inspirado pela propaganda EIIL. Quatro dias após o ataque, foi abatido num tiroteio com a polícia perto de Milão, Itália. O evento foi classificado como um ataque terrorista.

Foi registado Eurojust um caso relacionado com a investigação Alemã ao ataque, realizado pelo Ministério Público. O Gabinete de Ligação Alemão foi envolvido poucas horas após o ataque e o envolvimento da Eurojust aumentou quando o caso desenvolveu mais. Foi registado um caso paralelo relativo ao tiroteio com a polícia italiana pelo Gabinete de Ligação Italiano. A Eurojust foi fundamental na facilitação de troca de informações adequadas e atempadas a nível judiciário. Além disso, a Eurojust teve acesso à sua rede de correspondentes nacionais para os assuntos de terrorismo da Eurojust.

Em março de 2017, foi realizada uma reunião de coordenação na Eurojust, co-organizada pelos Gabinetes de Ligação Alemão e Italiano e com a participação de autoridades de investigação de vários Estados-Membros e Estados terceiros. O objetivo da reunião era trocar informações sobre o estado das vítimas e testemunhas em diferentes países e os resultados das investigações acerca do percurso do atacante e dos seus paradeiros no período entre 19 e 23 de dezembro de 2016. Os participantes debateram as suas respetivas investigações nacionais e concordaram em continuar a sua cooperação diretamente e através da Eurojust.

**Decisão do Conselho 2005/671/JHA** As informações sobre as investigações, execuções e condenações para infrações terroristas partilhadas com a Eurojust, em conformidade com a Decisão do Conselho 2005/671/JHA, aumentaram de forma significativa. A Eurojust foi informada de cerca de 394 investigações e execuções e de 569 condenações ou absolvições para

infrações terroristas. Esta informação, juntamente com as informações partilhadas com a Eurojust ao abrigo do Artigo 13.º da Decisão do Conselho da Eurojust, permite à Eurojust detetar possíveis ligações entre diferentes ataques terroristas e entre casos de terrorismo e crime organizado.

**Cooperação com a Europol** A Eurojust continuou a fortalecer a sua cooperação com a Europol ao envolvê-la em vários casos e ao contribuir para os seus projetos de análise contra terrorismo, *Hydra and Travellers*. As sinergias entre a Eurojust e a Europol na área do contra terrorismo foram aumentadas pelo recrutamento de peritos nacionais destacados especializados no combate ao terrorismo para facilitar a troca de informações entre a Eurojust e o ECTC. As tarefas incluem a promoção do acompanhamento judiciário antecipado das atividades do ECTC e a utilização de ferramentas de coordenação Eurojust.

**Combatentes terroristas estrangeiros** A Eurojust continuou a focar-se na sua estratégia de trabalho sobre a evolução da resposta da justiça criminal aos CTE. Em dezembro, a Eurojust entregou o seu quinto relatório, *Combatentes terroristas estrangeiros: As perspetivas da Eurojust sobre o Fenómeno e a Resposta da Justiça Criminal* ao Conselho JAI. O relatório, classificado como RESTRITO À UE, foi partilhado com profissionais e legisladores a níveis da UE e nacional para aumentar a consciência sobre desafios e boas práticas e para ajudar a construir processos judiciais sólidos. O relatório apresenta a experiência recente da Eurojust na coordenação de investigações e processos de CTE, e desafios e lições aprendidas a partir de investigações e processos reportados à Eurojust. Além disso, o relatório destaca as conclusões preliminares relativamente às questões principais na utilização de informações de campo como prova nos procedimentos criminais, resultando da dificuldade em obter acesso a elas ou para provar que foram obtidas legalmente. Enfatiza que as informações obtidas em campo na Síria e no Iraque podem ser utilizadas nalgumas jurisdições, tanto para infrações terroristas, como para crimes internacionais e chama a atenção para as possíveis ligações entre estes crimes. O relatório conclui que as vias possíveis para obter e partilhar informações de campo como requisitos de provas precisam de ser mais exploradas. Em estreita cooperação com os correspondentes nacionais da Eurojust em questões de terrorismo e com a Rede Genocídio, a Eurojust começou a mapear as melhores práticas e desafios na utilização de informações recolhidas pelos militares a partir de zonas de conflito armado como prova em procedimentos de crimes de terrorismo e/ou de guerra e/ou como a base para a abertura de investigações ou execuções criminais.

**Correspondentes nacionais para questões de terrorismo** Na reunião anual dos correspondentes nacionais da Eurojust para questões de terrorismo, também presenciada por especialistas em contra terrorismo da Noruega, Suíça e dos EUA, pelo Coordenador da UE da Luta contra o terrorismo, pelo Diretor do ECTC e por um representante do Frontex, as discussões focaram-se na exploração das possibilidades para melhorar as respostas judiciais e a cooperação no rescaldo de ataques terroristas, partilhando as melhores práticas na abordagem com as vítimas imediatamente após os ataques terroristas e desradicalizando os suspeitos terroristas. Os participantes debateram desafios nos processos e condenações dos CTE por infrações terroristas e/ou crimes de guerra, assim como desafios na recolha de informações de campo que podem ser utilizadas como provas em procedimentos de terrorismo e/ou de crimes de guerra.

**Alcance** A importância chave dos aspetos judiciais da luta contra o terrorismo foi destacada pela Eurojust, entre outras, em audiências no Comité LIBE do Parlamento Europeu, assim como durante a visita à Eurojust do Comité TERR do Parlamento Europeu em dezembro. Os debates

focaram-se no valor adicionado da Eurojust no apoio às investigações e processos em curso e no aumento da coordenação e na troca de informações. A Eurojust expressou preocupações sobre a reformulação da Regulação 45/2001, especialmente a proposta recente para aplicar a regulação aos dados operacionais processados pela Eurojust e defendidos por um regime comum aplicável à Eurojust, Europol e EPPO.

Aumentar as possibilidades para cooperação judiciária tanto a níveis operacional como estratégico na luta contra o terrorismo é uma das maiores prioridades nas relações da Eurojust com Estados terceiros. Para esse efeito, e para reforçar a confiança mútua e explorar futuras vias para a cooperação, a Eurojust recebeu várias visitas de peritos dos Estados terceiros contra terrorismo e cooperação judiciária, tais como Tunísia, Taiwan e da Liga dos Estados Árabes.

**Radicalização** Na área da radicalização levando a extremismo e terrorismo violentos, a Eurojust continuou a controlar e a analisar as condenações relacionadas com o terrorismo, incluindo a utilização de alternativas para a detenção pelos tribunais dos Estados-Membros. A Eurojust reportou regularidade nos seus monitores no tipo de sentenças impostas pelos juízes em casos de terrorismo (privativa de liberdade ou não privativa de liberdade) e, se adequado, sobre as obrigações anexadas para garantir um equilíbrio entre a reintegração e a desradicalização dos reclusos e da segurança pública.

O quinto relatório CTE da Eurojust também apresenta experiência e as melhores práticas na área das respostas da justiça criminal para a radicalização. A Eurojust contribuiu para os debates e as atividades do Grupo de Peritos de Alto Nível da Comissão sobre a Radicalização (HLCEG-R), especialmente ao identificar prioridades e propostas concretas para ação, a níveis da UE e dos Estados-Membros, em relação a questões de prisão e liberdade condicional, reabilitação e reintegração. Na sugestão da Eurojust, uma das recomendações adotadas pelo HLCEG-R abrange o fornecimento melhorado de informações à Eurojust sobre investigações, processos e condenações para infrações terroristas para permitir que a Eurojust controle a utilização de alternativas ao processo e detenção, como pedido nas Conclusões do Conselho de novembro de 2015 e, assim, contribuir para o desenvolvimento da política criminal sobre CTE e radicalização.

**Monitorização de Condenações por Terrorismo** A Eurojust publicou três TCM em 2017, com base nas informações públicas e informações fornecidas pelas autoridades nacionais em conformidade com a Decisão do Conselho 2005/671/JHA. A TCM fornece uma visão geral das condenações e das absolvições relacionadas com o terrorismo em toda a União Europeia, assim como as atualizações de natureza legal, e sobre as análises judiciais de julgamentos relevantes. Os capítulos de tratamento analítico das questões produzidas em 2017 incluem uma análise de julgamentos conduzidos por tribunais na Alemanha, na Itália e na Holanda. Dois dos julgamentos relacionados com repatriados da Síria e outros envolvidos num grupo julgado por apoiar e procurar ativamente combatentes jihadistas para recrutar. Uma questão inclui um resumo da Diretiva (UE) 2017/541, adotada em março, sobre o combate ao terrorismo. Outra questão inclui uma seleção de Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a luta contra o terrorismo, o que pode ter um impacto nas legislações e políticas da UE e dos Estados-Membros.

#### **Desmantelamento de um grupo envolvido em propaganda EIIL**

As autoridades espanholas pediram o auxílio urgente da Eurojust numa investigação relacionada a um grupo alegadamente envolvido na produção de material audiovisual, para



distribuir online, com conteúdos de propaganda ao EIIL e a defender a comissão de infrações terroristas. O grupo, que estava ativo em vários Estados-Membros, também era suspeito de se envolver em atividades de recrutamento e de radicalização.

Para dismantelar o grupo, as autoridades espanholas planearam um dia de ação conjunta, a ser coordenado pela Eurojust. Para este efeito, cinco dias antes da ação comum planeada, o Juiz de Instrução responsável emitiu dois MDE e duas CR solicitando a execução de várias buscas e apreensões de itens relevantes na Alemanha e no Reino Unido. Os MDE e as CR seriam realizados de forma simultânea e coordenada durante o dia de ação conjunta.

Na preparação para o dia de ação conjunta, os Gabinetes de Ligação da Espanha, Alemanha e do Reino Unido estavam em contacto constante entre si, facilitando a troca espontânea de informações e a transmissão imediata de cópias de CR e de MDE. Trocaram informações do estado das traduções das CR e dos MDE e da inserção destes no SIS, e estabeleceram contacto com as SIRENE para preparar a ativação sincronizada dos MDE inseridos no SIS.

Os Gabinetes de Ligação aconselharam as suas autoridades nacionais sobre a melhor forma de proceder e fornecer informações e esclarecimentos adicionais, conforme necessário. As verificações preliminares foram realizadas para estabelecer as autoridades competentes na Alemanha e no Reino Unido para a execução dos MDE e das buscas mesmo antes das traduções dos MDE e das CR estarem disponíveis. Antes da receção da versão inglesa do MDE, o Gabinete de Ligação do Reino Unido encaminhou a versão espanhola para as autoridades nacionais competentes para agilizar a certificação do MDE como um pré-requisito para a detenção do suspeito em Birmingham. Levantou-se uma questão em relação ao tempo das buscas, visto que a legislação alemã proíbe as buscas noturnas (por exemplo, buscas antes das 03h00), então a autoridade requerente estipulou a hora de execução para as 04h00.

Foram transmitidas às autoridades alemã e britânica competentes as traduções urgentes dos MDE e das CR para alemão e inglês (dentro de 24 horas) através dos Gabinetes de Ligação da Eurojust. No prazo da receção, foram elaboradas as formalidades legais e práticas necessárias na Alemanha e no Reino Unido para executar as medidas requeridas, e, através dos Gabinetes de Ligação da Eurojust, foram comunicados às autoridades espanholas futuros desafios possíveis devido à falta de informações suficientes a respeito da alegada infração no MDE. Além disso, foi conseguida a extensão do mandado de busca no Reino Unido para incluir um veículo não mencionado na CR. O Membro Nacional Espanhol também trabalhou de perto com o magistrado de ligação para Espanha em Londres para auxiliar as autoridades nacionais.

Às 04h00, no dia 28 de junho, as autoridades na Alemanha, Espanha e no Reino Unido lançaram uma operação bem-sucedida levando à detenção de seis membros do grupo suspeitos. A operação foi coordenada pela Eurojust e apoiada por um especialista contra terrorismo da Europol mobilizado para Espanha. Os agentes da polícia espanhola também foram mobilizados no terreno na Alemanha e no Reino Unido durante o dia da ação.

A Eurojust continuou a coordenar e a facilitar a cooperação entre as autoridades nacionais após o dia da ação. Logo após as detenções, as autoridades espanholas transmitiram informações suplementares aos seus colegas alemães e britânicos para resolver as questões relacionadas com a falta de informações suficientes nos MDE iniciais (em conformidade com os requisitos do princípio da especialidade para a produção de três clipes de vídeo), e facilitaram as decisões de entrega pelas autoridades de execução. As respetivas delegações do ministério público foram

fornecidas com informações adicionais necessárias para ativar as entregas em conformidade com o n.º 2 do Artigo 15.º da Decisão-Quadro Regulamentar o Mandado de Detenção Europeu. Em resultado, a pessoa detida na Alemanha foi entregue com sucesso às autoridades espanholas.

Além disso, a Eurojust facilitou a identificação e seleção dos itens relevantes apreendidos na Alemanha durante o dia da ação, que pode servir como prova nos procedimentos espanhóis. Os Gabinetes de Ligação da Alemanha e da Espanha também forneceram esclarecimentos ao magistrado principal na Alemanha, facilitando, desta forma, a obtenção da autorização pelo tribunal nacional competente para transferir itens apreendidos durante as buscas. Os itens apreendidos foram entregues em conformidade com o Artigo 29.º da DQ do MDE.

Alguns meses após o dia da ação, a Eurojust realizou uma reunião de coordenação durante a qual as autoridades nacionais participantes da Alemanha, Espanha e do Reino Unido forneceram feedback sobre a preparação e execução do dia da ação. Também debateram o ponto da situação sobre procedimentos em curso e possibilidades para futura cooperação. Durante a reunião de coordenação, as autoridades britânicas entregaram à Espanha o material apreendido durante o dia da ação. A pessoa detida no Reino Unido foi entregue à Espanha.

A coordenação e o auxílio da Eurojust foram altamente valorizados pelas autoridades espanholas, que acreditam que, sem este auxílio, a realização de uma operação multinacional simultânea tão complexa teria sido impossível, especialmente dado o tempo de preparação extremamente curto. O auxílio da Eurojust também foi fundamental no acompanhamento do dia da ação bem-sucedido e na cooperação contínua entre as autoridades nacionais envolvidas.

[Manual Eurojust do CBRN-E](#)

[Novidades Eurojust Boletim n.º 15](#)

## 2.2 Cibercrime

**Análise dos casos** As investigações de cibercrime requerem inevitavelmente forças policiais e autoridades judiciais para cooperar e coordenar ações de investigação com autoridades em jurisdições diferentes. A Eurojust apoiou 70 casos, realizou 9 reuniões de coordenação e 1 centro de coordenação, e apoiou 7 EIC, 4 das quais foram criadas recentemente. Os Estados-Membros mais requerentes foram a Roménia, a Alemanha e a Holanda. Os Estados-Membros mais solicitados foram o Reino Unido, a França e a Alemanha.

O caso NotPeyta destacou a importância de uma resposta coordenada imediata para ciberataques de grande escala e, portanto, a mais-valia do envolvimento rápido da Eurojust e da Europol.

A 27 de junho de 2017 aconteceu um ciberataque massivo, afetando sistemas informáticos em todo o mundo. Mascarado de ransomware, o software malicioso que foi utilizado no ataque, apelidado de NotPeyta, espalhou-se pela rede informática comprometida de um fornecedor ucraniano de software de contabilidade. Como resultado do ataque, os sistemas de TI de várias empresas ficaram irremediavelmente danificados. As vítimas incluíam médias e grandes empresas em vários Estados-Membros e em vários países do mundo. Apenas a rápida

intervenção dos departamentos de TI das empresas afetadas, incluindo o bloqueio parcial ou total do acesso à rede, preveniu o malware NotPetya de se espalhar mais.

A poucas horas do ataque, as autoridades judiciais francesas abriram uma investigação criminal e pediram auxílio à Eurojust. Foram iniciadas investigações paralelas em vários países de todo o mundo. Para coordenar estes esforços, foi realizada uma reunião operacional na Europol em julho e foi realizada uma reunião de coordenação na Eurojust em setembro, envolvendo 10 Estados-Membros e a Ucrânia. Foi criada uma EIC em dezembro para garantir a recolha atempada de provas eletrónicas e a coordenação de esforços de investigação nos países participantes, transpondo diferenças nos quadros jurídicos.

**Cooperação com a Europol** A Eurojust cooperou de perto com os seus principais intervenientes, particularmente através do destacamento do Perito Nacional da Eurojust em Cibercriminalidade para o EC3, promovendo um envolvimento rápido das autoridades judiciais e facilitando a troca de informações, assim como apoiando o Joint Cybercrime Action Task Force (J-CAT) (Grupo de Ação Conjunta no combate ao Cibercrime). A Eurojust e a Europol atualizaram o documento conjunto sobre desafios comuns no combate ao cibercrime, que foi publicado como EU doc. 7021/17.

Desde 2016, a Eurojust tem apoiado os projetos europeus Money Mule Action (EMPACT), designados EMMA I, II e III. Cada ação consistiu numa semana de ação operacional, seguida de uma semana de campanha na comunicação social para aumentar a consciência entre o público sobre mulas de dinheiro. O foco da EMMA mudou ao longo dos anos, da mera identificação de mulas de dinheiro para a identificação de organizações criminosas que recrutam mulas de dinheiro, assim como a prevenção de prejuízos económicos e congelamento e apreensão de lucros ilegais. A Eurojust auxilia na coordenação das investigações das autoridades nacionais e dá conselhos sobre possíveis obstáculos legais derivados de investigações transfronteiriças e das especificidades da cooperação público-privada com o setor bancário. Os resultados destas atividades coordenadas entre os Estados-Membros, a Federação Bancária Europeia, a Europol e a Eurojust mostram que se pode alcançar mais quando as mulas de dinheiro são detidas a nível internacional.

**Cooperação com a RJEC** A Eurojust apoia a RJEC (*consultar* Secção 5.4) e coopera de perto com esta rede no desenvolvimento de várias atividades de encriptação (*consultar* Secção 3.1); retenção de dados (*consultar* Secção 3.2); Investigações da Darknet; e provas eletrónicas.

A Eurojust, com o auxílio da RJEC, realizou duas análises na área da cibercriminalidade: um dos impactos do parecer do Tribunal de Justiça sobre a retenção de dados, e um parecer sobre as possibilidades para e as experiências em realizar investigações online sobre a criminalidade Darknet dos Estados-Membros. O resultado da análise preliminar deste último foi utilizado como uma entrada para a Conferência Darknet, organizada pela Europol em outubro de 2017, no âmbito do PAO relativo às Armas de Fogo.

Os peritos da Eurojust e os membros da RJEC participaram em reuniões sobre provas eletrónicas, organizadas pela Comissão, fornecendo contributos a partir da análise de casos da Eurojust e identificando as melhores práticas dos Estados-Membros.

As reuniões plenárias da RJEC na Eurojust proporcionaram uma plataforma para partilhar experiência, conhecimentos e as melhores práticas entre os elementos chave da luta contra a cibercriminalidade, isso é, representantes das autoridades nacionais, Gabinetes de Ligação da

Eurojust, observadores do EC3, a Comissão e o Chefe do Secretariado da RJE. O caso Darkweb, apoiado pela Eurojust e pelo EC3, foi apresentado durante a reunião plenária e ilustrou os vários desafios técnicos e jurídicos no combate à criminalidade na Darkweb. A abordagem adotada na investigação foi vista pela RJEJ como a melhor prática e podia servir como um exemplo perfeito para futuras abordagens em mercados ilícitos semelhantes da Darkweb.

**Monitorização Judicial da Cibercriminalidade** A Eurojust publicou o seu terceiro CJM, o qual é uma ferramenta para apoiar profissionais na investigação e execução dos casos de cibercriminalidade. Fornece uma visão geral dos desenvolvimentos legislativos e análises da jurisprudência na área da cibercriminalidade, crimes virtualmente ativados e provas eletrónicas. Inclui o resultado da análise de impacto do parecer do TJUE sobre a retenção de dados. Em vários Estados-Membros, os tribunais já consideraram a validade das regulamentações nacionais da retenção de dados. No entanto, até à data nenhum deles invalidou leis nacionais de retenção de dados. O CJM também apresenta uma análise preliminar da revisão da Eurojust das possibilidades de investigação disponíveis para as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, assim como os desafios práticos e jurídicos que enfrentam quando realizam investigações sobre a Darkweb. A cooperação e a coordenação transfronteiriças nestas investigações são fundamentais para o seu sucesso, tendo em conta as várias jurisdições envolvidas. As EIC estão a provar trazer uma mais-valia especial a este domínio.

**Alcance** A Eurojust apresentou o seu trabalho sobre a cibercriminalidade durante várias audiências do Comité LIBE no Parlamento Europeu. Na audiência sobre abuso e exploração sexual infantil, a Eurojust apresentou a sua análise de casos sobre a exploração sexual infantil online.

### **Operações contra uma rede criminoso Usenet**

Em casos de cibercriminalidade, o tempo é fundamental. Com um clique, os dados podem ser removidos ou transferidos de uma jurisdição para outra – não só dentro da União Europeia, mas também para outras partes do mundo.

Em outubro de 2017, o Gabinete de Ligação Alemão trouxe à Eurojust dois casos relacionados envolvendo alegadas violações importantes do direito da propriedade intelectual da Alemanha. GCO de pirataria online eram suspeitos de gerir portais piratas na Internet oferecendo milhares de materiais licenciados ou protegidos, tais como filmes, software e séries televisivas.

Apesar de a publicidade a este conteúdo não estar disfarçada na Surface Web (não Deep Web) sob domínios como [www.town.ag](http://www.town.ag) e [www.usenetrevolution.info](http://www.usenetrevolution.info), este conteúdo foi guardado na chamada Usenet. Os líderes dos GCO são suspeitos de ter ganho mais de 1 milhão de euros com a venda do acesso correspondente de adesão à Usenet. Os danos causados pelas violações de direitos de autos estão estimados em 7,5 milhões de euros.

Os servidores para todas estas atividades eram operados por várias empresas com subsidiárias na França, na Holanda, em São Marinho e no Canadá. Além disso, dois dos 68 suspeitos foram localizados na Suíça e um dos principais suspeitos foi localizado em Espanha. Foi criado um centro de coordenação para apoiar a coordenação judicial com estes países, apreender dados relevantes e executar outros pedidos de forma adequada e atempada.

Uma vez que eram responsáveis duas Delegações do Ministério Público alemão e os suspeitos foram localizados dentro e fora da Alemanha, o centro de coordenação estava ciente da necessidade de garantir a sincronização adequada entre as várias ações solicitadas. Os pedidos de cooperação à França e à Holanda foram efetuados através de DEI e para os outros países através de CR. Enquanto a maioria dos suspeitos foram localizados na Alemanha, também foi emitido um MDE para o suspeito em Espanha.

Para este caso foi fundamental o tempo de cooperação relativo à apreensão de dados. Para o propósito da execução, foi essencial uma aquisição dos portais piratas na Internet. Numa fase inicial, o centro de coordenação foi informado de que as autoridades alemãs tinham conseguido apreender as palavras-passe que davam acesso direto à maioria dos servidores. A Eurojust contactou imediatamente todos os Estados-Membros relevantes e pediu atrasassem as operações direcionadas às empresas de acolhimento relevantes.

A agenda das medidas foi modificada repetidamente durante o dia da ação para acomodar constantemente a troca de necessidades operacionais. A Eurojust interveio rapidamente através do dia da ação para garantir a sincronização ideal das operações através dos países participantes. Foram detidas duas pessoas, foram realizadas 76 buscas e foram apreendidos vários sítios Web, servidores, computadores e provas eletrónicas.

Esta grande quantia de dados foi obtida ao:

- aceder e descarregar os dados dos servidores da Internet utilizando computadores portáteis ou palavras-passe encontradas durante as buscas às casas dos suspeitos na Alemanha;
- apreender servidores adicionais, que se presumia estarem localizados nas instalações da empresas de acolhimento na França e no Canadá, e
- confiscar os documentos e informações de transação extensas das empresas na Espanha e na Holanda.

O impacto das medidas foi além das redes criminosas neste caso. Durante o dia da ação, ficaram offline outros sítios Web piratas da Usenet. GCO semelhantes aperceberam-se de que tinha sido realizada uma ação judiciária internacional e decidiram encerrar os seus servidores para evitar uma ação penal.

## 2.3 Introdução clandestina de migrantes

**Análise de casos** O número de casos encaminhados para a Eurojust aumentou de 32 casos em 2014 para 64 em 2017. A Eurojust organizou 15 reuniões de coordenação, dois centros de coordenação e 14 EIC, seis das quais eram recém criadas, reafirmando a necessidade para facilitar a cooperação através de ferramentas de cooperação judicial para enfrentar o fenómeno a nível internacional. Os Estados-Membros mais requerentes foram a Áustria, a Grécia e a Itália. Os Estados-Membros mais solicitados foram a Alemanha, a Bulgária e a Itália.

O número geral de casos encaminhados para a Eurojust permanece, no entanto, relativamente baixo comparativamente à magnitude da crise de migração atual e do número assumido de migrações facilitadas.

A Eurojust continuou a dar o seu apoio às autoridades judiciárias competentes dos pontos principais através dos seus Gabinetes de Ligação, o qual era baseado em informações judiciais recebidas dos seus pontos de contacto judiciais na Itália e na Grécia.

As autoridades judiciais estão a promover uma abordagem de cooperação judiciária regional no contexto do Grupo de Ação do Mar do Norte. O último foi estabelecido em abril de 2016. Une autoridades judiciais e de aplicação da lei da Bélgica, França, Holanda e do Reino Unido, assim como a Eurojust e a Europol, para trocar informações e melhorar a coordenação das execuções.

Um caso ilustra as atividades bem-sucedidas do Grupo de Ação. O caso envolveu um GCO suspeito de facilitar imigração ilegal a partir de países incluindo o Afeganistão, Paquistão e o Vietname para a União Europeia violando a lei da imigração. O GCO também era suspeito de branqueamento de capitais. Acredita-se que GCO tenha transportado migrantes em veículos especialmente adaptados, passando pela Bulgária, Bélgica, França e Holanda, sendo o destino final o Reino Unido. As investigações ao GCO começaram em 2016 no Reino Unido e na Holanda e foram detetadas ligações para os outros três Estados-Membros. Um aspeto do caso é que juntou vários países localizados ao longo do percurso da introdução clandestina de migrantes: o país de destino (Reino Unido), países de passagem (Bélgica, Bulgária, Alemanha, França e a Holanda) e países nos quais o GCO encontrou apoio logístico (nomeadamente a França, onde os veículos eram adaptados).

Como destacado pelos profissionais na [reunião da Eurojust sobre introdução clandestina de migrantes](#) em junho, a natureza dos casos de introdução clandestina de migrantes pede uma cooperação mais próxima entre os países de origem, de passagem e de destino, e desta forma, estes casos são candidatos naturais para a cooperação judiciária internacional. A reunião foi concluída com um acordo sobre a necessidade de dismantelar e executar todo o GCO, por oposição à execução dos segmentos nacionais de isolamento. A troca de informações numa fase inicial foi identificada como uma melhor prática neste contexto. Também foi mencionada a melhoria de cooperação com os Estados terceiros. A esse respeito, a análise de casos da Eurojust indica que a cooperação teve lugar numa ocasião com o Líbano, Jamahiriya Árabe Líbia, Turquia e a Suíça e duas vezes com a Sérvia.

### **Casamentos brancos**

Os casamentos brancos parecem ser muito utilizados como um *modus operandi* para introduzir migrantes na União Europeia, o que indica que os GCO estão bem cientes das diferenças na legislação dos Estados-Membros, e tendem a escolher aqueles com um quadro jurídico permissivo.

Em 2014 e 2015, a Irlanda deparou-se com um aumento significativo nas candidaturas para asilo de cidadãos não-UE do subcontinente indiano. No mesmo período, foi observado um aumento significativo nos casamentos entre determinados cidadãos não-UE e UE, predominantemente entre pessoas do sexo masculino do subcontinente indiano e pessoas do sexo feminino da Europa de Leste e Portugal. As investigações sobre este fenómeno mostraram que os candidatos a asilo utilizaram este processo para estabelecer um estado na Irlanda apesar da grande maioria desses homens terem um estado de imigração anterior e histórico no Reino Unido. Para as mulheres envolvidas, a motivação pareceu ser meramente lucros financeiros.

Em 2016, o Gabinete de Ligação Irlandês abriu um caso para obter cooperação judiciária da Letónia com o objetivo de entregar possíveis organizadores e recrutadores de noivas letãs à justiça. Os objetivos chave da investigação irlandesa eram um cidadão do sexo masculino paquistanês residente na Irlanda e uma mulher letã também residente na Irlanda. A mulher

suspeita viajava para a Letónia com regularidade e acredita-se que seja a organizadora e a recrutadora de vários casamentos de conveniência envolvendo mulheres letãs.

Na primeira reunião de coordenação em fevereiro de 2016, as autoridades letãs confirmaram que na sua própria investigação, o principal suspeito era outro cidadão paquistanês que liderou uma rede envolvida em, pelo menos, 60 casamentos de conveniência. Os suspeitos foram ligados e o *modus operandi* utilizado foi confirmado tanto pelas autoridades letãs como pelas irlandesas.

A segunda reunião de coordenação foi realizada em fevereiro de 2017 para resolver os principais desafios no caso, particularmente pela caracterização legal das infrações e pela questão de criminalidade dupla.

Os casamentos de conveniência não são criminalizados ao abrigo da lei irlandesa, deixando apenas infrações auxiliares tais como conspiração para defraudar ou fornecer documentos falsos como uma base para mover processos criminais. As penalizações para tais crimes tendem a ser mínimas.

Na Letónia, a infração criminal do casamento por conveniência foi introduzida no Código Penal em 2013, mas as execuções ainda provaram desafios, devido à jurisprudência limitada disponível e às variações nas penalizações impostas. Além disso, surgiram questões jurisdicionais porque parte do crime não foi cometido em território letão e o caso apenas envolveu uma tentativa.

O alvo principal irlandês foi detido na Irlanda por violação à lei da imigração e as autoridades irlandesas sugeriram a entrega do suspeito na Letónia para enfrentar as acusações de casamento por conveniência. Foram consideradas tanto a ordem de deportação como uma entrega baseada num MDE. Como uma deportação não tem um destino específico, esta medida corria o risco do suspeito não viajar para a Letónia, o que podia descurar o propósito da investigação contra ele. A entrega no seguimento de um MDE da letónia requereu uma infração equivalente na Irlanda. Foi considerada a lista de infrações na Decisão Quadro do MDE de 2002 e os participantes da reunião concordaram que a decisão devia ser tomada após a estratégia de acusação da Letónia ser definida. Para garantir a execução do principal suspeito irlandês, os participantes consideraram um julgamento *in absentia* na Letónia como uma terceira opção. As autoridades irlandesas ofereceram-se para facilitar tal opção e para fornecer provas para esse propósito. Por fim, o principal alvo irlandês ficou sujeito ao pedido de deportação no seguimento da revogação do seu estado de imigração.

Em resposta a este fenómeno, as autoridades irlandesas começaram a combater a questão no início, sobretudo aumentando a consciência do pessoal envolvido no processamento de casamentos. Esta estratégia revolucionária, juntamente com a Eurojust e vários Estados-Membros, produziu resultados, visto que o número de solicitações para casamentos desceu significativamente desde 2015.

Os membros da operação estão a cooperar com os outros Estados-Membros, com o apoio da Eurojust e da Europol, na denúncia de casamentos brancos e está em curso uma investigação pan-europeia. Além disso, a investigação irlandesa desenvolveu e focou-se também em casamentos que ocorreram em 2012 e em 2013.

**Grupo Temático sobre a introdução clandestina de migrantes** O Grupo Temático continuou as suas atividades para apoiar as procuradorias-gerais afetadas pela introdução clandestina de migrantes. Foram publicadas análises da jurisprudência nacional de casos italianos, espanhóis e

franceses. Estas análises destacam os obstáculos específicos a cada país e as soluções encontradas para os ultrapassar. Por exemplo, a análise da jurisprudência italiana destaca soluções para impor a jurisdição italiana no alto mar, enquanto a análise da jurisprudência francesa tende a indicar a prevalência de documentos de identificação fraudulentos e a resposta dos legisladores para aumentar as penalidades a este respeito.

**Cooperação com a Europol** A Eurojust tem um ponto de contacto para o Ponto de Verificação de Análise de Projetos, a interface operacional da Eurojust com o setor de aplicação da lei e, particularmente, a Europol, para debater casos de interesse comum. Além disso, a Eurojust está a explorar as possibilidades para desenvolver mais as relações operacionais próximas com o Centro Europeu contra a Introdução Clandestina de Migrantes (EMSC) com base na Europol.

**Alcance** A Eurojust mantém cooperação próxima com as instituições da UE e outros parceiros ativos na luta contra a introdução clandestina de migrantes. A troca de informações com os parceiros relevantes, tais como a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), missões e operações, foi melhorada, e foram exploradas mais oportunidades para fomentar a troca de informações com os Magistrados de Ligação da Imigração no contexto do processo de revisão da Regulamento do Conselho (CE) n.º 377/2004. Além disso, a Eurojust contribuiu para a revisão intercalar da Agenda Europeia da Migração e destacou, *inter alia*, que os organismos nacionais de aplicação da lei precisam de ser encorajados a adaptar as suas estratégias processuais para apontar os cérebros do GCO. A este respeito, as ferramentas de cooperação judiciais podem fornecer auxílio fundamental.

A troca de informações estratégicas com a EUNAVFOR MED continuou ao longo do ano. A Eurojust e a FRONTEX estão atualmente empenhadas em avaliar novas oportunidades de cooperação. Ao abrigo do novo quadro jurídico da FRONTEX, a FRONTEX e a Eurojust podem trocar dados pessoais com o propósito de investigações criminais.

## 2.4 TSH

**Análise de casos** A Eurojust registou 132 casos, um aumento significativo comparativamente a 93 casos em 2016 e realizou 57 reuniões de coordenação comparativamente a 33 em 2016. Os Estados-Membros mais requerentes foram a Roménia, o Reino Unido e a Bulgária. Os Estados-Membros mais requeridos foram a Roménia, a Alemanha e o Reino Unido.

A utilização de EIC também aumentou: 26 EIC eram recém-criadas, totalizando 51 EIC ativas. Trinta e nove EIC receberam financiamento da Eurojust. As EIC incluíram Estados terceiros tais como a Noruega, a Suíça e a Bósnia e Herzegovina. Os crimes de TSH são muitas vezes cometidos por GCO, algumas vezes juntamente com branqueamento de capitais e crimes contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas. A ênfase contínua colocou o TSH, na forma de Projeto Estratégico, num Plano de Ação da Eurojust contra o TSH e as recomendações dadas no Relatório de Avaliação Final, poderá ter contribuído para este aumento no apoio operacional.

**Relatório de Avaliação Final** Em janeiro, a Eurojust publicou o seu [Relatório de Avaliação Final sobre a Implementação do Plano de Ação da Eurojust contra o TSH 2012-2016](#). Revê as análises de casos da Eurojust na luta contra o TSH durante o período de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016 e foca-se no trabalho feito durante os dois anos do Plano de Ação (2014-2016). O Relatório mostrou que o tipo de exploração mais comum das vítimas de TSH é a exploração



sexual e o segundo tipo mais comum é a exploração laboral. As investigações neste tipo de crime são complexas; são muitas vezes envolvidos grupos criminosos muito bem organizados e vítimas vulneráveis.

O relatório destacou alguns dos desafios encontrados nas investigações e execuções:

- recolha e admissibilidade das provas;
- identificação e localização das vítimas;
- fiabilidade dos depoimentos das vítimas;
- questões relativas aos conflitos de jurisdição;
- execução de MDE;
- utilização de técnicas especiais de investigação transfronteiriça;
- deteção e confiscação de lucros gerados pelo TSH;
- provar branqueamento de capitais pelos GCO envolvidos em TSH; e
- diferenças no direito substantivo e processual dos Estados-Membros.

O relatório também destacou algumas melhores práticas: (I) A Eurojust fornece as autoridades nacionais com uma plataforma para esclarecer questões e encontrar um entendimento comum da forma de proceder ao organizar e auxiliar nas reuniões de coordenação; (ii) A Eurojust pode ajudar a resolver questões jurisdicionais; (iii) é benéfica uma abordagem multidisciplinar envolvendo ONG, departamentos fiscais, serviços de imigração e agências de aplicação da lei; (iv) é importante construir a confiança das vítimas; e (v) o estabelecimento de uma EIC pode ajudar a resolver problemas relacionados com provas.

**Alcance** Devido à complexidade deste tipo de crime, é necessária uma abordagem multi-agências. A Eurojust continuou o seu compromisso com a sua parceira com outras instituições da UE e agências de JAI para agilizar e otimizar recursos na luta contra o TSH. Em março, Coordenador da Luta Antitráfico da UE reuniu-se com o Presidente da Eurojust para debater os desenvolvimentos mais recentes e futuros trabalhos no TSH. A Eurojust também apresentou e debateu o relatório dentro do grupo de Pontos de Contacto de TSH a partir das Agências de JAI, lideradas pela Comissão. A Eurojust forneceu contributos sobre o projeto de Comunicação da Comissão para o Parlamento Europeu e o Conselho, comunicando sobre o acompanhamento da *Estratégia da UE em relação à erradicação do tráfico de seres humanos* e identificando mais ações concretas. Uma área de atenção da Comunicação é desfazer o modelo de negócio do qual depende o TSH, por exemplo, ao intensificar as investigações e execuções e ao facilitar investigações financeiras e de obtenção de informações, recuperação de bens, congelamento e confiscação de lucros, assim como cooperação mais próxima.

Além disso, a Eurojust partilhou o seu conhecimento e melhores práticas com o UNODC: participou nas suas Reuniões de Grupos de Peritos sobre Cooperação Legal Internacional em Casos de Tráfico de Pessoas e forneceu contributos ao projeto do UNODC *Manual sobre a Investigação e Execução de Tráfico de Seres Humanos em todo o Mundo*.

#### **EIC num caso de TSH para exploração sexual**

O caso envolve TSH da Eslováquia para o Reino Unido com o propósito de exploração sexual. Neste caso, o tráfico é ligado a outras formas de atividade criminal: os crimes investigados no Reino Unido não só incluíam TSH mas também violação, facilitação de introdução clandestina de

migrantes para o Reino Unido, fraude de documentos e outros crimes associados. Na Eslováquia, as investigações relacionadas a extorsão, obstrução de justiça e tentativa de obstrução à justiça.

Foi identificada a necessidade da criação de uma EIC através de contactos bilaterais a nível judiciário. A Eurojust facilitou a comunicação entre as autoridades nacionais durante a preparação e criação da EIC, e auxiliou na elaboração do acordo da EIC e das suas posteriores revisões. Além disso, devido a diferenças nos sistemas legais, as autoridades eslovacas solicitaram uma justificação para o líder da EIC do Reino Unido ser um agente da polícia em vez de ser um procurador. A Eurojust esclareceu a questão ao explicar a separação das funções entre autoridades processuais e de investigação na Inglaterra e no País de Gales; eles trabalham muito perto através da vida útil de um caso criminal, mas as suas funções estão claramente delineadas. No sistema do Reino Unido, um procurador não pode pedir a um agente da polícia para agir, nem para controlar ou liderar a investigação. Portanto, o líder da EIC do Reino Unido tem de ser um agente da polícia. Além disso, a Eurojust ajudou a encontrar uma solução legal que incluía um tradutor para a EIC.

O acordo da EIC foi assinado em setembro de 2013, com a Eurojust como interveniente. A Eurojust também forneceu apoio financeiro à EIC. Na fase operacional da EIC, a Eurojust foi envolvida em debates e fornecer contributos sobre o carácter jurídico de "ordens de prevenção de escravatura e tráfico" emitidas pelo Reino Unido em conformidade com a Lei de Escravatura Moderna. Em conformidade com a lei britânica, a violação de tal ordem seria uma infração passível de extradição no Reino Unido, implicando uma punição até cinco anos de prisão e pode ser emitido um MDE. No entanto, nenhum instrumento de reconhecimento mútuo seria ativado na Eslováquia para assumir tal ordem. Desde que as ordens do tribunal foram emitidas com base na lei nacional, que não transponha a Decisão Quadro do Conselho 2008/947/JHA de 27 de novembro de 2008 sobre a aplicação do princípio de reconhecimento mútuo, a polícia eslovaca só pode fornecer informações a nível judicial para informar as autoridades do Reino Unido de uma possível violação destas ordens no território da República da Eslováquia.

As vítimas vulneráveis precisam de proteção, algo típico das infrações de TSH. As disposições para este efeito foram incluídas no acordo da EIC. A EIC garantiu a presença das vítimas eslovacas nos julgamentos do Reino Unido, facilitou os testemunhos dos agentes eslovacos nos julgamentos do Reino Unido e apoiou a troca de informações rápida e contínua.

Após a conclusão da investigação, foram condenadas 10 pessoas no Reino Unido por infrações penais de TSH e "outras infrações associadas" (por exemplo, casamentos brancos).

As informações recolhidas através da EIC possibilitaram a iniciação de um procedimento penal na Eslováquia. As investigações resultaram na condenação de três pessoas por extorsão e obstrução da justiça.

### **O auxílio da Eurojust na criação de uma EIC e na preparação de um dia de ação conjunta num caso de TSH e de branqueamento de capitais**

Em abril de 2016, as autoridades romenas abriram uma investigação para um GCO internacional acusado de cometer TSH para exploração sexual, proxenetismo e branqueamento de capitais. As vítimas do sexo feminino, que mostraram grande vulnerabilidade devido à idade, deficiência física ou mental, ou falta de recursos financeiros, a trabalhar em alternativas ou em laços familiares, foram forçadas a prostituir-se na Bélgica, na República Checa, na Alemanha, na

Espanha, na Suíça e no Reino Unido por membros do GCO. A investigação revelou que foi obtida uma quantia substancial de dinheiro a partir das atividades criminais descritas, com transações bancárias geridas pelo GCO equivalentes a mais de 5 milhões de euros.

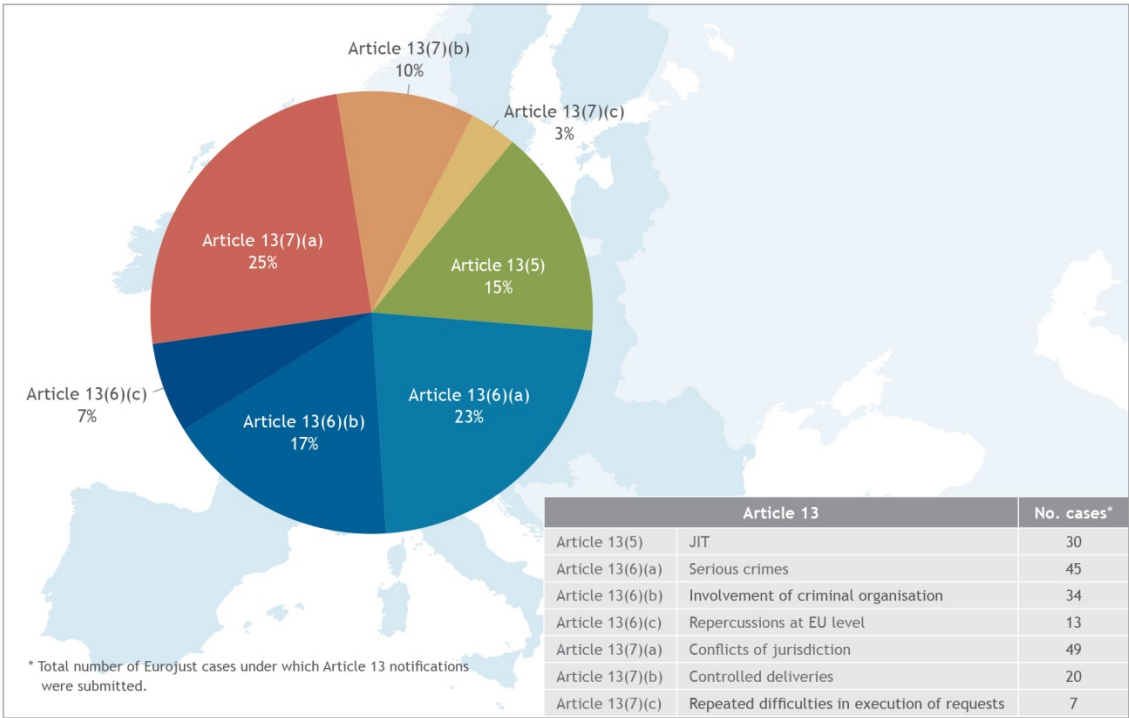
Em setembro de 2016, o caso foi encaminhado para a Eurojust para apoiar a cooperação com as autoridades nacionais dos Estados-Membros e Estados terceiros envolvidos, particularmente na criação de uma EIC e na preparação de um dia de ação conjunta. Na primeira reunião de coordenação, em fevereiro de 2017, foi acordada a criação de uma EIC. O acordo da EIC foi assinado em março entre a Bélgica, a Roménia e o Reino Unido, com a participação dos respetivos Membros Nacionais. Em simultâneo, a Eurojust recebeu, transmitiu e facilitou a execução de pedidos de MLA com a República Checa, a Alemanha e a Suíça, países não pertencentes à EIC.

A segunda reunião de coordenação em maio foi utilizada para planear e a preparar o dia de ação conjunta. Além disso, os participantes nessa reunião, com o apoio da Eurojust, acordaram sobre melhor local para o processo. Durante o dia de ação conjunta em junho, foram realizadas 71 buscas domiciliárias na Roménia e 20 buscas domiciliárias na Bélgica, na República Checa, na Suíça e no Reino Unido. Foram apreendidas grandes quantias de dinheiro, joias, armas de fogo, estupefacientes e equipamentos eletrónicos. No mesmo dia, foram detidos 39 suspeitos na Roménia e três no Reino Unido e foram interrogadas 40 testemunhas. Adicionalmente, foram autorizadas medidas de congelamento sobre bens equivalentes a mais de 2 milhões de euros na Roménia. A Eurojust forneceu conselhos às autoridades nacionais durante o dia de ação conjunta.

Neste caso, a Eurojust também forneceu apoio logístico e financeiro à EIC. A Europol contribuiu para a troca de informações entre os países envolvidos e forneceu apoio operacional ao organizar uma reunião operacional e comparando as informações recebidas.

A Eurojust monitorizou o fluxo de notificações ao abrigo dos n.ºs 5 a 7 do Artigo 13.º da Decisão do Conselho, que obriga os Estados-Membros a partilharem determinadas informações com a Eurojust.

Article 13 cases



### **Exposições itinerantes e seminários de marketing**

A Eurojust organizou, em cooperação com as respetivas autoridades nacionais, três seminários de marketing (na Finlândia (maio), na Suécia (setembro) e em Portugal (novembro)), e sete exposições itinerantes (na Bulgária, na França, na Lituânia, na Hungria, na Roménia e na Finlândia), para promover as tarefas, o trabalho e o valor acrescentado da Eurojust em assuntos operacionais, e o reconhecimento da Eurojust como centro de competências judiciais e legais na União Europeia. Os procuradores, os juízes e/ou as autoridades policiais participaram nestes seminários.

### **Estratégia de alcance**

Em dezembro, o Colégio aprovou a estratégia de alcance da Eurojust nos Estados-Membros para aumentar a consciência das autoridades nacionais do valor acrescentado dos serviços e operacional da Eurojust. A estratégia refere-se à utilidade das visitas regulares dos Membros Nacionais às autoridades nacionais para debater assuntos relacionados com os casos e/ou atualizar-se mutuamente sobre as políticas e o desenvolvimento. Também destaca as competências práticas adquiridas pelos profissionais que participam em visitas de estudo à Eurojust, particularmente as que são realizadas em cooperação com a REFJ. Adicionalmente, a estratégia prevê uma nova forma de promover a Eurojust (substituindo os seminários de marketing e as exposições itinerantes) através de "workshops nacionais" organizados pelos Gabinetes de Ligação nos Estados-Membros para explicar os serviços da Eurojust e apoiar o papel das autoridades nacionais e promover as suas tarefas, responsabilidades e mais-valia.

### **Programa de Intercâmbio da REFJ**

No âmbito do programa de intercâmbio da REFJ, 20 juízes/procuradores de 11 Estados-Membros (BG, CZ, DE, ES, IT, LT, HU, AT, PL, PT, SI) participaram em períodos de formação a longo prazo (com a duração de três ou quatro meses) nos Gabinetes de Ligação da Eurojust, apoiando o trabalho operacional dos mesmos. Além disso, em setembro, 26 procuradores/juízes de 16 Estados-Membros participaram numa visita de uma semana à Eurojust.

## Capítulo 3 Desafios e boas práticas

### Introdução

Através do seu trabalho operacional e estratégico, a Eurojust contribui para a identificação de desafios e boas práticas em diferentes áreas de cooperação judicial em matérias criminais.

Em 2017, a Eurojust abordou dificuldades legais e práticas nas áreas da encriptação, retenção de dados e MDE. Desde o prazo de transposição para a DEI a 22 de maio de 2017, a Eurojust tem estado a auxiliar as autoridades nacionais com a candidatura da DEI e fornecendo conselhos jurídicos em casos operacionais no caso de se depararem com dificuldades. A Eurojust continuará a controlar e a analisar potenciais problemas que possam surgir.

### 3.1 Encriptação

A Eurojust organizou um workshop em junho, juntamente com a Comissão e a RJE, para recolher informações sobre o impacto da encriptação nas investigações criminais e para explorar soluções práticas para identificar os problemas. O workshop focou-se na avaliação do quadro jurídico nos Estados-Membros, assim como procedimentos, obstáculos e boas práticas. Abrangeu os seguintes tópicos: (a) o impacto da encriptação na prática diária das investigações e execuções criminais, (b) gestão da chave de desencriptação e disposição de dados de texto claros, (c) violação da encriptação, e (d) evasão da encriptação.

Os participantes sublinharam que a encriptação está a impedir progressivamente as investigações criminais eficazes, visto que cada vez mais provas de atividades criminais estão a passar de provas tradicionais tais como documentos de papel para dados em formato eletrónico. Os desafios que a encriptação implica relacionados tanto a nível de processamento online e offline e armazenamento de dados. Lidar com assuntos de encriptação nas investigações criminais levanta questões legais e técnicas.

Em relação à gestão da chave de desencriptação e disposição de dados de texto claros, foi feita uma distinção entre cooperação obrigatória e voluntária de um suspeito ou terceiro. Os participantes indicam que as obrigações de divulgação existentes na legislação de alguns Estados-Membros e dos acordos voluntários noutros Estados-Membros podem não estar a funcionar de forma ideal, atualmente. Além disso, os participantes destacaram que a introdução de uma obrigação para um suspeito divulgar uma chave de desencriptação ou dados de texto claros levantaria questões respeitantes ao direito da não-auto-incriminação. Na perspetiva profissional dos participantes, uma chave de desencriptação obtida legalmente no decorrer de uma investigação poderia, em princípio, ser utilizada para outras investigações.

Os participantes concluíram que a encriptação implica um desafio imediato para as investigações e execuções criminais eficazes e eficientes. Ao considerar as abordagens para lidar com este desafio, os participantes concordaram que devia ser encontrado um equilíbrio entre os interesses da investigação (necessidade de acesso eficaz aos dados) e a proteção dos direitos fundamentais.

O resultado deste workshop foi integrado no 11.º relatório de progresso da Comissão, *Em direção a uma União de Segurança eficaz e genuína*.

## 3.2 Retenção de dados

A Eurojust fez uma primeira avaliação rápida do impacto da cooperação judicial em assuntos penais dentro da União Europeia do julgamento do TJUE nos Processos Apensos C-203/15 e C-698/15 (Tele2 e Watson). Para esse fim, foi enviado um questionário detalhado para os membros da RJEC. O questionário lidou com disposições legislativas nacionais sobre a retenção de dados tendo em conta as considerações do TJUE nos seus acórdãos, especificamente se o quadro jurídico fornecido em caráter geral/massivo indiscriminar retenção de dados, o âmbito das salvaguardas relativas tanto à retenção de dados e posterior acesso, e por último, o possível impacto do julgamento sobre a recolha e admissibilidade de provas internamente e em cooperação judicial internacional em geral. A análise refletiu a perspetiva dos profissionais sobre o assunto. A Eurojust emitiu um relatório em junho de 2017 *inter alia* para a Comissão e o Conselho (doc. do Conselho 10098/17) e partilhou-o com a Europol. A Eurojust continuará a controlar os desenvolvimentos dentro da União Europeia em relação à retenção de dados para o propósito das investigações criminais, focando-se nas implicações no contexto da cooperação judicial.

## 3.3 Mandado de Detenção Europeu

A Eurojust auxiliou as autoridades nacionais com pedidos relacionados à aplicação do MDE, com 320 casos relativos à melhoria da execução dos MDE registados, equivalente a 12,5 por cento de todos os casos. A Grécia fez o maior número de solicitações (44), seguida pela Polónia (32), Bulgária (27), Áustria (27) e pela Suécia (23). O Reino Unido (54), a Espanha (42), a Itália (37), a Roménia (27) e a França (23) foram os Estados-Membros mais solicitados.

O Artigo 16.º da Decisão Quadro sobre o MDE (DQ MDE) prevê que no caso de MDE concorrentes, as autoridades judiciais podem solicitar a Eurojust para aconselhar sobre o Estado-Membro no qual a pessoa solicitada é a primeira a ser entregue. No seguimento de tais solicitações do Reino Unido (3), da Bélgica (2), da França (1), da Holanda (1) e da Eslovénia (1), foram abertos na Eurojust oito casos de MDE contraditórios.

O n.º 7 do Artigo 17.º da Decisão-Quadro relativa ao MDE prevê que, em circunstâncias excecionais, se um Estado-Membro não pode cumprir os prazos previstos no Artigo 17.º, informará a Eurojust e apresentará as razões para o atraso. Em 2017, foram registadas 38 notificações de violações. Dois destes casos foram registados no Colégio porque requeriam apoio do Gabinete de Ligação envolvido, enquanto os outros 36 casos foram encaminhados para a Eurojust apenas para informações. Estas notificações continuaram a ser concentradas nalguns Estados-Membros. Para garantir a estrutura de transmissão à Eurojust das informações sobre os atrasos na execução dos MDE, a Eurojust preparou um formulário em formato PDF para preencher. Este modelo, desenvolvido em consulta com os peritos nacionais dos Estados-Membros, será distribuído às autoridades nacionais competentes no primeiro trimestre de 2018.

Desde o julgamento *Aranyosi e Căldăraru* do TJUE de 5 de abril de 2016, a Eurojust reparou num aumento do número de casos de MDE nos quais as autoridades judiciais experienciaram dificuldades com a execução dos MDE devido a condições prisionais alegadamente inadequadas nos Estados-Membros emissores. Em fevereiro, o Colégio realizou um debate temático, [MDE e condições prisionais](#), para trocar experiências e boas práticas. Durante o debate, os participantes

também mencionaram o julgamento supracitado e o seu impacto em casos nacionais e examinou perspectivas para futuro apoio da Eurojust aos profissionais nacionais. Além disso, em novembro, a Eurojust realizou uma reunião de peritos, *Criar uma ferramenta para avaliar as condições de detenção*, a qual foi organizada pela FRA. Os peritos nacionais de 12 Estados-Membros, assim como representantes da FRA, da Comissão, do Secretariado da RJE e a Eurojust, debateram o desenvolvimento de possíveis ferramentas de avaliação às condições de detenção. O resultado do debate será refletido num relatório da FRA.

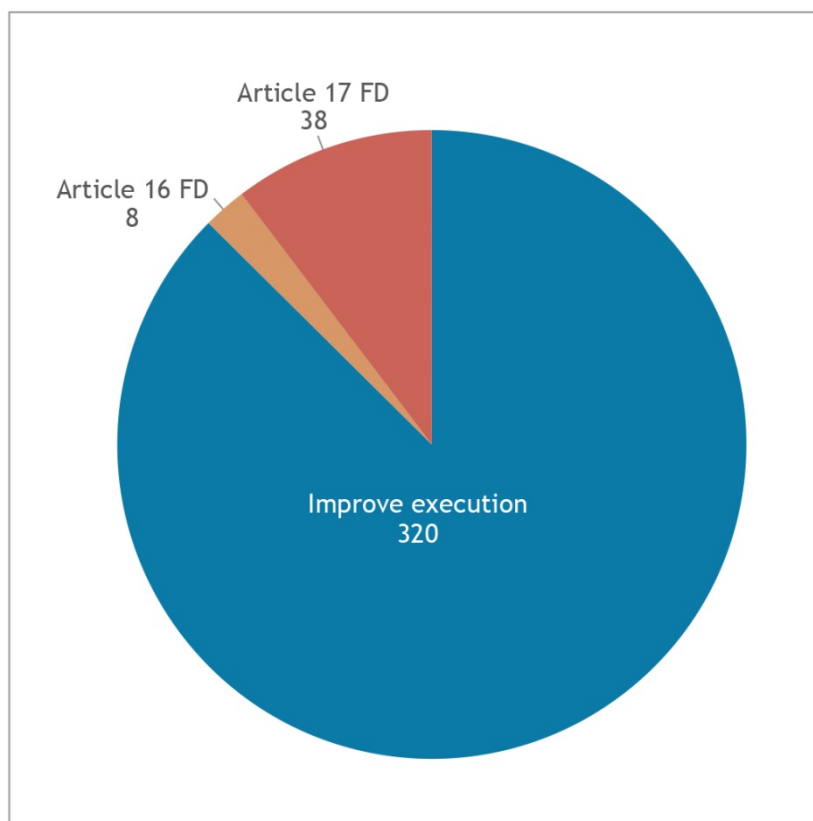
O [Relatório sobre a análise de casos da Eurojust na área do MDE \(2014-2016\)](#) fornece aos profissionais uma perspectiva sobre os principais problemas identificados na análise de casos do MDE. Estes problemas incluem obstáculos legais e práticos nos procedimentos e descrições das entregas visto que a Eurojust tentou, sempre que possível, ultrapassá-los. O relatório aborda, *inter alia*, as seguintes questões: pedidos de informações; transmissão de MDE; MDE concorrentes; prazos; adiamento da entrega e problemas relativos à entrega real; execução de outras infrações; auxílio fornecido em casos complexos multilaterais; e, finalmente, o impacto da jurisprudência de *Aranyosi e Căldăraru* e *Petruhhin* nos casos da Eurojust.

[Jurisprudência pelo Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o MDE](#) é um produto da Eurojust regularmente atualizado que fornece aos profissionais da UE uma visão geral dos resumos dos julgamentos do TJUE em relação à Decisão Quadro 2002/584/JHA de 13 de junho de 2002 sobre o Mandado de Detenção Europeu e os procedimentos de entrega entre os Estados-Membros. Estes resumos estão agrupados por tópico e incluem um curto histórico sobre o caso, as questões levantadas ao TJUE e a fundamentação jurídica do TJUE.

A Eurojust também produziu uma *Nota Informativa sobre o Julgamento Petruhhin (Caso C-182/15) e a Função da Eurojust*, publicada como doc. do Conselho 15786/17 LIMITE. O propósito desta nota é informar os profissionais dos Estados-Membros das consequências do julgamento *Petruhhin* e do papel que a Eurojust pode desempenhar a este respeito. A nota informativa resume o julgamento, menciona algumas das principais questões levantadas pela aplicação deste julgamento e, finalmente, debate a possível função da Eurojust neste contexto.



### EAW cases



#### MLA em casos de crimes de propriedade intelectual

Em outubro, a Eurojust realizou a reunião da Rede Europeia de Magistrados de Propriedade Intelectual (EIPPN), co-organizada pelo Instituto da Propriedade Intelectual da união Europeia (EUIPO) e a Eurojust. O objetivo da reunião era aumentar a cooperação e interação entre os membros da EIPPN, assim como entre a EIPPN e outras entidades e redes ativas na Europa na área dos direitos de propriedade intelectual (DPI).

A reunião serviu como uma plataforma para os profissionais dos Estados-Membros e Estados terceiros investigarem e executarem crimes de propriedade intelectual (CPI). Os profissionais forneceram perspectivas para as suas estruturas organizacionais e apresentaram casos que destacam os desafios jurisdicionais e práticos e os obstáculos encontrados durante a investigação e a execução de tais crimes.

Foram apresentados os resultados preliminares de um estudo do EUIPO realizado na Universidade de Copenhaga sobre "medidas legislativas relacionadas a infrações online dos direitos de propriedade intelectual". Os principais desafios identificados são a diversidade das legislações nacionais dos Estados-Membros e a rápida adaptação do comportamento criminal aos desenvolvimentos tecnológicos.

Foram expressadas as necessidades de acompanhamento de bens de origem criminosa e de cooperação internacional melhorada. A Eurojust tem experiência na facilitação de execução de pedidos de congelamento e procedimentos de recuperação de bens, assim como em promover a

mais-valia das EIC. Os profissionais foram encorajados a envolver a Eurojust em casos de CPI complexos transfronteiriços e para considerar o envolvimento de EIC.

Uma abordagem coordenada é a chave para casos de execução de CPI bem-sucedidos, e portanto, é recomendada a cooperação com a Eurojust, a RJE e a RJEC. Inclusive, o CPI e o Cibercrime estão muitas vezes ligados, visto que os bens são frequentemente vendidos online. As ligações próximas entre a EIPPN e a RJEC são, por conseguinte, benéficas para a partilha de conhecimento e de competências.

### 3.4 Decisão Europeia de Investigação

Com base na Diretiva de 3 de abril de 2014, relativamente à Decisão Europeia de Investigação em assuntos penais (Diretiva DEI), os Estados-Membros foram solicitados para tomar as medidas necessárias para cumprir com este instrumento a 22 de maio de 2017. No entanto, a maioria dos Estados-Membros não tinham a sua lei nacional de implementação aplicada nesta data. Esta situação levantou questões relativas à interpretação do Artigo 34.º da Diretiva DEI e, particularmente, a base jurídica aplicável em casos que envolvem um Estado-Membro que ainda não tenha implementado a Diretiva DEI. Em junho, a Eurojust, juntamente com a RJE publicaram uma *Nota sobre o significado de "disposições correspondentes" e o regime jurídico aplicável em caso de atraso na transposição da Diretiva DEI* (Anexo II do doc. do Conselho 9936/17). A nota aborda duas questões importantes relativamente ao Artigo 34.º da Diretiva DEI, ambos têm um impacto claro no trabalho diário dos profissionais: (1) o regime jurídico aplicável no caso de atraso na transposição da Diretiva DEI; e (2) as medidas abrangidas ou não pelo conceito de "disposições correspondentes" do artigo 34.º da Diretiva DEI.

Em conformidade com a alínea b do n.º 1 do Artigo 3.º da Decisão do Conselho Eurojust, a Eurojust apoiou as autoridades nacionais com as solicitações relacionadas à aplicação da Diretiva DEI. A experiência que a Eurojust adquiriu é relativa aos primeiros meses da aplicação da Diretiva DEI, e é moldada pela falta de implementação nacional nalguns Estados-Membros. A Eurojust forneceu o apoio e conselhos nas quatro fases da vida útil de uma DEI: (i) fase de elaboração, (ii) transmissão às autoridades judiciais competentes, (iii) facilitação da comunicação durante a fase de reconhecimento, e (iv) auxílio na superação de dificuldades na fase de execução. Por exemplo, a elaboração de DEI era, muitas vezes, preparada antes de um centro de coordenação ou dia de ação para que os Membros Nacionais pudessem verificar se as DEI elaboradas cumpriam os requisitos específicos do quadro jurídico do Estado-Membro executor.

O envolvimento da Eurojust também era frequentemente procurado para agilizar a execução de DEI. Enquanto as autoridades nacionais têm sido geralmente positivas sobre a DEI, o formato único normalizado e os prazos, nalguns casos, levantaram questões que requeriam o apoio da Eurojust. A Eurojust pode desempenhar um papel importante ao fornecer às autoridades nacionais competências e apoio técnico para encontrarem as melhores soluções possíveis, enquanto respeita totalmente o quadro jurídico da UE e os requisitos jurídicos das jurisdições envolvidas.

A Eurojust prevê organizar uma reunião da DEI no final de 2018.

#### **DEI num caso de assalto à mão armada**

Um gangue de cidadãos italianos e albaneses era suspeito de cometer vários crimes à mão armada na Itália, a maioria contra veículos blindados de transporte de dinheiro e bancos. O inquérito na Itália foi lançado após o assalto de uma carrinha blindada cerca de Salerno em fevereiro de 2017. O inquérito decorrente permitiu a identificação dos membros do GCO a operar na Itália e do seu *modus operandi*. Além disso, as interceções telefónicas revelaram que o mesmo GCO planeou um assalto maior na Alemanha. Consequentemente, iniciou uma investigação paralela na Alemanha para controlar os movimentos dos membros do GCO localizados na Alemanha.

Durante duas reuniões de coordenação, em julho e em setembro, as autoridades judiciais e de aplicação da lei trocaram os resultados das suas investigações e concordaram em criar uma estratégia de investigação comum para recolher provas e, ao mesmo tempo, proteger o público contra outra ação armada da parte do GCO.

Foram identificados vários problemas referentes aos requisitos, procedimentos e autoridades competentes de MLA, que podiam ter causado atrasos e obstáculos. Alguns dos problemas foram resolvidos ao apresentar as DEI na Alemanha e na Itália.

A DEI foram emitidas pelo magistrado responsável pela investigação na Itália e encaminhado através da Eurojust para as autoridades competentes na Alemanha. As DEI seguiram um formato único normalizado, facilitando a identificação e a tradução das informações necessárias. Portanto, as DEI foram preparadas, entregues e executadas num breve período, permitindo a realização de várias buscas e apreensões em simultâneo.

Durante as reuniões de coordenação, a Eurojust auxiliou na preparação de conteúdos das DEI e deu conselhos. A Eurojust desempenhou um papel importante na coordenação de troca de informações operacionais recolhidas através das DEI e no acordo sobre o tempo da operação para garantir o cumprimento dos interesses de cada parte, a salvaguarda da aquisição e a preservação de provas das investigações italianas. A comunicação constante entre os Gabinetes de Ligação Alemão e Italiano permitiriam um acompanhamento contínuo sobre as atividades de investigação.

A 9 de outubro, as autoridades judiciária e de aplicação da lei na Alemanha e na Itália lançaram uma operação conjunta contra o GCO, durante a qual foram detidas 19 pessoas (de 22) e foram feitas buscas a mais de 30 instalações.

Este caso ainda estava em curso em 2017.

O Sr. Gianpaolo Nuzzo, Procurador-Geral Italiano, disse:

*"O papel da Eurojust foi fundamental para o sucesso deste caso (19 de 22 suspeitos foram detidos), com duas reuniões de coordenação organizadas e um protocolo criado para o fluxo suave de informações com a Alemanha. Igualmente importante foi o papel da Eurojust na superação de diferenças nas abordagens italiana e alemã para parar o GCO, com um ponto intermédio entre o risco de segurança pública na Alemanha e a necessidade de recolher provas suficientes em Itália."*

# EUROPEAN INVESTIGATION ORDER

## KEY FEATURES

- ▶ EU Directive on the EIO (2014/41) of 3 April 2014
- ▶ Mutual recognition of judicial decisions
- ▶ Replaces Letters of Request for investigative measures
- ▶ Deadline for transposition: 22 May 2017
- ▶ Obtains evidence located in another EU Member State
- ▶ Simplifies and accelerates cross-border criminal investigations

## HOW IT WORKS



### Examples of investigative measures:

- ▶ Obtaining existing evidence
- ▶ Hearings of witnesses and suspects
- ▶ (House) searches
- ▶ Checks on bank accounts/financial operations
- ▶ Interception of telecommunications
- ▶ Temporary transfer of persons in custody
- ▶ Preservation of evidence

## LIFE CYCLE OF AN EIO



1- **DRAFTING** of EIO by judicial authority in Member State A

2- **TRANSMISSION** of EIO to judicial authority in Member State B

3- **RECOGNITION** of EIO in Member State B

4- **EXECUTION** of EIO in Member State B

### EIO CASES

EUROJUST IDENTIFIES CHALLENGES AND BEST PRACTICE IN EIO CASES

## ADVANTAGES OF THE EIO

- ✓ Creates a single comprehensive instrument with a large scope
- ✓ Sets strict deadlines for gathering the evidence requested
- ✓ Limits the reasons for refusing such requests
- ✓ Reduces paperwork by introducing a single standard form
- ✓ Protects the fundamental rights of the defence

## EU MEMBER STATES TAKING PART IN THE EIO \*



\* As of 20 March 2018. For status of EIO implementation, see [EJN website](#).

### 3.5 Recomendações conjuntas

Nos casos apoiados pela Eurojust, as questões são esclarecidas entre as autoridades nacionais durante o nível II ou nas reuniões de coordenação e é alcançado um consenso através do diálogo e na construção de confiança mútua. Os Membros Nacionais auxiliaram as suas autoridades nacionais e deram recomendações frequentes para casos específicos, com base no Artigo 6.º da Decisão do Conselho Eurojust. Nalguns casos, os Membros Nacionais envolvidos forneceram um pedido ou recomendação por escrito às autoridades nacionais. Além dos pedidos emitidos apenas por um Membro Nacional, foram emitidas nove recomendações conjuntas em 2017, produzidas em conjunto por dois ou três Membros Nacionais de nove Estados-Membros diferentes (Bélgica, Bulgária, Alemanha, Irlanda, Espanha, Itália, Holanda, Portugal e Roménia) como uma conclusão para a opinião jurídica sobre o assunto. Nestas recomendações conjuntas, os Membros Nacionais envolvidos pediram às suas respetivas autoridades nacionais competentes para desempenhar uma das ações listadas no Artigo 6.º da Decisão do Conselho Eurojust. Eles recomendaram, por exemplo, que uma delas possa ter uma posição melhor para executar leis específicas, para tomar medidas de investigação especiais, tais como uma entrega controlada ou tomar qualquer outra medida para a investigação ou execução. Esta prática relativamente recente, estabelecida desde 2016, foi recebida positivamente pelas autoridades nacionais, que podem agora confiar numa opinião mais sólida, fundamentada e comum da Eurojust. A prática aumenta a mais-valia do papel de conselheiro da Eurojust, fornecendo uma perspetiva e solução europeia para casos transfronteiriços complexos.

A maioria das recomendações conjuntas envolveu questões jurisdicionais, incluindo decisões sobre qual a melhor jurisdição posicionada para executar. Para a avaliação destes casos, a Eurojust utilizou as suas [\*Diretrizes para decidir “Que jurisdição deve julgar?”\*](#), revista em 2016 e recentemente traduzida para todos os idiomas da UE, e a sua visão geral da jurisprudência do TJUE com base no princípio de *ne bis in idem*.

[\*\*Relatório sobre a Análise de Casos da Eurojust na área da Prevenção e Resolução de Conflitos de Jurisdição, publicado em 2017, é uma atualização do relatório de 2015, e tem em conta os desenvolvimentos nesta área de 2009 a 2017.\*\*](#) O relatório aborda os casos da Eurojust a partir de quatro ângulos diferentes: a identificação e a coordenação de procedimentos paralelos, questões jurisdicionais e decisões sobre que jurisdição deve julgar, a transferência de processos e questões relacionadas à aplicação do princípio *ne bis in idem*.

[\*\*O princípio de \*ne bis in idem\* em assuntos criminais na jurisprudência do TJUE, atualizado em setembro de 2017, fornece uma visão geral da jurisprudência do TJUE relativamente ao princípio \*ne bis in idem\* em assuntos penais.\*\*](#) Explica como é que esta jurisprudência ajudou a moldar o âmbito e as principais características do princípio *ne bis in idem* a nível da UE. É uma ferramenta suplementar para os profissionais, fornecendo orientação na aplicação do princípio *ne bis in idem* num contexto transnacional. A visão geral é regularmente atualizada.

### **Recomendação conjunta em conflitos de jurisdição**

O caso envolve um GCO de tráfico de estupefacientes assim como a prática de crimes relacionados, tais como branqueamento de capitais. Estava a operar na Alemanha, na Espanha, na França e em Itália, e possivelmente noutros Estados-Membros.

As investigações revelaram que o GCO estava a importar estupefacientes, sobretudo haxixe, de fora da União Europeia para Espanha. Os estupefacientes eram então contrabandeados e vendidos noutros Estados-Membros e transportados de várias formas, incluindo escondidos em barcos com cascos duplos e também através dos correios normais.

Quando o magistrado alemão trouxe o caso para a Eurojust, ficou pendente durante alguns anos sem coordenação suficiente. Foi criada por um ano um EIC entre a Alemanha, a Espanha e a França. A Eurojust forneceu auxílio na elaboração do acordo.

Durante as últimas fases das investigações e após a conclusão da EIC, surgiu uma necessidade urgente de acordar sobre a jurisdição – Alemã ou Espanhola – que devia julgar os suspeitos que foram investigados em mais de um país, tanto para servir o melhor interesse da justiça como para evitar uma possível situação de *ne bis in idem*.

Numa reunião de coordenação, os participantes conseguiram ter uma imagem clara. Três dos suspeitos foram investigados na Alemanha e em Espanha. A partir das informações disponíveis, as investigações envolveram, em grande parte, os mesmos atos materiais. Além disso, visto que os três suspeitos e as atividades criminais estavam interligadas, os investigadores concluíram que os três suspeitos e todos os eventos investigados deviam ser julgados na mesma jurisdição.

Na base dos debates detalhados e dos factos emergentes, os Membros Nacionais Alemão e Espanhol emitiram uma recomendação conjunta ao abrigo da alínea a, ii do n.º 1 do Artigo 6.º da Decisão do Conselho Eurojust com uma opinião sobre o porquê da Alemanha estar numa melhor posição para julgar estes atos específicos aos três suspeitos.

Foram considerados vários fatores, incluindo: (I) a investigação alemã mais alargada; (ii) a nacionalidade, localização e perspetivas para entrega dos suspeitos; (iii) os papéis dos suspeitos na organização criminosa; (iv) a quantia de provas relevantes recolhidas e prontamente disponíveis na Alemanha; e (v) a fase mais avançada dos processos na Alemanha. Além disso, as autoridades espanholas foram solicitadas para transferir rapidamente os seus processos e facilitar a execução dos MDE relacionados, e as autoridades alemãs foram solicitadas para aceitar rapidamente a transferência de processos.

As acusações contra o principal suspeito no âmbito dos processos tanto em Espanha como em Itália não envolveram os mesmos atos materiais que constituíram a mesma conduta criminal. Desta forma, Espanha e Itália continuaram os seus processos paralelos sem prejudicar os resultados do outro.

# O FOCO DO ANO

## Avaliação das EIC

*A Eurojust e a Rede de EIC publicaram um segundo relatório sobre a avaliação das EIC*

O projeto sobre a avaliação das EIC foi iniciado em 2013 com os seguintes objetivos:

- auxiliar os profissionais a avaliar o desempenho da EIC em termos de resultados alcançados, valor acrescentado e possíveis falhas para melhorar a cooperação futura; e
- aumentar as competências dos profissionais sobre as EIC ao facilitar a identificação dos principais desafios jurídicos e práticos experienciados e as suas respetivas soluções.

Ao avaliar EIC, é fornecida informação valiosa para os profissionais e partes interessadas para avaliar a relevância e eficácia desta ferramenta na luta contra crimes e terrorismo graves transfronteiriços.

Em dezembro de 2015, foi publicado um primeiro relatório de avaliação de EIC por profissionais, com base na auto-avaliação de 42 EIC.

### *Segundo relatório de avaliação de EIC*

Desde o primeiro relatório, foram recebidas 32 novas avaliações pelo Secretariado da Rede de EIC. O segundo relatório atualiza a análise feita no primeiro relatório e integra as descobertas destas novas avaliações.

Esta nova fase do projeto foi realizada em cooperação com a Eurojust e, portanto, inclui descobertas derivadas da sua experiência. Com base na análise dos casos das EIC entre 2014 e 2016, o Colégio realizou um debate temático sobre EIC, o resultado do mesmo é refletido no relatório.

Esta abordagem oferece uma perspetiva complementar da avaliação das EIC pelas autoridades nacionais em cada etapa da vida útil da EIC.

### *Descobertas a partir da experiência da Eurojust com EIC*

#### Fase de criação

Na fase de criação, a Eurojust auxilia as autoridades nacionais na identificação de casos adequados para uma EIC, clarificando requisitos jurídicos e formais, e debatendo e elaborando o acordo da EIC.

Na prática, o envolvimento da Eurojust baseia-se sobretudo nos contactos informais com as autoridades nacionais. Por exemplo, para agilizar o processo, um Gabinete de Ligação da Eurojust desenvolveu um modelo a ser preenchido pela autoridade nacional requerente, incluindo informações sobre a investigação que possam ser necessárias em fases seguintes (por exemplo, resumo do caso, ligações identificadas noutros Estados-Membros, existência de investigações paralelas, etc.).

Uma questão chave durante a fase de criação é a identificação de investigações paralelas ligadas pendentes noutros Estados-Membros. A Eurojust apoia as autoridades nacionais na identificação rápida de investigações paralelas em curso, incluindo ao cooperar com ou pedindo o apoio do gabinete de ligação e projetos analíticos da Europol.

Na experiência da Eurojust, enquanto os critérios para sugerir a criação de uma EIC podem variar de um Estado-Membro para outro, os seguintes aspetos são levados em consideração:

- existência e fase das investigações nos países envolvidos;
- Número de potenciais parceiros de EIC (por exemplo, EIC com um número limitado de/vários parceiros);
- urgência das medidas;
- prazo estimado requerido para finalizar o acordo da EIC (particularmente para EIC multilaterais e/ou EIC com Estados-Membros a requerer autorizações domésticas); e
- recursos disponíveis nos Estados-Membros envolvidos.

Como reportado em vários casos, se uma investigação ainda não tiver iniciado num dos Estados-Membros envolvidos, a Eurojust pode desempenhar um papel decisivo ao apoiar a iniciação das investigações a nível nacional, por exemplo, ao facilitar a transmissão inicial das informações e provas necessárias.

Com base na experiência da Eurojust, foram identificados vários obstáculos ou impedimentos para a criação de EIC:

- "medo do desconhecido" ou assunção de que as EIC são apenas adequadas em casos altamente importantes;
- diferenças nas prioridades operacionais;
- falta de investigações em curso ou etapas diferentes das investigações nos países envolvidos;
- investigações paralelas realizadas por várias autoridades judiciais dentro do mesmo Estado; e
- impacto dos processos de autorização doméstica.

O papel de aconselhamento das autoridades centrais e/ou peritos da EIC podem contribuir para agilizar o processo de criação. Neste contexto, foi reconhecida a mais-valia de um Membro Nacional ser autorizado a assinar o acordo EIC em nome das autoridades nacionais, como estipulado na legislação de vários Estados-Membros.

O apoio da Eurojust na elaboração do acordo EIC é, muitas vezes, fundamental para a sua criação bem-sucedida. A Eurojust promove a utilização do [Modelo de Acordo Atualizado \(que tem em conta a extensão das EIC aos Estados terceiros\)](#), contribuindo para a simplificação dos debates. O envolvimento da Eurojust também facilita a elaboração e negociação do acordo EIC numa língua de trabalho comum. Sempre que possível, as traduções do acordo da EIC (se necessário) só são produzidas depois do conteúdo ser acordado.

Recentemente, a experiência da Eurojust em EIC com Estados terceiros aumentou. Na prática, o envolvimento dos Estados terceiros nas EIC puderam requerer a abordagem de questões específicas (por exemplo, garantias sobre a não-imposição da pena de morte, proteção de dados, confidencialidade, identificação da base jurídica). A possibilidade do envolvimento de representantes de Estados terceiros em reuniões de coordenação facilitou muito a criação de EIC entre a UE e Estados não-UE. Além disso, a presença dos Magistrados de Ligação da Suíça e



da Noruega na Eurojust levou à criação e desenvolvimento de EIC bem-sucedidas com a Suíça e a Noruega.

### Fase operacional

Desde que as EIC permitem a interação direta entre as autoridades nacionais, não é possível solicitar mais apoio da Eurojust após a assinatura do acordo, embora a Eurojust apoie muitas vezes os debates e os acordos sobre os objetivos operacionais, métodos de comunicação e de coordenação dentro da equipa, assim como questões relacionadas com a admissibilidade de provas e de jurisdição.

As reuniões de coordenação também podem facilitar a cooperação com Estados que não participam na EIC. Uma boa prática enfatizada a este respeito foi a utilização da estrutura de uma reunião de coordenação para combinar uma reunião entre parceiros da EIC com debates que envolvem Estados-Membros e Estados terceiros, cuja cooperação seria requerida através de um MLA. Em vários casos, foi realizada uma reunião na Europol no dia anterior à reunião de coordenação para promover a troca de informação a nível judiciário.

Na etapa final da fase operacional chega muitas vezes uma necessidade de coordenação, quando as autoridades envolvidas precisam de conselhos especializados sobre questões jurídicas (transferência de processos; MDE e conflitos de jurisdição), comparar resultados de investigação e/ou acordar planos finais, tais como operações simultâneas. Além disso, os Gabinetes de Ligação da Eurojust facilitam a(s) extensão(ões) ou alteração(ões) dos acordos da EIC, fornecem auxílio relativo ao financiamento das EIC e ajudam a coordenar a execução das CR face aos Estados que não são membros da EIC, ou a utilização de instrumentos de cooperação judiciária (MDE, DEI).

Os dias de ação conjunta podem ser apoiados pela criação de centros de coordenação na Eurojust para facilitar a cooperação durante operações simultâneas e para garantir o acompanhamento (tal como entrega temporária, congelamento de bens e transferência de processos). Em 2017, cinco dos centros de coordenação trataram de casos para os quais foi criada uma EIC.

As autoridades nacionais antecipam frequentemente e cobrem os custos das atividades transfronteiriças como parte do seu planeamento operacional. O apoio financeiro da Eurojust é um fator chave na utilização de EIC entre os Estados-Membros.

### Fase de encerramento

O apoio da Eurojust deve ser solicitado após a conclusão da EIC se a cooperação necessitar de permanecer, incluindo durante as fases de ação criminal e de julgamento. Em tais circunstâncias, o caso da Eurojust permanece muitas vezes aberto após a conclusão da EIC e o apoio é fornecido conforme necessário.

Após a validade de uma EIC, a Eurojust também fornece apoio, particularmente para a avaliação da EIC, ao organizar e/ou financiar uma reunião de avaliação da EIC.

**A EIC permitiu a reconstrução do GCO por detrás de um rede de tráfico**

O Relatório Anual de 2015 apresentou o exemplo de um caso relativo a uma investigação no Reino Unido em relação à entrada ilegal de cidadãos albaneses no Reino Unido através de outros Estados-Membros. Uma EIC entre a Bélgica, a República Checa, a Alemanha e o Reino Unido revelou os lucros gerados por um GCO através de incidentes de contrabando, vitimando mais de 100 pessoas. Apoiados por um centro de coordenação da Eurojust, foram detidos oito suspeitos durante um dia de ação conjunta em novembro de 2015.

A Bélgica foi escolhida como a jurisdição judiciária e, desta forma, os processos penais da República Checa e do Reino Unido foram transferidos para a Bélgica em 2016. A realização dos julgamentos na Bélgica significou que foram julgados mais suspeitos do que se os processos tivessem ocorrido em todos os países envolvidos. Particularmente do ponto de vista do Reino Unido, as normas de provas não teriam permitido fazer acusações contra todos os suspeitos eventualmente julgados na Bélgica. Foram julgadas vinte e oito pessoas e as condenações foram decretadas em janeiro de 2017. Enquanto as sentenças prisionais dos 15 condutores variaram entre 6 a 14 meses, outras 7 pessoas que também agiram como intermediários foram condenados a uma pena compreendida entre dispensa das acusações criminais a 28 meses de prisão. Sentenças superiores, de até 5 anos de prisão, foram impostas aos co-organizadores das atividades de tráfico. Os dois líderes foram condenados com uma pena de 8 anos. Os membros de todos os níveis do GCO depararam-se com multas adicionais até 672 000 euros e a confiscação de bens até 197 000.

Foi realizada uma reunião de coordenação na Eurojust em março de 2017 para debater o resultado do julgamento pelo tribunal belga e questões relacionadas com a sentença relativamente a alguns dos acusados que foram condenados *in absentia*, assim como questões do tratamento da confiscação e recuperação de bens. Foi também realizada uma avaliação da EIC, durante a qual foram analisadas tanto as lições aprendidas como a melhor prática. A EIC podia ter beneficiado por ter um único ponto de comunicação, por exemplo, através de uma rede segura, visto que este acesso facilitaria a consulta de ficheiros grandes. Uma lição importante aprendida foi que enquanto os julgamentos criminais na Bélgica ainda estavam em curso, o acordo da EIC prescreveu em dezembro de 2016. Como ainda existe necessidade de cooperação, isto é, relativa a questões de confiscação e recuperação de bens, as autoridades envolvidas podiam ter beneficiado de trocas de informações contínuas e fáceis dentro da estrutura do acordo da EIC. Como uma característica positiva da cooperação da EIC, as partes reconheceram que esta EIC permitiu que as autoridades nacionais reconstruíssem uma grande parte das atividades criminais do GCO. Ao utilizar dados disponíveis em todas as EIC dos Estados-Membros, foi possível ligar mais transportes de migrantes à rede de tráfico do que teria sido feito por cada parte da EIC separadamente.

## Capítulo 4 Cooperação da Eurojust com Estados terceiros

### Acordos de cooperação

A entrada em vigor do acordo de cooperação com Montenegro em 3 de junho e do acordo de cooperação com a Ucrânia em 2 de setembro levou o número de acordos com Estados terceiros para nove. Foram concluídas as negociações formais para cessar o acordo de cooperação com a Albânia, que foi instituído em 2016, e no final do ano, o acordo estava à espera da aprovação do Conselho. Em outubro, o Colégio decidiu iniciar negociações formais, com a intenção de estabelecer o acordo de cooperação com a Geórgia, e informou o Conselho dos seus planos para entrar em tais negociações.

Para explorar possibilidades para melhorar a cooperação com os Balcãs Ocidentais, as delegações da Eurojust visitaram as autoridades nacionais judiciais e de proteção de dados na Bósnia e Herzegovina, na antiga República Jugoslava da Macedónia, na Sérvia, na Albânia e em Montenegro. Também foram mantidos contactos com outros Estados terceiros com os quais a Eurojust procura intensificar a cooperação, incluindo o Brasil, a Colômbia, Israel, México, Tunísia e Turquia.

### Casos da Eurojust com envolvimento de Estados terceiros

A Eurojust prestou auxílio em 258 casos que envolveram 48 Estados terceiros. Tal como em anos anteriores, estes casos lidaram principalmente com fraude e branqueamento de capitais. Cada vez mais, Estados terceiros estiveram envolvidos em casos de tráfico de estupefacientes. Os representantes dos Estados terceiros estiveram presentes em 61 reuniões de coordenação. A Suíça, os EUA e a Noruega, permanentemente representados na Eurojust, participaram no maior número de reuniões de coordenação. O Canadá, a Islândia, São Marinho e a Suíça também participaram em centros de coordenação. Os Estados terceiros foram envolvidos em 21 EIC apoiadas pela Eurojust, 11 das quais eram recém criadas.

### Cooperação com Estados terceiros num caso de suborno

O caso envolve suborno a funcionários de alto nível do Uzbequistão. As empresas não-uzbeques estavam a utilizar subornos para adquirir licenças públicas necessárias para aceder ao mercado das telecomunicações uzbeques. Foram transferidas grandes quantias de dinheiro para contas bancárias de empresas offshore pertencentes e controladas por cidadãos uzbeques. As empresas offshore eram controladas pelo principal suspeito de alto nível no Uzbequistão. O dinheiro foi posteriormente transferido para diferentes contas bancárias estrangeiras controladas pelo principal suspeito e utilizadas para comprar itens imobiliários e de luxo.

As investigações ocorreram em vários países, incluindo na Suécia, na Holanda, na Suíça e nos EUA, em relação a subornos de empresas e/ou infrações relacionadas, tais como branqueamento de capitais e falsificação de documentos. Outros países, incluindo a Bélgica, a França e a Noruega também estavam a cooperar com as investigações.

Foi aberto um caso Eurojust pelo Gabinete de Ligação Sueco em janeiro de 2013. Desde então, foram realizadas quatro reuniões de coordenação na Eurojust. Primeiramente, a atenção estava

voltada para a partilha de informações sobre o ponto da situação das investigações em curso e sobre as questões legais na obtenção de provas no estrangeiro. Na quarta reunião de coordenação em maio de 2017, as partes debateram as acusações feitas às empresas nalguns países, questões relacionadas à confiscação e restituição de bens e uma possível situação *ne bis in idem*. Durante a reunião em maio, participaram oito países, a maioria deles abriu os seus próprios inquéritos. Esta reunião forneceu a primeira oportunidades para conhecer os representantes do Uzbequistão e foi debatida a partilha de bens em conjunto com eles e todos os outros países envolvidos. Não teria sido possível progredir sem a coordenação das diferentes investigações pela Eurojust.

A Eurojust, através da organização destas reuniões de coordenação, estabeleceu uma plataforma para a troca de informações e o aumento da confiança e entendimento mútuo, resultando em contactos bilaterais mais eficazes fora da Eurojust. Foram congelados aproximadamente 1250 milhões de euros em bens de 12 países.

### Magistrados de Ligação na Eurojust

Os Estados terceiros entraram num acordo de cooperação com a Eurojust para poder destacar um Magistrado de Ligação para a Eurojust. Os Magistrados de Ligação da Noruega, da Suíça e dos EUA foram destacados para a Eurojust ao longo dos últimos anos, e em dezembro foi destacado um Magistrado de Ligação para a Eurojust para representar Montenegro. Os Magistrados de Ligação na Eurojust registaram um total de 148 casos.

O Magistrado de Ligação da Noruega registou 78 casos, principalmente relacionados com tráfico de estupefacientes, crimes contra a vida humana, integridade física ou liberdade pessoal, TSH e fraude, e organizou 4 reuniões de coordenação. A Noruega esteve envolvida em 40 casos e participou em 15 reuniões de coordenação como um Estado solicitado.

O Magistrado de Ligação da Suíça registou 70 casos, principalmente relacionados com tráfico de estupefacientes, crimes contra a vida humana, integridade física ou liberdade pessoal e TSH, e organizou 8 reuniões de coordenação e 1 centro de coordenação. Além disso, a Suíça esteve envolvida em 114 casos e participou em 24 reuniões de coordenação como um Estado solicitado.

O Magistrado de Ligação para os EUA organizou 1 reunião de coordenação num caso relativo à pirataria marítima. Os EUA estiveram envolvidos em 35 casos e participaram em 16 reuniões de coordenação como um Estado solicitado.

As suas atividades como Magistrado de Ligação para Montenegro começaram em dezembro, não foram registados casos por Montenegro até ao fim do ano. No entanto, Montenegro esteve envolvido em 4 casos da Eurojust como um Estado solicitado.

### Caso FIFA

Em dezembro de 2010, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) designou os países anfitriões para os Campeonatos do Mundo de 2018 e 2022 através de uma votação de várias rondas. Os anfitriões para 2026 e 2030 ainda não foram selecionados. Paralelamente a este processo, foram garantidos os direitos de transmissão para certos países para os Campeonatos do Mundo FIFA até 2030.

Após terem sido descobertas irregularidades relativamente ao prémio de alguns direitos de transmissão do Campeonato do Mundo, o Gabinete do Procurador-Geral da Suíça abriu uma ação penal em março de 2017 contra o antigo Secretário Geral da FIFA e o Diretor Executivo do BEIN MEDIA GROUP LLC, relativamente a suspeita de suborno. Além disso, o antigo Secretário Geral da FIFA é suspeito de má gestão criminosa, fraude e falsificação de documentos.

Foi organizada uma reunião de coordenação em setembro de 2017 pelo Magistrado de Ligação da Suíça e foram convidadas as delegações da Grécia, da Espanha, da França e da Itália. O Magistrados do Gabinete de Procuradoria-Geral da Suíça fizeram uma apresentação sobre o ponto da situação da investigação Suíça e debateram sobre o melhor caminho.

Foram debatidos dois pontos específicos em detalhe: (I) o tempo e a coordenação das ações; e (ii) a sensibilidade extrema do caso e as possíveis medidas a serem tomadas, se necessário. Era esperada uma atenção jornalística intensa. O debate e a preparação detalhados durante a reunião de coordenação resultou numa avaliação de riscos fiável e num compromisso claro por parte de todos os parceiros para garantir um dia de ação bem preparado e bem-sucedido no mês seguinte, com um centro de coordenação na Eurojust para coordenar as ações simultâneas. Foram exploradas as restrições operacionais de dois cenários diferentes debatidos durante a reunião de coordenação pelos países envolvidos antes do dia da ação, o que levou ao cenário adotado no dia anterior ao dia da ação, demonstrando a flexibilidade do centro de coordenação em adaptar-se à nova estratégia judiciária.

Durante o dia da ação, estavam presentes representantes dos Gabinetes de Ligação dos países participantes no centro de coordenação. Foram feitas buscas a várias propriedades na Grécia, em Espanha, França e Itália, foram apreendidos bens em Itália e foi realizada a entrevista do principal suspeito na Suíça.

A Eurojust desempenhou um papel chave no apoio à coordenação das operações internacionais conjuntas e na garantia da transmissão atempada e na execução das CR, assim como na troca rápida de informações operacionais atuais entre todas as autoridades judiciárias e de aplicação da lei no terreno. A coordenação durante as ações permitiu que provas valiosas a fossem preservadas e evitou colocar as investigações em perigo.

Nesta fase, nenhum dos suspeitos foi colocado em prisão preventiva e a presunção de inocência continua a aplicar-se.

### Pontos de Contacto da Eurojust em Estados terceiros

Para melhorar e facilitar a cooperação entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros e dos Estados terceiros, a Eurojust trabalha continuamente para alargar a sua rede mundial de pontos de contacto judiciários nos Estados terceiros. Foi estabelecido um novo ponto de contacto em Níger, totalizando 42 Estados terceiros que têm agora os pontos de contacto da Eurojust preparados. A Eurojust está a trabalhar ativamente para melhorar a cooperação com os países da região do Médio Oriente e do Norte de África (MENA) e convida-os a nomearem um ponto de contacto específico para a Eurojust em questões de antiterrorismo.

### Magistrados de Ligação da Eurojust destacados em Estados terceiros

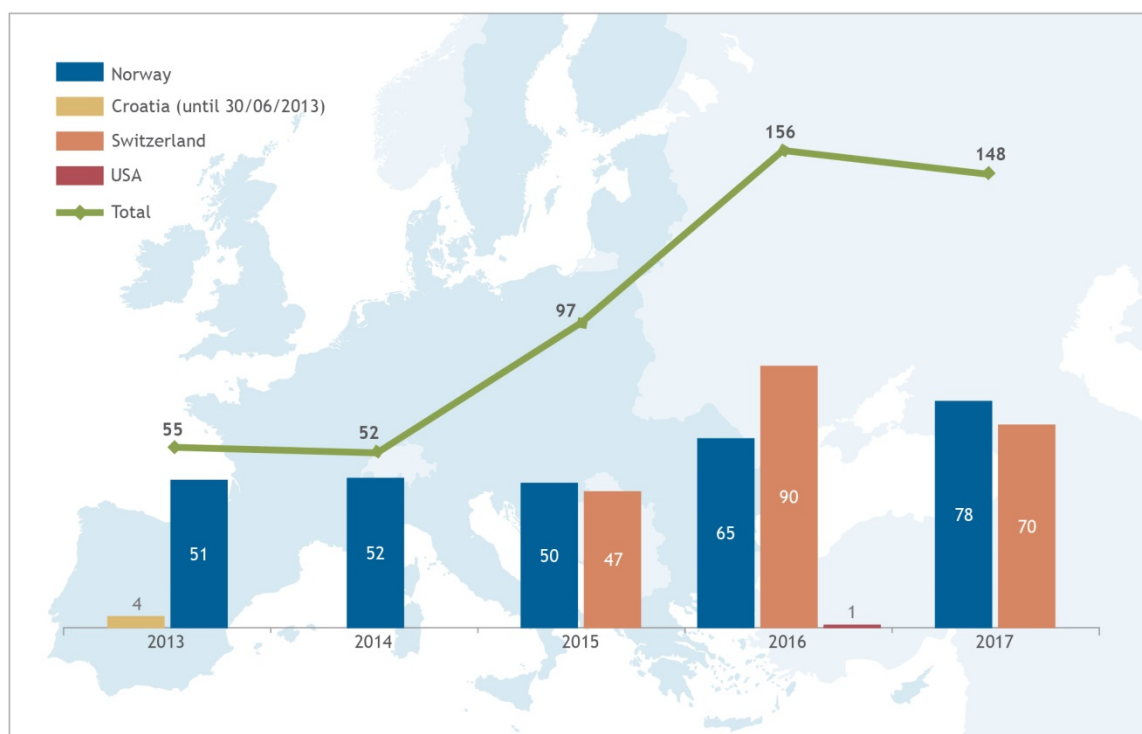
Em 2017, o Colégio adotou a Decisão sobre a implementação de acordos para os Magistrados de Ligação da Eurojust destacados em Estados terceiros. A Decisão implementa as alíneas a dos

Artigos 26a e 27a da Decisão do Conselho da Eurojust, fornecendo deste modo o quadro jurídico requerido para a Eurojust conseguir destacar tais Magistrados de Ligação. Estipula, entre outros, os processos de seleção e critérios para, e a classificação, duração do contrato e tarefas.

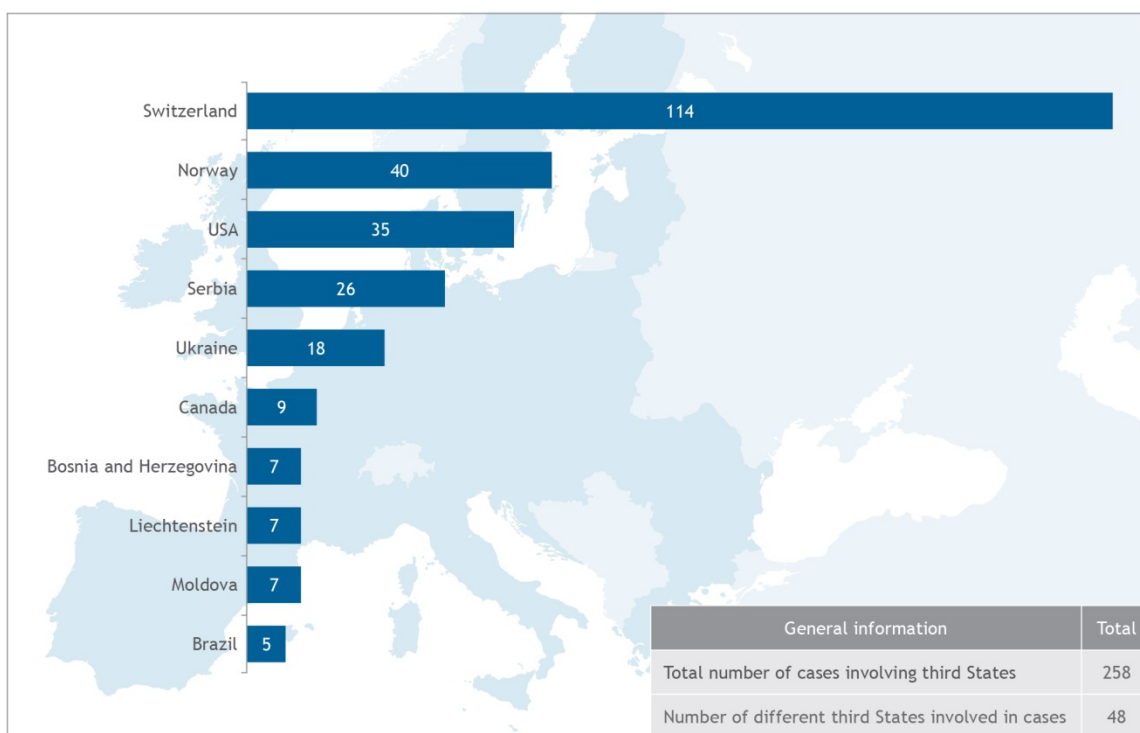
### Carta de Entendimento entre a Eurojust e o SEAE

Em outubro, foi assinada a Carta de Entendimento sobre a Cooperação entre a Eurojust e o Serviço Europeu para a Ação Externa. A carta fornece a estrutura para a troca regular de informações estratégicas e experiência não-operacionais, particularmente em áreas de antiterrorismo, cibercriminalidade, introdução clandestina de migrantes e TSH. O SEAE apoiará a Eurojust no seu compromisso com os Estados terceiros e tirará partido das competências da Eurojust.

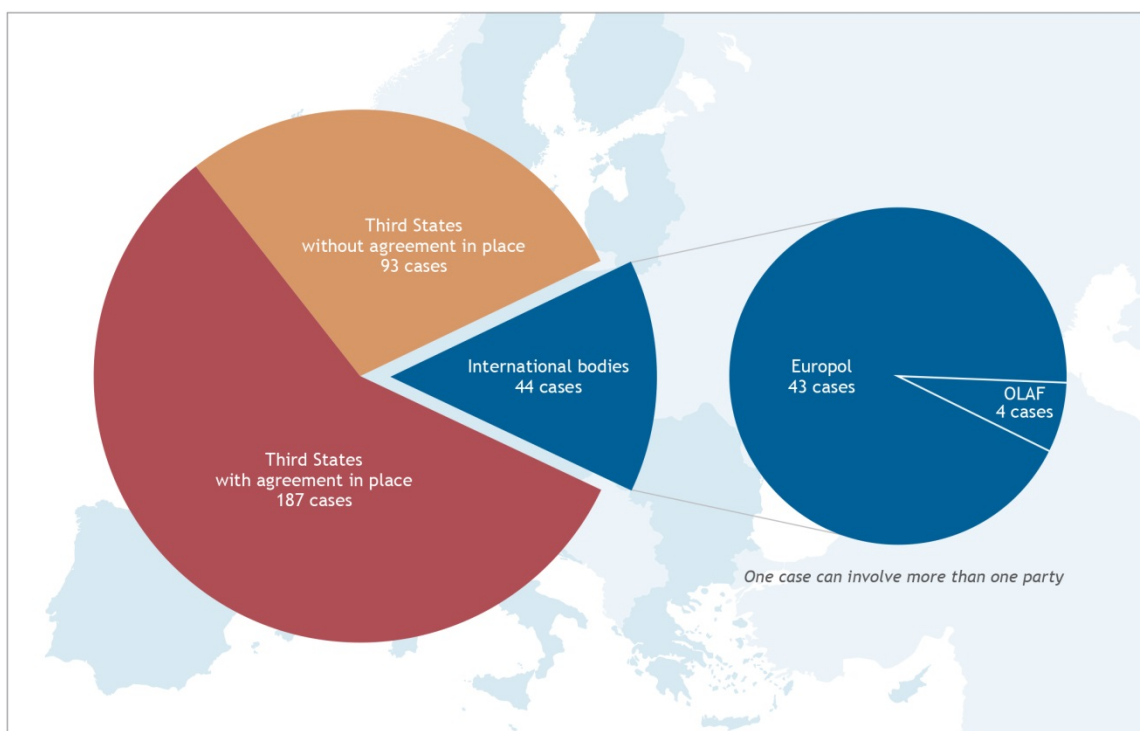
Cases by Liaison Prosecutors 2013 - 2017



### Top ten third States involved in Eurojust casework



### Third States, cooperation partners and international organisations involved in Eurojust casework



## **Destaque sobre o Magistrado de Ligação da Noruega**

*Do norte do Círculo Polar Ártico para Haia - as minhas experiências*

"Tenho sido Magistrado de Ligação da Noruega na Eurojust desde setembro de 2016. A Noruega assinou um acordo com a Eurojust em 2005, o primeiro Estado terceiro a fazê-lo. Trabalhar na Eurojust é um prazer devido aos debates construtivos, colegas comprometidos e muita cooperação. Sinto-me privilegiado por fazer parte da família Eurojust.

A consciência norueguesa da Eurojust aumentou consideravelmente, conforme refletido na quantidade de casos: abrimos 50 casos em 2015, 65 em 2016 e 78 em 2017. Quando falo com colegas noruegueses, ajudo-os a entender quais os casos que podem beneficiar do auxílio oferecido pela Eurojust. Como representante de um Estado terceiro, o Magistrado de Ligação da Noruega pode criar reuniões de coordenação para os seus próprios casos. As autoridades norueguesas também são regularmente convidadas para participar nas reuniões de coordenação organizadas pelos Gabinetes de Ligação da Eurojust. A Noruega utilizou EIC como uma ferramenta em 10 casos ao longo dos anos, e recebeu financiamento da Eurojust. Em 2017, pela primeira vez, a Noruega também iniciou dois acordos de EIC.

A Noruega é um país da CEE e de Schengen, e implementamos o Tratado MLA de 2000, que reflete a nossa próxima ligação com a União Europeia e a nossa capacidade para reconhecer pedidos dos Estados-Membros da UE. A Noruega também assinou um acordo de entrega com a União Europeia, mas ainda não entrou em vigor.

### **Caso norueguês de abuso sexual online**

A 10 de agosto, as minhas autoridades nacionais enviaram-me um pedido de MLA relativamente às medidas de investigação necessárias na Roménia. A urgência neste caso devia-se ao abuso sexual infantil online alegadamente em curso, cometido por um progenitor. Estabelecer o contacto direto com as autoridades competentes na Roménia e formular um plano detalhado para a fase inicial da investigação foram os primeiros passos importantes.

A primeira reunião de coordenação foi realizada na terceira semana. A Noruega apresentou as suas descobertas e a delegação romena declarou que estava muito motivada para iniciar a sua própria investigação sobre o suspeito, que estava a viver na Roménia. Foi assinada uma EIC a 14 de setembro e tivemos a nossa segunda reunião de coordenação na Roménia a 20 de setembro. O suspeito foi detido no dia seguinte e a criança foi entregue a uma instituição de acolhimento. Este ótimo resultado foi alcançado apenas seis semanas após a receção do pedido MLA na Eurojust. A cooperação rápida e excelente entre os Gabinetes de Ligação da Roménia e da Noruega na Eurojust foi fundamental. O principal objetivo foi garantir a segurança da criança. O próximo objetivo foi assegurar/obter provas admissíveis em ambos os países desde que iriam ocorrer dois julgamentos: um julgamento na Noruega com o comprador dos serviços e outro na Roménia com o vendedor dos serviços.

Uma das questões mais importantes na investigação foi garantir os testemunhos dessas crianças. A Noruega tem um modelo novo e único para audiências de crianças como vítimas/testemunhas. A criança, acompanhada dos pais ou de tutores, é convidada para uma instituição segura (conhecida como "Casa da Criança"). Um investigador especialmente qualificado recolhe provas de forma neutra e transparente, apenas com o investigador e a



criança presentes. O advogado da vítima e o advogado de defesa estão numa sala separada. O advogado de defesa pode endereçar questões adicionais ao investigador durante os intervalos e o investigador pode, por sua vez, perguntar à vítima. A declaração em vídeo é depois utilizada como prova admissível em tribunal."

## Capítulo 5 A Eurojust e as redes de profissionais

Os Secretariados da Rede Judiciária Europeia (RJE), da Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas (Rede das EIC) e da Rede para a investigação e processos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Rede Genocídio) estão na Eurojust com os seus próprios recursos. Os seus membros fazem parte do pessoal da Eurojust. Os Secretariados oferecem serviços às Redes e facilitam a cooperação com o Colégio e os Gabinetes de Ligação nas suas áreas comuns de ação. A Eurojust também fornece apoio jurídico, administrativo e financeiro à Rede Judiciária Europeia em matéria de Cibercriminalidade (RJEC) e ao Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores dos Ministérios Públicos dos Estados-Membros da União Europeia (Fórum Consultivo).

### 5.1 RJE

A [RJE](#) é uma rede de pontos de contacto nacionais nomeados pelos Estados-Membros da UE para facilitar a cooperação judicial em matérias criminais. Os pontos de contactos da RJE ajudam os profissionais com aconselhamento legal e prático, e com o estabelecimento de contactos diretos entre as autoridades nacionais competentes. O Secretariado da RJE foi criado em 2003 na Eurojust.

**Reuniões** As reuniões plenárias da RJE realizaram-se em Malta e Talin e têm um foco especial na aplicação prática da DEI e do MDE. Os pontos de contacto da RJE debateram as suas primeiras experiências nos Estados-Membros acerca da utilização da DEI para obter e trocar provas. Relativamente ao MDE, os pontos de contacto da RJE debateram as consequências de alguns julgamentos recentes no TJUE, por exemplo, as condições de detenção. As conclusões destas reuniões estão disponíveis no [sítio Web da RJE](#).

As reuniões regionais da RJE foram organizadas na Alemanha, Letónia, Holanda, Polónia, Eslovénia e Finlândia. Nestas reuniões, os pontos de contacto da RJE tiveram a oportunidade para trocar experiências em áreas como o acesso da DEI a um advogado, e o congelamento e confiscação. As reuniões nacionais da RJE eram organizadas pela Bélgica e Lituânia. Estas reuniões eram presenciadas pelos pontos de contacto e profissionais de alto nível da RJE.

**Cooperação com a Eurojust** A RJE e a Eurojust trabalharam em conjunto sobre a introdução da DEI nos Estados-Membros. Foi disponibilizada aos profissionais uma *Nota sobre o significado de "disposições correspondentes" e o regime jurídico aplicável em caso de atraso na transposição da Diretiva DEI* e publicada como Anexo II do doc. do Conselho 9936/17. Em colaboração com a Comissão e a RJEC, foram elaboradas orientações sobre como preencher a DEI e como utilizá-la para obter provas eletrónicas.

A RJE e a Eurojust continuaram a implementar os seus planos de ação na Sexta Ronda de Avaliações Mútuas nos Estados-Membros e atualizaram o relatório conjunto, [Auxílio na Cooperação Internacional em Matérias Penais para Profissionais: "O que podemos fazer por si?"](#)

[Eurojust](#). O relatório conjunto informa os profissionais judiciais nos Estados-Membros do auxílio que pode ser fornecido pela RJE e a Eurojust. O relatório também clarifica se se deve abordar a RJE ou a Eurojust com um pedido para auxílio.

**Sítio Web da RJE** O projeto principal para o sítio Web neste ano era o desenvolvimento de uma nova versão da biblioteca jurídica. Esta nova versão permite aos utilizadores encontrarem documentos, tais como instrumentos jurídicos da UE, mais facilmente. A 1 de janeiro, foi apresentada a ferramenta de relatórios dos pontos de contacto da RJE. Com esta nova ferramenta, os pontos de contacto da RJE têm uma forma simples para registar as suas atividades, número de casos, etc. Foi criada uma nova área DEI para fornecer acesso fácil a todas as informações sobre a DEI no sítio Web. Outra funcionalidade nova fornece os detalhes de contacto dos membros dos pontos de contacto da RJE e da RJE numa área restrita do sítio Web da RJE.

## 5.2 Rede de EIC

A [Rede de EIC](#) é uma rede de pontos de contacto policiais e judiciais nacionais para estimular a utilização das EIC e fomentar a troca de informações rápida e de melhores práticas. O Secretariado da Eurojust foi criado em 2011. Desde 2013, o Secretariado gere o programa de subvenções criado pela Eurojust para fornecer apoio financeiro às atividades das EIC.

**Reunião anual** A 13.<sup>a</sup> reunião dos Peritos Nacionais sobre as EIC decorreu na Eurojust em maio. Os peritos debateram, entre outros tópicos, os desenvolvimentos mais recentes nas EIC, incluindo as primeiras experiências com os EUA e a Suíça.

Nos debates seguintes nos workshops paralelos, os participantes concordaram sobre a necessidade de modernizar a estrutura da Rede de EIC e pediram ao Secretariado para propor orientações para suplementar o documento do Conselho com base no qual a Rede ainda opere. Os peritos das EIC consideraram possíveis vias para melhorar a troca de informações entre os parceiros da EIC apoiaram a ideia de um ambiente operacional colaborativo, a ser mais explorado na cooperação entre a Rede, a Eurojust e a Europol. As [Conclusões do Conselho](#) estão disponíveis no sítio Web da Eurojust.

**Projetos** O Secretariado continuou a apoiar as reuniões de avaliação e a recolher formulários de avaliação das EIC preenchidos pelas autoridades nacionais, com vista na publicação da segunda edição do relatório de avaliação da EIC. O projeto foi realizado em cooperação com a Eurojust e inclui desenvolvimentos relacionados com a experiência da Eurojust nesta área.

Como um complemento ao projeto de avaliação da EIC, foi iniciado um novo projeto para recolher e analisar uma jurisprudência relacionada à EIC. Espera-se que o projeto aumente o conhecimento entre os profissionais sobre questões jurídicas e desafios encontrados pelos tribunais nacionais em relação às EIC, e que lhes permita antecipar e abordar estes desafios domesticamente. O projeto também deve contribuir para a melhoria do entendimento dos sistemas jurídicos nacionais e encorajar os juizes a envolverem-se mais na área. As informações foram recolhidas em 2017 e as análises serão realizadas em 2018.

## 5.3 Rede Genocídio

A [Rede Genocídio](#) assegura uma estreita cooperação entre as autoridades nacionais de investigação e a repressão desses crimes contra a humanidade e crimes de guerra, através do intercâmbio de informações operacionais, boas práticas e experiências. É uma rede composta de profissionais composta por investigadores, procuradores e funcionários MLA. O Secretariado foi criado em julho de 2011.

**Reuniões** Foram realizadas duas reuniões plenárias na Eurojust focadas, respetivamente, nas respostas das agências da UE para o fluxo da imigração e a consequente identificação de indivíduos como vítimas, testemunhas e culpados, e sobre a cooperação eficaz entre Organizações Não-Governamentais (ONG) e as autoridades nacionais. A segunda reunião abordou metodologias de documentação, benefícios e riscos da colaboração e possibilidades de apoiar o trabalho dos outros na defesa, alcance e apoio às vítimas. As conclusões da 22.<sup>a</sup> e da 23.<sup>a</sup> reunião estão disponíveis no [sítio Web da Eurojust](#).

**Segundo Dia da UE contra a Impunidade** O segundo Dia da UE contra a Impunidade foi organizado em Bruxelas a 23 de maio pela presidência maltesa, a Rede Genocídio, a Eurojust e a Comissão. O objetivo do evento anual é aumentar a sensibilidade para os crimes mais hediondos, promover as investigações e os processos nacionais e abordar a posição e a participação das vítimas em processo criminais. O resultado foi publicado como documento do Conselho 9932/17.

**Projetos** O Secretariado preparou três sínteses para os profissionais: (I) sobre a utilização de informações públicas (particularmente a partir de redes sociais) para investigar e processar crimes de guerra relativos ao conflito na Síria e no Iraque e um compêndio jurisprudencial correspondente a partir das jurisdições domésticas; (ii) sobre a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em relação ao genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra; e (iii) sobre a visão geral contextual de violência sexual e de género cometida pelo EIL como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra com uma referência à jurisprudência internacional existente.

## 5.4 RJEC

O RJEC foi criado em 2016 para contactos rápidos entre os profissionais especializados no combate aos desafios impostos pela cibercriminalidade, crimes virtualmente ativados e investigações no ciberespaço e para aumentar a eficácia das investigações e processos dos casos.

Em conformidade com as Conclusões do Conselho de 9 de junho de 2016, a Eurojust apoia a rede e garante a cooperação próxima. Entre outros, a Eurojust participa no Quadro da RJE, recebe as reuniões regulares da Rede, apoia a troca de informações e consulta a Rede sobre o desenvolvimento do trabalho político e outras atividades externas para garantir uma interação forte entre as competências da Eurojust na cooperação internacional judicial e operacional e em matéria de competências dos membros da RJEC.

**Reuniões** Foram realizadas duas reuniões plenárias na Eurojust. Na primeira reunião, foi estabelecido o programa de trabalhos de 2017-2018. As prioridades aí definidas são provas eletrónicas, encriptação, retenção de dados e questões emergentes. Além disso, na primeira reunião, foi apresentada a [Operação Avalanche](#). Durante a segunda reunião, foram debatidas questões relevantes relativamente às investigações das moedas virtuais e da Darkweb. Também foram trocadas experiências práticas, *in casu* através de uma apresentação da investigação

criminal levando ao desmantelamento do mercado ilícito Hansa Market da Darkweb a 20 de julho de 2017.

**Projetos** A Eurojust e a RJEJ co-organizaram e participaram num workshop sobre encriptação (*consultar* secção 3.1) Além disso, a RJEJ contribuiu, através de questionários, para os relatórios da Eurojust sobre retenção de dados e encobrimento de investigações online (*consultar* secções 2.2 e 3.2).

## 5.5 Fórum Consultivo

O [Fórum Consultivo](#) foi criado em 2010 para reforçar a cooperação judiciária internacional e a confiança mútua entre os Estados-Membros e para fornecer informações especializadas às instituições da UE a contribuição judiciária para o desenvolvimento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE. Em outubro, o Colégio adotou uma política sobre os acordos práticos para o apoio da Eurojust para a organização de reuniões do Fórum Consultivo, com o objetivo de consolidar as práticas de apoio atuais e oferecer orientação ao envolvidos na organização das reuniões.

**Reunião conjunta** A 12.<sup>a</sup> reunião do Fórum Consultivo ocorreu em outubro e foi convocada conjuntamente pelos Procuradores-Gerais da Estónia e de Malta. A reunião focou-se na utilização de ferramentas digitais em processos penais, introdução clandestina de migrantes e desenvolvimentos da Eurojust em áreas de prioridade.

**Utilização de ferramentas digitais em processos penais** Na preparação para este debate, os Estados-Membros foram solicitados para indicar até que ponto eles permitiam atualmente a transmissão digital de solicitações de MLA e DEI. O resultado deste questionário mostrou um panorama heterogéneo. A maioria dos Estados-Membros aceitou pedidos por fax e/ou e-mail, algumas vezes com requisitos adicionais, tais como assinatura eletrónica, mas em seis Estados-Membros o pedido original tem de ser transmitido posteriormente por correio. Seguindo uma visão geral dos resultados do questionário, as autoridades estónias partilharam a sua experiência com as assinaturas eletrónicas e a troca de informações digitais em processos penais, interpretando as investigações e processos rapidamente e de forma mais eficaz. Enquanto os Estados-Membros progrediram consideravelmente nesta área, os membros do Fórum concordaram sobre a necessidade de alargar este processo de modernização para a cooperação judiciária transfronteiriça.

**Resposta judicial para a introdução clandestina de migrantes** Os membros do fórum trocaram ideias sobre o resultado da reunião de junho de 2017 sobre a introdução clandestina de migrantes, co-organizada pelas presidências maltesa e estónia em cooperação com a Eurojust, e aprovaram as suas conclusões. Foi altamente reconhecida a necessidade de adaptar a resposta judicial ao *modus operandi* das redes de tráfico e a alteração das rotas migratórias. O aumento da cooperação com Estados terceiros de origem e de passagem é considerado essencial, visto que está a garantir que essas informações recolhidas pelos intervenientes da UE a operar nos Estados terceiros pode tornar-se em provas admissíveis quando processadas. As autoridades nacionais foram encorajadas a encaminhar mais casos para a Eurojust e a fazer uso total dos instrumentos de cooperação judiciária já disponíveis, incluindo EIC.

**Desenvolvimentos em principais áreas e panorama institucional** A Eurojust destacou os desenvolvimentos mais recentes em áreas de crime prioritário: terrorismo, cibercrime, TSH e

introdução clandestina de migrantes. Particularmente marcante é o aumento do número de casos de terrorismo e de TSH para os quais foi solicitado o apoio da Eurojust. Os participantes também foram informados dos desenvolvimentos organizacionais recentes, e tiveram a garantia de que a Eurojust continuará a oferecer conselhos personalizados e especializados em casos de crimes transfronteiriços complexos.

As [conclusões da reunião](#) estão disponíveis no site da Eurojust.

A Sr.<sup>a</sup> Lavly Perling, Procuradora-Geral da Estónia e o Dr. Peter Grech, Procurador-Geral de Malta declararam:

*"Esta reunião é uma boa reflexão de como o Fórum Consultivo une os serviços do ministério Público a partir dos quatro cantos da Europa: é conjuntamente convocada por um Estado-Membro Nordeste e Sudeste, enquanto é realizada pela Eurojust no Oeste. Quando unimos forças além das fronteiras nacionais, podemos ultrapassar os limites jurídicos para processos bem-sucedidos e contribuir para uma Europa mais segura."*

## Capítulo 6 Pessoal e orçamento

**Pessoal** No final de 2017, a Eurojust tinha 332 titulares/colaboradores, incluindo 76 Membros Nacionais, Adjuntos e Assistentes, 202 Agentes Temporários, 21 Funcionários a Contrato 17 Peritos Nacionais Destacados e 16 Estagiários.

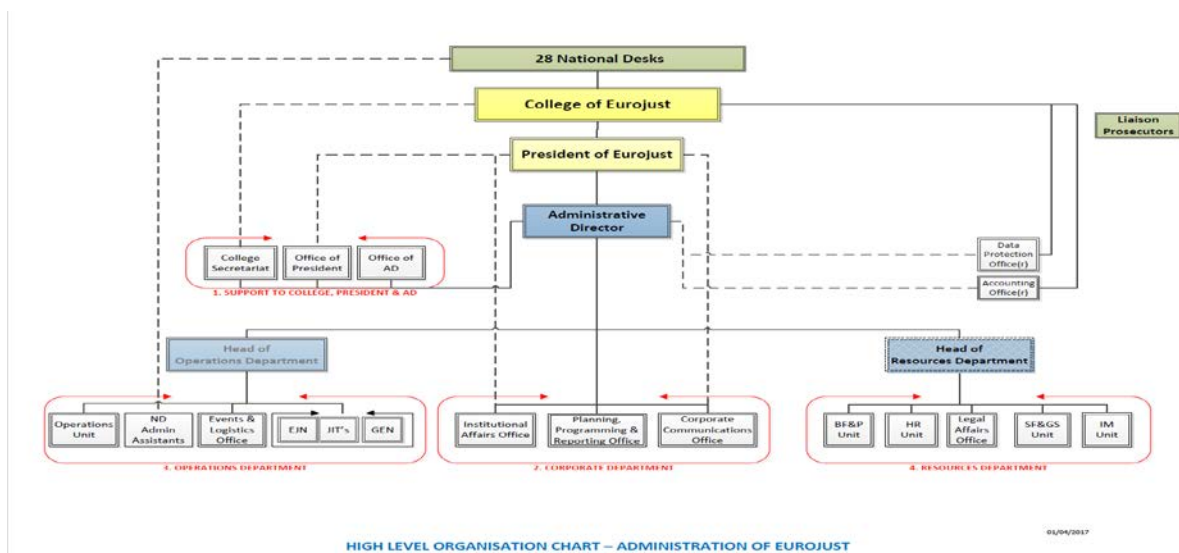
A Eurojust tinha 208 cargos de Agentes Temporários autorizados em 2017. A Comissão propôs originalmente a redução de cinco cargos no quadro de pessoal de 2017. No entanto, a Autoridade Orçamental atribuiu 10 cargos adicionais, levando o número de cargos de Agentes Temporários autorizados para 208, um aumento líquido de cinco cargos comparativamente ao quadro de pessoal de 2016. Os novos cargos, atribuídos ao trabalho operacional, estavam todos preenchidos no final de 2017.

**Orçamento** O orçamento inicial da Eurojust para 2017, foi votado para 48 379 237 €, incluindo um montante específico de 11 130 000 € para o novo projeto das instalações. Este orçamento foi nove por cento mais baixo do que o originalmente solicitado pela Eurojust. Devido a esta limitação orçamental, e para garantir a entrega do nosso trabalho operacional a pedido e a capacidade para cumprir as obrigações legais, a Eurojust negligenciou atividades não relacionadas com os casos, incluindo projetos predominantemente administrativos/organizacionais de TIC.

No decorrer de 2017, a Eurojust enfrentou um aumento significativo na procura dos Estados-Membros para financiamento subvencionado para as EIC, e foi bem-sucedida na garantia de créditos adicionais na quantia de 310 000 euros da Comissão. Consequentemente, a Eurojust conseguiu adotar um orçamento retificativo de 48 689 237 euros em setembro, e apoiar um maior número de beneficiários de subvenções das EIC do que nos anos anteriores.

Com o adiamento da entrega do novo edifício o excedente resultante das novas instalações do projeto, foi aliviada a pressão orçamental para o fim do ano financeiro, e foi alcançada uma taxa de execução do orçamento de 99,97 por cento.

**Relatório Anual de Atividades Consolidado** O Diretor Administrativo do Relatório Anual de Atividades Consolidado (RAAC) fornece uma visão geral das conquistas e implementação dos objetivos e atividades anuais, como incluído no Programa de Trabalhos da Eurojust. O RAAC detalha a utilização de recursos (pessoal e orçamento) e a implementação de controlos internos e gestão de riscos. O RAAC e a Avaliação do Colégio da Eurojust do RAAC serão submetidos para a Autoridade Orçamental até 1 de julho de 2018.



## Capítulo 7 Desenvolvimentos organizacionais e desafios chave

O clima orçamental rigoroso e a pressão continuada sobre os recursos limitados da Eurojust fizeram com que a Eurojust otimizasse os seus recursos financeiros e humanos.

**Reconhecimento** Iniciou em janeiro a implementação de uma nova estrutura organizacional da Administração. Foram estabelecidas três entidades: o Departamento de Operações, o Departamento Corporativo e o Departamento de Recursos. A reorganização alcançou os seguintes objetivos: (I) melhorou o apoio para o trabalho operacional do Colégio e dos Gabinetes de Ligação ao trocar recursos para trabalho operacional, (ii) implementou um conceito mais coerente do apoio operacional para os Gabinetes de Ligação ao introduzir o apoio interdisciplinar/multisectorial para o trabalho operacional; (iii) melhorou o desenvolvimento, planeamento e comunicação estratégicos; e (iv) melhorou a comunicação corporativa.

**Priorização do trabalho político** Ao construir a priorização do trabalho político de 2016, o exercício em 2017 foi baseado na avaliação de projetos, utilizando a análise

de casos da Eurojust como o principal critério para priorização. Em setembro, o Colégio adotou as prioridades e resultados relacionados para 2018 e 2019, assim como uma nova metodologia de priorização em dezembro. Os princípios orientadores incluem:

- abordagem flexível para atribuição de recursos;
- procedimento de consulta externa para levar em conta as necessidades dos profissionais e acionistas; e
- procedimento de avaliação para resultados.

**Subestruturas do colégio** O Colégio decidiu simplificar as suas subestruturas preparatórias para melhorar os processos e eficácia da tomada de decisão, melhorando assim a eficácia e a racionalização da utilização dos recursos. O novo modelo garante uma resposta corporativa coordenada para questões estratégicas e a retenção de conhecimento e informações



operacionais. A implementação começará no segundo trimestre de 2018.

**Sistema de Gestão de Processo** O CMS atual da Eurojust, criado em 2004, está a alcançar o fim da sua vida útil tecnológica. Portanto, a Eurojust realizou uma avaliação técnica e funcional do CMS à luz das necessidades atuais da organização. A análise de alto nível das funcionalidades existentes e possíveis melhorias ajudará a

tomar uma decisão informada sobre as opções para uma reformulação do CMS. Para melhorar o apoio operacional, a Eurojust aprovou um conjunto de medidas para a inserção de dados mais harmoniosa através dos Gabinetes de Ligação. Estas medidas, juntamente com uma revisão de dados de qualidade, melhorará a qualidade dos dados para apoiar o trabalho operacional na Eurojust e nos Estados-Membros.

Espera-se que a Eurojust desempenhe um papel importante na vasta área política da segurança e da justiça.

**Nova Regulamentação da Eurojust** A Regulamentação agilizará o funcionamento e a estrutura da Eurojust. Um Quadro Executivo, que incluirá um membro da Comissão, auxiliará o Colégio nas suas tarefas administrativas. A partir da perspetiva da proteção de dados, será feita uma troca da supervisão atual pela Instância Comum de Controlo da Eurojust pela supervisão da Autoridade Europeia de Proteção de Dados. O impacto possível sobre o regime de proteção de dados em relação ao à revisão da Regulamentação 45/2001 pode influenciar consideravelmente o funcionamento da Eurojust. A Regulamentação da Eurojust e a revisão da Regulamentação 45/2001 deve levar a um resultado sem obstáculos para o trabalho operacional diário da Eurojust, oferecendo segurança jurídica e garantindo um alto nível de proteção de dados.

**Cooperação com parceiros-chave** A Eurojust e a futura EPPO trabalharão em conjunto; deve ser concluído um acordo de trabalho para regular os detalhes práticos sobre as suas ações na área da proteção dos interesses financeiros da UE, assim como no apoio que a Eurojust possa fornecer à EPPO. A Regulamentação da Europol deve resultar num fluxo aumentado de informações operacionais e cooperação reforçada,

incluindo o estabelecimento de regras e condições conjuntas baseadas em quais candidaturas para financiamento das atividades das EIC devem ser processadas para garantir a boa gestão financeira e o apoio eficiente para as autoridades nacionais. A Regulamentação Frontex aumentará a cooperação, que será regulada num acordo de trabalho.

**Pacote de proteção de dados da UE** O novo pacote de proteção de dados, aplicável às autoridades nacionais a partir de maio de 2018, terá um maior impacto sobre a forma dos Estados-Membros lidarem com os dados pessoais na área da aplicação da lei, assim como sobre a Eurojust quando trocar informações com os Estados-Membros.

**Estratégia da UE sobre Justiça e Assuntos Internos** As Estratégias da UE e os Planos de Ação contribuem para definir prioridades da Eurojust e enfatizar a necessidade para:

- cooperação e coordenação judiciária estreita na linha frontal no combate a crimes transfronteiriços graves;
- partilha de informações intensificada; e
- melhor utilização possível dos instrumentos de cooperação judiciais para facilitar as investigações e



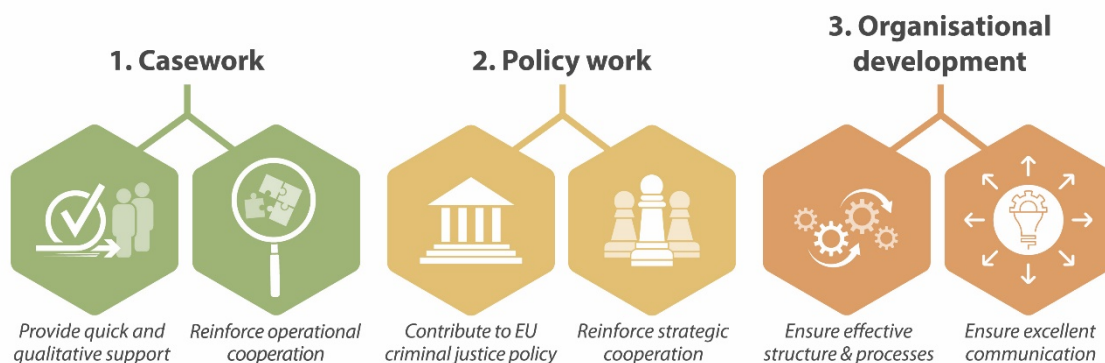
execuções, e finalmente as condenações dos criminosos.

**Desenvolvimentos na área da cooperação judiciária em matérias penais** A Eurojust permanece um intermediário fundamental na aplicação de instrumentos tais como o MDE e a DEI, incluindo tarefas na área da cooperação judiciária em matérias criminais, tais como a Regulamentação elaborada sobre o ECRIS-TCN e a elaboração da Regulamentação

sobre o reconhecimento mútuo de ordens de congelamento e confiscação.

**Cooperação com Estados terceiros** Em conformidade com a ênfase estratégica da Eurojust sobre o fortalecimento da sua cooperação com Estados terceiros, o número de Estados terceiros a destacar um Magistrado de Ligação na Eurojust continuará a crescer. Além disso, as relações futuras da Eurojust com o Reino Unido e a Dinamarca mudarão.

## Estratégia Plurianual 2019-2021



Em maio, a Eurojust adotou a sua [Estratégia Plurianual \(EP\) \(2019-2021\)](#). A EP enfatiza a necessidade de fornecer mais e melhores resultados no centro das atividades operacionais da Eurojust ao: (i) oferecer apoio aos Estados-Membros (por exemplo, fornecendo apoio rápido e qualitativo e reforçando a cooperação operacional); (ii) fornecer conselhos baseados na experiência operacional (por exemplo, contribuindo para a política da justiça penal da UE e reforçando o conhecimento estratégico); e (iii) melhorando a eficácia organizacional (por exemplo, garantindo estruturas, processos e comunicações mais eficazes.) Adicionalmente, a Eurojust reformulou a sua missão, "Servir a justiça além fronteiras para uma Europa mais segura" e a sua visão "A Eurojust enquanto o principal parceiro da UE a entregar os criminosos à justiça e um protagonista na garantia de um mundo mais seguro".